



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
E CULTURA CONTEMPORÂNEAS**

SIVALDO PEREIRA DA SILVA

**POLÍTICA E CIBERESPAÇO:
GRAUS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO USO DA INTERNET
PELOS GOVERNOS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS**

Salvador
2005

SIVALDO PEREIRA DA SILVA

POLÍTICA E CIBERESPAÇO:
GRAUS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO USO DA INTERNET
PELOS GOVERNOS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Orientador: Prof. Dr. Wilson da Silva Gomes

Salvador
2005

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

S586 Silva, Sivaldo Pereira da.
Política e ciberespaço : graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras / Sivaldo Pereira da Silva . - 2005. 197 f. : il. + apêndices.

Orientador : Prof. Dr. Wilson da Silva Gomes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2005.

1. Democracia. 2. Comunicação - Aspectos políticos. 3. Internet (Redes de computação). 4. Administração municipal. 5. Portais da Web. I. Gomes, Wilson da Silva. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

A
Maria Nazaré Pereira (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Wilson Gomes, pela orientação, pela seriedade, pelo profissionalismo e pelas críticas sempre pertinentes e produtivas;

À prof. Dra. Maria Carmem, pela gentileza logística;

Ao prof. Dr. André Lemos e aos colegas do Grupo de Pesquisa Cibercidades, pelo ambiente propício à produção científica e interlocução acadêmica;

A Francisco Jamil e aos companheiros do grupo de pesquisa Ciberpolítica, pelos debates e diálogos fundamentais à pesquisa;

Ao CNPq, pelo imprescindível apoio financeiro, através de seu programa institucional de bolsas;

À Capes, por propiciar uma ferramenta fundamental de pesquisa que são os Periódicos Capes;

A Jan Aline Barbosa, Cristiano Gobbi, Bruna Hercog, Sara Uchôa, Erica Menezes e Flávia Marco Antônio, pela presença oxigenadora durante o percurso destes quase dois anos de trabalho acadêmico;

A Sandra Paes Cardoso, em especial, pelo companheirismo marcante nos momentos finais da pesquisa;

A Silvana Pereira, Lourinaldo Pereira e Lourival Pereira, pela prontidão e apoio quando necessário.

RESUMO

O desenvolvimento de tecnologias digitais de comunicação no final do século XX tem reforçado um importante debate sobre participação civil nas democracias liberais contemporâneas. Sobretudo, porque estes novos meios possuem potencialidades técnicas de interação mais horizontais, quando comparados aos meios anteriores como a Televisão e o rádio, o que, em princípio, disponibilizaria maior possibilidade de diálogos políticos dos cidadãos com seus respectivos governos e dos cidadãos entre si. Este conjunto de discursos, teorizações e experimentações que empregam as TICs para mediar relações políticas, estendendo as possibilidades de participação democrática nos sistemas políticos vigentes, é o que vem sendo chamado de “democracia digital” (ou “ciberdemocracia”). Mundialmente, em termos práticos, é possível notar que uma parte significativa de experiências e projetos de democracia digital é pautada nas localidades municipais. Isto ocorre porque a dimensão social urbana irá servir como protótipo por se tratarem de unidades políticas mais concentradas geograficamente e que refletem, de modo mais imediato, as relações civis. Diante de tal quadro, esta dissertação tem o objetivo de analisar se e como os governos municipais das capitais brasileiras estão empregando as novas tecnologias da comunicação e informação (TICs), especificamente a Internet, para melhorar a participação do cidadão nos assuntos de concernência pública. Diversos sentidos de democracia têm sido levantados no âmbito das novas tecnologias da comunicação, a partir de diferentes visões sobre as potencialidades da técnica. A configuração de uma "democracia digital" ou "ciberdemocracia" é constituída por esta pluralidade de sentido e de legitimação. Tendo isso em vista, o estudo foi baseado na existência de cinco graus de participação democrática neste emprego político das TICs. Estes níveis da ciberdemocracia serviram como bases para se organizar as variações conceituais em torno do tema e também guiou a formulação metodológica deste trabalho. Como *corpus* empírico, foram analisados vinte e quatro portais (sítios na rede mundial de computadores) das capitais brasileiras presentes na rede mundial de computadores. A pesquisa foi executada após a elaboração de uma planilha de coleta de dados preenchida mediante navegação *on line* nos portais estudados, visando encontrar e tipificar elementos de conteúdo textual, ferramentas de interação, disposição gráfica; buscando análises comparativas entre os portais analisados, apontando convergências, distinções, padrões e mapeando características gerais que podem caracterizar a existência destes graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos municipais das capitais brasileiras.

Palavras-chave: Ciberdemocracia - Comunicação Política - Internet

ABSTRACT

The development of digital technologies of communication, at the end of the 20th century has reinforced one important debate on civil engagement in contemporary liberal democracies. Above all, we must consider that these new media are defined as having a more horizontal interactional, and technical, potentialities, specially when compared with previous media such as television and radio: one consequence of this fact is that digital media would allow a more genuine, dialogical interaction between citizens and their respective governments. This set of discourses, theories, and experiences that employs the technologies of communications and information (TCI) in order to mediate political relationships, providing considerable extensions to the possibilities of democratic engagement in actual political systems, is something which has been labeled “digital democracy” (or “cyberdemocracy”). It is remarkable that a considerable part of digital democracy projects and experiences are situated in local contexts of municipalities. It happens likewise because the urban social dimension ends as serving as a prototype of more geographically concentrated political unities, which reflect, in a more immediate way, the civil relations. Considering this context, the present dissertation has the goal of analyzing if and how governments of brazilian major towns are employing the TCI’s, in order to improve the levels of civil engagement in the issues that require this conception of citizenship. Several connotations of the concept of democracy had been presented in the context of the inquiries on the contemporary role of TCI, all departing from a variety of perspectives on the importance of technologies in contemporary life. The emergence of a “digital democracy” is founded by this plurality of senses and of legitimation. With these questions in mind, the present study was based on the existence of five degrees of democratic engagement, in the political appropriations of TCI’s. These degrees of “cyberdemocracy” will serve as a foundation for the organization of the conceptual variations around our central theme, also guiding us in the methodological formulations of this work. As an empirical *corpus*, we have analyzed 24 virtual “portals” (sites located in the Internet), of the most important brazilian major towns. This research was executed after the elaboration of a recollection of empirical data, based on the informations on these portals; we intended to find and characterize elements of textual contents, interactional tools, and graphical organization principles. We searched comparative analyses between these virtual portals, indicating possible convergences, distinctions, and patterns, mapping general traits that might help us to identify the levels of civil engagement, in contexts of democratic societies, with the help of TCI’s, by major brazilian towns’ governments.

Keywords: Cyberdemocracy - Political Communication - Internet

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Hipóteses centrais do trabalho	13
Estrutura da dissertação	14
PARTE I	
1 CIBERESPAÇO, CIDADE E POLÍTICA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	16
1.1 Ciberespaço: limites e aspectos	16
1.2 Propensões utópicas na relação "cidade-política-ciberespaço"	23
PARTE II	
2 DEMOCRACIA E TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO.....	35
2.1 Contribuições da pesquisa em comunicação política.....	36
2.2 "Democracia eletrônica", "teledemocracia" e "democracia digital": delimitação terminológica	42
2.3 Ciberdemocracia: discursos sobre a potência da técnica.....	46
2.4 Modelos de democracia no ciberespaço	54
2.5 Graus de democracia digital	58
PARTE III	
3 ESTRUTURANDO A PESQUISA EMPÍRICA: PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	75
3.1 Sobre o <i>corpus</i> empírico.....	75
3.2 Sobre a ferramenta de coleta de dados	78
3.3 Sobre os parâmetros para tabulação de dados	110

PARTE IV

4	GRAUS DE DEMOCRACIA DIGITAL NAS CAPITAIS BRASILEIRAS:	
	ANÁLISE DOS SÍTIOS GOVERNAMENTAIS	112
4.1	Exposição descritiva de resultados dos quesitos analisados	113
4.2	Análise dos portais por agrupamento de desempenho	124
4.3	Análise dos portais por desempenho regional	136
4.4	Análise geral	139
	CONCLUSÃO	148
	Observações para pesquisas futuras	151
	REFERÊNCIAS	154
	APÊNDICE	169

INTRODUÇÃO

A emergência de novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) no final do século XX, sobretudo a comunicação mediada por computadores (CMC), abriu alguns *fronts* de debates sobre temas clássicos de diversas áreas do conhecimento. Uma vasta literatura em torno da potencialidade desses instrumentos comunicacionais, principalmente a Internet, vem sendo produzida nos últimos dez anos. Boa parte destes discursos enfatiza as possibilidades políticas e democráticas dessas novas tecnologias no epicentro de esperadas transformações sociais¹.

No pragmatismo desta discussão, é possível encontrar termos como “cidades digitais”, “cibercidades”, “cidades virtuais”, “redes cívicas”, “inclusão digital”, “voto eletrônico”, “governo eletrônico”, “*e-government*”, “democracia digital”, “ciberdemocracia” entre outras. Expressões que, em grande parte, se referem a experimentos e projetos que tentam concretizar as aspirações de emprego das TICs para melhorar as relações políticas entre cidadãos e destes com seus respectivos governos.

Num olhar mais cuidadoso, percebe-se que há uma persistente tentativa contemporânea (sobretudo de governos e poderes públicos) em conciliar teoria e prática neste debate. Um fenômeno que vai ganhar corpo a partir do cruzamento de três questões fundamentais: (1) a existência de potencialidades interativas das tecnologias da comunicação e informação (mais precisamente o que podemos chamar de ciberespaço, sobretudo a Internet); (2) os dilemas da política contemporânea (mais precisamente das práticas democráticas de teor liberal); e (3) as conseqüências destas duas questões sobre as cidades

¹ Como aponta Papacharissi, panoramas utópicos da internet ilustram um mundo em que a comunicação política mediada por computadores facilita a democracia em suas bases e coloca as pessoas situadas do outro lado do mundo mais estreitamente juntas. A autora chama a atenção para um crescente corpo de literatura atesta para o potencial que a internet e suas tecnologias acompanhantes tem para revitalizar a discussão política. Teóricos têm debatido diversos exemplos de comunidades *on line* que engajam em discussões políticas, a natureza da qual realça a democracia.(PAPACHARISSI, 2004, p. 267).

(sobretudo porque as localidades urbanas irão servir como protótipos para implementação de projetos-pilotos de maior participação da esfera civil nos negócios públicos por se tratarem de unidades políticas mais concentradas geograficamente)².

Diante deste quadro, o problema central da pesquisa é averiguar se os governos municipais brasileiros (recortadamente, os governos das capitais brasileiras) estão empregando estas tecnologias da comunicação e informação, especificamente a Internet, para aumentar a participação do cidadão nos negócios públicos e como esta participação estaria ocorrendo.

Este problema central e o quadro teórico que o envolve, levantam algumas indagações que ainda estão sem respostas: 1) como a esfera política, que ocupa o poder executivo local, está se apropriando das TICs para exercer a democracia? 2) Que tipo participação política estas tecnologias da comunicação podem propiciar para esfera civil ? 3) Até que ponto a esfera política está permitindo a participação da esfera civil através das TICs? 4) Haveria diferenças políticas importantes quanto à forma de emprego das TICs entre os governos municipais no Brasil? 5) Há distorções democráticas no emprego das TICs pelos governos das cidades? Se há, que tipos de distorções estão ocorrendo ? 6) Podemos provar, empiricamente, mudanças substanciais na relação entre esfera política e esfera civil no emprego a Internet nas cidades brasileiras? Quais são as características destas mudanças? 7) Com a expansão da Internet o que há hoje de participação civil via TICs nas maiores cidades brasileiras ?

² Este último ponto encontra sua justificativa no passado. Historicamente, o tradicional debate sobre teoria democrática sempre dedicou especial atenção ao elemento “local”, ou seja, à circunscrição da cidade. A polis grega, em seus aspectos demográficos, suas dimensões espaciais e seu senso de proximidade social, foi, por muito tempo, o protótipo e o palco para as primeiras formulações da prática e do sistema democrático (ver PLATÃO, 1999). Estes elementos, seus problemas e seus dilemas, atravessaram os séculos e foram realimentados nos debates dos fundadores da democracia de massa norte-americana (FISHKIN, 2002), repercutindo e se cristalizando na própria estruturação e organização política do sistema democrático do estado moderno.

Tais questões sugerem que as tecnologias da informação e comunicação se erguem em um ponto de tensão, tentando resolver um problema estrutural da democracia contemporânea: de um lado, a esfera civil, que detém a soberania – pelo menos em termos normativos –, mas não produz a decisão política. Do outro, a esfera política, que é constituída (nomeada, autorizada) pela esfera civil, enquanto mandatária, mas que, na prática, é quem produz a decisão de fato³.

O emprego das TICs para fortalecer as relações civis na democracia contemporânea tenta transpor a decisão política para a esfera legitimamente soberana (a esfera civil), produzindo maior participação do cidadão na tomada de decisão, através das potencialidades de interação destas tecnologias. Na prática, além de buscar a interferência no modo de tomada da decisão sobre as coisas de concernência pública, hoje restrito à esfera política governamental, esta participação também significa aumentar as possibilidades de expressão e manifestação do cidadão; fortalecer as oportunidades de interferência na produção da opinião e da vontade políticas dos outros cidadãos; pressionar governos e produtores de decisão política. Mas, como isto ocorre na atual conjuntura quando a Internet é utilizada para este fim?

O *corpus* empírico estudado neste trabalho de pesquisa é o conjunto de portais governamentais das capitais brasileiras presentes hoje na rede mundial de computadores. Ao todo foram estudados 24 sítios⁴ em operação na Internet que representam, de forma

³ Conforme explica Gomes, no “interior dos discursos de autolegitimação de que é pródiga, a democracia tem um dos centros dogmáticos na idéia de soberania popular, a idéia segundo a qual o conjunto dos cidadãos se autodetermina politicamente e o povo está no comando do Estado. Nessa perspectiva, a esfera civil é constituída pelos mandantes e a esfera política, pelos mandatários. Historicamente, entretanto, o centro do poder de Estado parece ser ocupado pela esfera política, em cujo núcleo está o governo, restando à esfera civil apenas a função de intervenções episódicas em eleições para escolher, em função de cliente, uma dentre as várias opções de configuração do Estado produzidas pela esfera política e oferecidas no balcão eleitoral” (GOMES, 2004, p. 87).

⁴ Optou-se, nesta dissertação, pelo emprego do termo “sítio” para se referir às estruturas digitais, na forma de páginas eletrônicas, que servem como suporte de informações e de interação na interface usuário-microcomputador, que dão forma à parte significativa do fluxo de dados existentes hoje na Internet (rede mundial de computadores). Este termo vem a substituir em língua vernácula, sem perda de sentido, as expressões originais em inglês “web site” ou simplesmente “site”. Já o termo “portal” se refere a um tipo de sítio que converge informações sobre um determinado tema ou que reúne o acesso a outros sítios correlacionados (neste caso, temas e outros sítios relacionados à administração municipal).

significativa, grandes e médias cidades brasileiras. O objetivo é tentar responder alguns dos questionamentos enumerados anteriormente sem a pretensão de querer esgotá-los e tentar contribuir para uma melhor compreensão dos reais efeitos destas novas tecnologias da comunicação na relação política entre governo e cidadão nas respectivas localidades.

Hipóteses centrais do trabalho

A delimitação do objeto de pesquisa e os problemas que a análise suscita são permeados por algumas concepções teóricas mais gerais e por algumas hipóteses de trabalho centrais. Primeiramente, enquanto percepção fundamental, é preciso reconhecer a importância dos meios de comunicação nas relações políticas entre a esfera civil e a esfera política. Sobremaneira, estes *media* tem efetivado mudanças substanciais na política em graus maiores ou menores, mas que não podem ser simplesmente ignoradas (ver GOMES, 2004a). É importante reconhecer a potencialidade destas mudanças, mas é preciso também não subestimá-la e nem superestimá-la.

Assim, observando o quadro a ser analisado, os problemas que ele fomenta e estas percepções teóricas mais gerais, pode-se enumerar as hipóteses centrais deste trabalho: (1) as tecnologias da comunicação e informação (TICs) ainda não significam rupturas (em termos absolutos) do sistema democrático contemporâneo; (2) apesar do uso generalizado da Internet pelos governos municipais brasileiros, isto ainda não é suficiente para causar impactos substanciais na estrutura da política local: este uso está, provavelmente, refletindo a cultura política já existente nestas localidades; (3) É possível que haja diferentes visões de democracia entre os governos municipais brasileiros, quando estes se propõem a empregar a Internet como ferramenta que visa aumentar a participação política do cidadão; (4) Em

termos práticos, é provável que estes governos sustentem atualmente um sub-uso das potencialidades democráticas destas tecnologias da comunicação.

Estrutura da dissertação

Para tentar responder estas questões, a dissertação está estruturada em quatro partes. A primeira, intitulada *Ciberespaço, cidade e política: pressupostos teóricos*, irá traçar premissas teóricas, constatar e perceber algumas peculiaridades e aspectos conceituais dos principais elementos que compõem o “campo semântico” do objeto de pesquisa. O objetivo é fazer uma prospecção inicial no fenômeno, analisado suas mais significativas especificidades, o que justificará algumas diretrizes da dissertação, como a necessidade de pesquisa empírica e algumas cautelas que devem ser resguardadas ao se pensar o tema.

A segunda parte, chamada de *Ciberpolítica: democracia e tecnologias da informação e comunicação*, está voltada para uma tentativa de contextualização, aprofundamento e organização do debate sobre o tema; num primeiro momento, buscar-se-á demonstrar a importância de situar a discussão no campo da comunicação política; em seguida, será formulada uma delimitação conceitual mais clara de expressões como “ciberdemocracia” (ou democracia digital) e seus paralelos; num terceiro momento desta parte II, buscar-se-á demonstrar como o debate sobre democracia digital está vinculado a algumas retóricas históricas sobre a potência da técnica; logo após, tentar-se-á detectar as diferentes visões sobre democracia predominantes hoje no ciberespaço e, por fim, esta segunda parte será encerrada com uma proposta de se organizar tal debate a partir da percepção de existência de graus de democracia digital.

A terceira parte da dissertação - *Estruturando pesquisa empírica: pressupostos metodológicos* - é dedicada à construção do método de pesquisa empírica. O objetivo é

demonstrar como foi estruturada a ferramenta de coleta de dados. Quais diretrizes e mecanismos foram adotados para se obter informações que pudessem ser significativas.

A quarta e última parte, denominada *Graus de democracia digital: análise dos sítios governamentais das capitais brasileiras* - consiste na interpretação dos dados coletados e tabulados na pesquisa (via “navegação orientada” nos sítios). Num primeiro momento desta última parte será realizada uma exposição mais descritiva dos resultados obtidos, com dados, percentuais, gráficos, tabelas, notas, observações e outros detalhes pormenorizados. Em seguida, as duas últimas seções estarão concentradas em analisar e compreender o significado destes dados do ponto de vista teórico e prático.

PARTE I

CIBERESPAÇO, CIDADE E POLÍTICA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Antes de entramos mais profundamente no estudo de como as maiores cidades brasileiras estão empregando a Internet como meio de participação democrática, tentar-se-á aqui traçar alguns pressupostos teóricos na relação entre “cidade, ciberespaço e política”. A finalidade é levantar aspectos, peculiaridades, limites e problemas no enlaçamento destes três elementos fundamentais de abordagem, numa perspectiva conceitual, histórica e contemporânea⁵.

Num momento inicial, desta primeira parte da dissertação, a análise será dedicada a um breve esclarecimento conceitual do que vem sendo chamado de ciberespaço: fundamentalmente interessa elencar algumas peculiaridades deste termo, seus limites e sua natureza. Num segundo momento, serão apresentados problemas relacionados às tendências idealizadoras na relação “cidade, ciberespaço e política” que, de alguma forma, podem repercutir nos projetos e experimentos e no próprio discurso sobre o emprego das TICs na democracia contemporânea.

1.1 Ciberespaço: limites e aspectos

O termo “ciberespaço” é utilizado neste trabalho como o fluxo de trocas de informação, dados e comunicação a partir de artefatos tecnológicos eletrônicos digitais⁶.

⁵ Obviamente que estudar de forma aprofundada os aspectos e peculiaridades da relação “cidade, ciberespaço e política” daria margem um alcance maior que não pode ser contemplado pelos limites e objetivos desta dissertação. A proposta aqui é tentar abordar apenas alguns elementos desta relação, sobretudo os aspectos que servirão como pressupostos teóricos, necessariamente ligados à estruturação deste trabalho de pesquisa.

⁶ Artefatos como microcomputadores, telefones celulares, *palm-top* e aparelhos similares que vêm se integrando numa rede comunicacional cada vez mais convergente.

Redes de computadores são a mais expressiva forma em que estes fluxos informacionais vêm se desenvolvendo no mundo contemporâneo: aparelhos que se comunicam em rede, propiciando um espaço para interação remota⁷.

A idéia de ciberespaço, no sentido de espaço comunicacional, onde emergem trocas simbólicas e possíveis sociabilidades, é uma metáfora do espaço newtoniano e não um novo espaço no sentido da física tradicional. Como toda metáfora, o termo “ciberespaço” se apodera analogicamente de determinados aspectos do termo original (“espaço”) e descarta aquilo que não lhe convêm do objeto “inspirador”. Ou seja, o ciberespaço existe enquanto “ambiente de trocas simbólicas”, como o próprio espaço físico propicia, mas ele não existe enquanto “lugar” físico sujeito a leis da física tradicional (como lei da gravidade, ou a não ocupação simultânea de dois corpos sob o mesmo “vácuo”), embora sua operacionalidade esteja intimamente ligada a uma infraestrutura tecnológica (ver GRAHAM, 2004, p.18)⁸. O objetivo de trazer à tona esta discussão, aparentemente primária, está na preocupação de não tratar o que convencionalmente chamamos de ciberespaço enquanto “espaço” indiscriminadamente, o que acarretaria querer pensar a analogia nominal (o ciberespaço) pelo objeto ao qual a metáfora faz referência simbólica (o espaço).

A importância da clareza desta relação terminológica é justamente pensar no ciberespaço como *medium* (no sentido comunicacional do termo), vinculado ao mundo real, “enraizado no tecido social e cultural das nações” (STEIN e SINHA, 2002, p. 410) e não

⁷ O termo “ciberespaço” tem seu epicentro de difusão na literatura *cyberpunk*, fundamentalmente a partir do romance de William Gibson, “Neuromancer”, publicado pela primeira vez em língua inglesa no ano de 1984. No prefácio da 3ª edição brasileira (em português) do livro, Alex Antunes define o termo como “uma representação física e multidimensional do universo abstrato da ‘informação’. Um lugar para onde se vai com a mente, catapultada pela tecnologia, enquanto o corpo fica para trás. O termo *cyberespaço* (ou ciberespaço) foi abraçado com entusiasmo pela comunidade da informática, substituindo o mais neutro *esfera de dados*. Virou, inclusive, sinônimo de Internet” (GIBSON, 2003, p. 5-6)

⁸ Especificamente, Graham vai chamar a atenção para indissociável ligação entre as cidades e suas infraestrutura e o ciberespaço: o ciberespaço estaria fundamentalmente ancorado no espaço urbano.

enquanto um lugar descolado da realidade cotidiana, carente em ser povoado e colonizado como uma nova “terra recém descoberta”, onde tudo precisa ser criado⁹.

Sob este ponto de vista, o ciberespaço é menos uma “invenção” de um novo mundo e mais uma forma de *interpretação* de um mundo já existente, tal como a imprensa, o rádio e a TV foram uma reprodução da realidade. Ainda assim, há diferenças entre os meios de comunicação anteriores e este novo *medium*: o ciberespaço não é apenas *mass media*. É ao mesmo tempo meio de comunicação de massa, biblioteca, ambiente para trocas simbólicas simultâneas, arquivo de informações, banco de dados, ferramenta de comunicação simultânea (via voz, texto ou imagem), rede telemática, correio eletrônico, rádio, jornal, rede comunicacional para comércio e transações de mercado etc.

No que se refere à Internet (que compõe parcela significativa do ciberespaço), ela própria deve ser vista como um conjunto de elementos diversos que possuem características específicas:

[...] A Internet é retratada popularmente como um único *medium* cujo desabrochar completo ocorreu dentro de nossas vidas a menos de uma década. No entanto, isto é incorreto em dois sentidos. Primeiro, “a Internet” é uma espécie de abreviatura para um pacote de diferentes mídias e modalidades – correio eletrônico, sítios, listas de discussão, comércio eletrônico e assim por diante – que a torna talvez o mais complexo e plural *medium* já inventado. Segundo, estes diferentes modos têm suas próprias características comunicacionais, estão sujeitos a diferentes condições sociais e econômicas de uso e, significativamente, têm diferentes histórias que se estendem há muitas décadas. Claramente, estas diferenças precisam ser justificadas; elas

⁹ Optou-se aqui por não aprofundar as distinções entre o que estamos chamando de “ciberespaço”, “internet”, “nova mídia”, “redes telemáticas digitais” ou ainda “tecnologias da informação e comunicação” (TICs). Para efeito desta dissertação, tratar-se-á estas expressões como termos mais ou menos intercambiáveis, embora possuam pequenas distinções entre si. De forma mais ampla, características como interatividade, ambiente comunicacional eletronicamente mediado por linguagem binária, mídia que incorpora outras mídias, estruturação em forma de redes, novo ambiente simbólico para construção cultural e para sociabilidade etc. (ver BENEDIKT, 1991; BOLTER e GRUSIN, 1999; FRAGOSO, 2003; LEMOS, 1997; MANOVICH, 2001; MURRAY, 2001; PALACIOS, 2003; VILCHES, 2003) são alguns dos elementos mais centrais comuns a estes termos que nos permite tratá-los quase que como sinônimos, dentro dos objetivos específicos desta dissertação. Ainda sim, podemos configurar algumas diferenças conceituais mínimas: o ciberespaço é um termo mais abrangente e trata do ambiente simbólico de troca de informações propiciado pelas TICs e pelas redes telemáticas (estas duas últimas expressões estão mais marcadamente vinculadas à infraestrutura técnica). A Internet é talvez o mais importante ambiente comunicacional simbólico do ciberespaço (este último contém, além Internet, os ambientes comunicacionais gerados, por exemplo, por intranets, pelas redes de telefonia celular, ou pelas redes de satélites etc.). O termo “nova mídia” está mais relacionado com os meios e veículos de comunicação de massa gerados pelo ciberespaço e pela Internet (muitas vezes, a própria Internet também será chamada de “nova mídia”).

minam algumas possibilidades de identificar impactos singulares ou efeitos porque os significados (plural) e conseqüências da Internet estão na dependência de um largo alcance de condições culturais e históricas específicas. (LIEVROUW e LIVINGSTONE, 2002, p.6)¹⁰

Esta combinação ampla de possibilidades para a transmissão e apreensão cognitiva que abrange “simulações” mais complexas das práticas culturais, sociais e políticas existentes, produz o que será chamado aqui de *interpretação*: o ciberespaço teria a característica de gerar um olhar supostamente novo (diante da sua natureza peculiar: a natureza das redes telemáticas, a forma de *bits*) para o que já existe (práticas culturais, formas culturais, dilemas comunicacionais, utopias, dilemas políticos clássicos), a partir do prisma de suas peculiaridades comunicacionais (como interatividade à distância, bancos de dados dinâmicos, imagens tridimensionais etc). *Interpretar* deve ser entendido no sentido de “recriar” uma visão da realidade. E “recriar”, aqui, significa criar a partir do já existente.

Lev Manovich aponta para esta característica interpretativa do ciberespaço no que vai chamar de transcodificação¹¹ (*transcoding*). Transcodificar consiste no processo de transformar as formas culturais pré-existentes (com seus suportes anteriores diversos: analógicos, magnéticos, sonoros etc.) para a linguagem binária (numérica), tornando-as susceptíveis à natureza da nova mídia.

Para Benedikt estas características criam um espaço compartilhado e cumulativo de informações, interações e sociabilidade que torna o mundo “concreto” mais susceptível a

¹⁰ Tradução própria do original em inglês: “[...] the Internet is popularly portrayed as a single medium which sprung fully formed into our lives less than a decade ago. However, this is misleading in two senses. First, ‘the Internet’ is shorthand for a bundle of different media and modalities – e-mail, websites, newsgroups, e-commerce and so forth – that make it perhaps the most complex and plural of the electronic media yet invented. Second, these different modes have their own communication characteristics, are subject to differing economic and social conditions of use and, significantly, have different histories stretching back over several decades. Clearly, these differences must be accounted for; they undermine any possibility of identifying singular impacts or effects because the (plural) meanings and consequences of the Internet are contingent on a wide range of specific historical and cultural conditions.”

¹¹ “Transcodificação” é um dos cinco princípios da nova mídia, enumerados pelo autor: Numerical Representation, Modularity, Automation, Variability e Transcoding. Para Manovich, este último princípio seria a mais substancial conseqüência da computadorização da nova mídia. (MANOVICH, 2001,p.19-46)

“mentalizações” ou a “idealizações” e, simultaneamente, gera a sensação de uma maior “concretização” do “mental” ou do “ideal”:

No panorama mais amplo, o advento do ciberespaço está apto para ser visto de dois modos, sendo que cada um deles pode ser lamentado ou bem visto: um como um novo estágio na ‘eterealização’ do mundo em que vivemos, o mundo real das pessoas, coisas e lugares, ou, inversamente, como um novo estágio na ‘concretização’ do mundo que sonhamos e pensamos, o mundo das abstrações, memória e conhecimento (BENEDIKT, 1991, p. 124)¹²

Tanto o processo de transcodificação quanto os aspectos de eterealização do real e concretização do onírico tornam a comunicação mediada por computadores um ambiente propício para “mentalizações” sobre determinadas *praxis* históricas “pré-digitais” (como é o caso da tradição das utopias políticas ou do ideal democrático, como será visto mais adiante), quanto para tornar mais “concretos” (ou aparentemente concretos) elementos idealizados ou ficcionais.

Estas considerações sobre o caráter interpretativo do ciberespaço leva a um questionamento da idéia de “impacto” (no sentido de mudança radical) das novas mídias nos contextos sociais contemporâneos. Estas tecnologias estão assim mais habilitadas para uma continuidade do já existente do que para uma ruptura do ponto de vista histórico. A técnica, especificamente as TICs, não seria o elemento propulsor unilateral das mudanças sociais. Está, sobretudo, disposta dentro de um complexo processo social, sendo criada “encarnando” elementos dos contextos históricos sobre o qual emerge, provocando mudanças nestes contextos e sofrendo transformações de acordo com as forças de apropriação social:

Novos sistemas mediáticos são produtos de uma hibridização continua tanto de tecnologias existentes quanto de inovações de redes institucionais e técnicas interconectadas. [...] A metáfora também sugere a natureza

¹² Tradução própria do original em inglês: “On the largest view, the advent of cyberspace is apt to be seen in two ways, each of which can be regretted or welcomed: either as a new stage in the *eterealization* of the world we live in, the real world of people and things and places, or, conversely, as a new stage in the *concretization* of the world we dream and think in, the world of abstractions, memory, and knowledge”

essencialmente contínua do desenvolvimento da nova mídia. Até mesmo as tecnologias percebidas como sendo sem precedentes [...] têm sido projetadas, construídas e implementadas ao redor de tecnologias e práticas existentes. Mudança, então, vem em ondas ou ciclos; ocasionalmente, uma onda pode ser de tal magnitude que aparenta ser uma “revolução” ou uma completa quebra com o passado, mas de uma perspectiva mais ampla, é ainda parte de um processo contínuo. (LIEVROUW e LIVINGSTONE, 2002, p. 8)¹³

As inovações técnicas sempre alteraram práticas sociais ou culturais, esta não é uma particularidade das novas tecnologias da comunicação. Até aqui um fenômeno nada novo se comparado às mudanças técnicas da história, como a invenção da roda, da escrita, da máquina a vapor ou da imprensa. A particularidade que se pode admitir é a forma de abrangência e o grau de penetração destas novas ferramentas técnicas de comunicação na armazenagem, acessibilidade e câmbio de informações que propiciam elementos mais dinâmicos de produção cognitiva. Sobretudo, nesta primeira fase de crescimento, este movimento (ciberspacial) interpretativo tende a incorporar, sob a forma binária, o já existente; tende a criar novas visões para um dado objeto social. Este aspecto é o que geralmente suscita erros de análise ou de prognósticos ao se apontar rupturas ou revoluções. Pode-se afirmar, empiricamente, que há, quase sempre, um sentido de “novo olhar” sobre os objetos sociais, a partir da possibilidade de processos de comunicação mais complexos (som, imagem e dados) e mais horizontais¹⁴, próximos da experiência que simula o real. A revolução, se é que podemos tipificar assim, pode estar no processo histórico e na apropriação ampla (ainda não totalmente delineada) destas ferramentas, mas não está na ferramenta em si. Neste sentido, a ferramenta é potência, ou seja, *virtus*, no sentido mais antigo do termo.

¹³ Tradução própria do original em inglês: “[...] new media systems are products of a continuous hybridization of both existing technologies and innovations interconnected technical and institutional networks. [...] The metaphor also suggests the essentially continuous nature of new media development. Even technologies that are perceived as being unprecedented [...] have been designed, built and implemented around existing technologies and practices. Change, then, comes in waves or cycles; occasionally, a wave may be of such magnitude that it appears to be a « revolution » or a complete break with the past, but from a longer perspective it is still part of an ongoing process”.

¹⁴ “Mais horizontais”, porém, não totalmente horizontais. A verticalidade também pode ocorrer e ocorre no ciberespaço. Vide portais de notícias, portais governamentais ou *sítios* institucionais.

Estendendo a linha de raciocínio, o mesmo questionamento também recai sobre o que alguns autores chamam de “revolução informacional”, ou “revolução digital”¹⁵ ou ainda o surgimento de uma “sociedade da informação”, a partir da ênfase no aumento da circulação informacional e na utilização da informação, através das redes telemáticas, para geração de conhecimento e de produtos de uma “nova economia”:

Esse [o advento da revolução tecnológica da informação] é [...] no mínimo, um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII, induzindo um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura. [...] tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as Revoluções Industriais sucessivas [...] que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimento e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento [...]. (CASTELLS, 1999, p. 50)¹⁶

As bases materiais da economia, da sociedade e da cultura sofreram mudanças importantes, mas não a ponto de serem chamadas de “revolução”. Todas as sociedades, tal como elas foram estruturadas com os estados-nações, seriam sociedades da informação porque se constituíram e se operacionalizaram através do estoque e controle da informação sobre a população (GIDDENS, apud WEBSTER, 2002, p. 26). O crescente quantitativo de dados em circulação hoje no mundo não significa transformações qualitativas em termos de

¹⁵ Bobbio, Mateucci e Pasquino (1992, p. 1123) explicam que a palavra revolução foi criada durante o Renascimento, referindo-se ao “lento, regular e cíclico movimento das estrelas, como que a indicar que as mudanças políticas não se podem apartar de leis universais e implícitas”. Será no século XVII que o termo ganhará um significado propriamente político, para indicar o retorno a um estado antecedente de coisas, a uma ordem preestabelecida que foi perturbada. Na Revolução Francesa os autores notam uma importante mudança no significado do conceito, influenciada pelos iluministas: “de mera restauração de uma ordem perturbada pelas autoridades, se passa à fé na possibilidade da criação de uma *ordem nova* [...], enfim, Marx quem dará uma forma completa e um fim ainda mais grandioso à Revolução. Ela surgirá não só como instrumento essencial para a conquista da liberdade, identificada com o fim da exploração do homem pelo homem e, por conseqüência, com a possibilidade de vencer a pobreza, mas também como meio de conseguir a igualdade, posta na justiça social, e de o homem desenvolver plenamente todas as suas qualidades”. No que se refere ao tema “revolução digital” ou “revolução informacional” o termo é tratado predominantemente pelos diversos autores no sentido próximo à visão iluminista, ou seja: uma revolução seria uma mudança substancial na ordem vigente (tanto social, política quanto econômica), significando um novo ciclo histórico. É neste sentido que também será tratada a crítica da expressão neste trabalho dissertativo.

¹⁶ Há autores que tratarão o advento destas novas tecnologias como sinal de um período de transição: “The new information technology is changing the nature of diplomacy, and can affect the established processes of national politics, international relations, business, and government. We live in an age of massive historical transition that is disruptive, often painful, and upsets long-held beliefs.” (WRISTON, 2004)

mudanças sociais efetivas, a ponto de se anunciar “revoluções” ou um tipo inteiramente novo de sociedade (WEBSTER, 2002; COLEMAN, 1999).

1.2 Propensões utópicas na relação “cidade-política-ciberespaço”

Dilemas políticos antigos, problemas sociais nunca resolvidos parecem ganhar um novo fôlego, mediante as chamadas potencialidades das TIC. As características interpretativas do ciberespaço geram um campo propício para idealizações e, até certo ponto, encantamento:

O próprio computador, mesmo sem qualquer conteúdo de fantasia, é um objeto encantado [...]. O encantamento do computador cria para nós um espaço público que também parece bastante privado e íntimo. Em termos psicológicos, os computadores são objetos liminares, situados na fronteira entre a realidade externa e nossas próprias mentes. (MURRAY, 2001, p. 102-103)

Temas como “cidade” e “política”, historicamente marcados por seus dilemas, ideais e aspirações, ganham importância destacada em meio a estas projeções tecno-sociais contemporâneas. O imaginário urbano que se tem hoje sempre esteve historicamente atrelado tanto às inovações tecnológicas quanto às idealizações sociais e políticas. A cidade sempre foi, por excelência, o celeiro para a criação e apropriação social dos artefatos técnicos, simultaneamente, também sempre foi o epicentro de revoluções e reviravoltas históricas: um lugar-símbolo quase sempre tomado como um protótipo para idealizações das transformações sociais¹⁷.

Atualmente, a discussão em torno da relação “cidade, técnica e política” vem tomando dimensões peculiares, sobretudo perante o desenvolvimento de novas tecnologias de

¹⁷ ver MUMFORD, 1965; COULANGES, 1957.

informação e comunicação (TICs). Este quadro é alimentado não apenas por discussões teóricas sobre o papel destas novas tecnologias nas relações sociais e políticas da cidade contemporânea como, também, por estudos técnicos, relatórios de diretrizes para investimentos governamentais e privados e por projetos¹⁸ que tentam colocar em prática determinados modelos idealizados de comunicação social nas territorialidades urbanas.

No epicentro deste debate, uma expressão tornou-se significativa: “cidades digitais” (ou, ou seu similar, “cibercidades”). Este termo ganhou visibilidade desde os meados da década de 1990, sobretudo com a expansão da rede mundial de computadores. Num primeiro momento, foi amplamente utilizado no âmbito da Internet para denominar projetos de sítios que nasciam com o objetivo de fortalecer o diálogo entre cidadãos (ver ISHIDA; 2000; BECKERS, BESSELAAR e MELIS, 2000; CASTELLS, 2003; LEVY, 1999). Num segundo momento, com o amadurecimento do debate sobre cidade e telecomunicações, o termo incorporou outras conotações: para alguns autores a chamada “cidade digital “ seria algo mais que esta referência nominal da cidade no ciberespaço, mas a própria cidade em si, permeada com os novos artefatos tecnológicos em seu espaço real (ver FIRMINO, 2003; LEMOS, 2003).

¹⁸ “Por exemplo, o *Ukonline Citizen Portal* foi lançado em 2000, no Reino Unido, com verba de 1 bilhão de libras (cerca de 5 bilhões de reais em valores atuais). O objetivo é conectar o governo, cidadãos e empresas, através de uma interface-padrão de comunicação de informação e de conhecimento de um serviço interativo e altamente personalizado, utilizando-se de uma variedade de meios de acesso (telefone, correio eletrônico, computador, TV digital etc). [...] Na Europa, desde que o Relatório Bangemann (<http://158.169.51.200/infosoc/backg/bangeman.html>) publicado em 1994 identificou que a tecnologia, por si só, não é o problema, tem sido recomendado que a União e os governos nacionais e locais deveriam organizar a exploração de tecnologia a fim de desenvolver uma Sociedade de Informação. O relatório Bangemann (www.challenge.stockholm.se/Projects) reconhece uma variedade de projetos preparados para enfrentar esses e outros desafios, tais como o aperfeiçoamento dos serviços públicos e da democracia. O projeto “InfoCities”, patrocinado pela União Européia (www.infocities.eu.int/htm/body_info.htm) tem como objetivo utilizar novas TICs a fim de trazer benefícios sociais e econômicos à população local, a empresas e à comunidade mais ampla em quinze cidades e regiões em toda a Europa. [...] O projeto Information Society Initiative, do governo inglês (www.isi.gov.uk/isi), tem como alvo incentivar as empresas a tirar o maior proveito possível da explosão de novas formas de acessar, usar e enviar informações. [...]O mesmo tipo de objetivo de capacitação torna-se evidente no Canadá, onde os programas “Smart Communities” (<http://smartcommunities.ic.gc.ca>) e “Community Access” (<http://cap.ic.gc.ca>) estão sendo elaborados a fim de contribuir para a capacitação da população e das organizações locais, melhorando o acesso e o envolvimento das pessoas com as áreas de saúde e educação. Além disso, tais programas fornecem treinamento e desenvolvimento empresarial e pontos de acesso à Internet a moradores de cinco mil comunidades rurais remotas e a mais de cinco mil comunidades urbanas. Por fim, os programas ensinam as habilidades necessárias para utilizá-los. (FERGUSON, 2002, p. 124-125-130)

Estas apropriações conceituais sobre o mesmo termo podem ser sintetizadas no que será chamado aqui de (a) *abordagem internética* e (b) *abordagem telemática*.

a) *abordagem internética* - É a visão inicial do termo “cibercidade” (ou cidade digital), utilizada predominantemente para se referir à metáfora da cidade no ciberespaço. Nesta abordagem, enfatiza-se as potencialidades comunicacionais entre cidadãos, propiciadas pelas TICs. Esta visão prioriza o aspecto sócio-político da relação cidade e novas tecnologias da comunicação. As cidades digitais aparecem fundamentalmente sob a forma de projetos. Em geral ocorrem sob a tutela de grupos sociais ou instituições relativamente organizados (prefeitura, grupos ativistas, entidades não-governamentais, empresas privadas, instituições de pesquisa etc.), com o objetivo de utilizar as novas tecnologias da comunicação no fortalecimento dos vínculos civis (cidadão *versus* cidadão; cidadão *versus* instituições governamentais; esfera política *versus* esfera civil etc.). Embora estes projetos usem a Internet como principal espelho ou vitrine, boa parte deles não está apenas no plano digital do ciberespaço: envolvem a criação de infra-estrutura material de comunicação nas cidades a que se referem¹⁹.

b) *abordagem telemática* - É a visão mais recente da expressão utilizada para denominar a cidade real, com seus espaços físicos e lugares de concreto, permeada pelos aparelhos de telecomunicações, antenas, fibras óticas, sensores, redes *wi-fi* e a relação sócio-econômica desta mutação tecno-espacial. Nesta abordagem, a ênfase conceitual está no aspecto espacial-econômico da relação cidade *versus* TICs. Nem sempre o fenômeno aparece sob a forma explícita de projetos. Geralmente é percebido como as conseqüências econômicas,

¹⁹ Como infocentros, terminais de acesso público, aparelhos de telecomunicação digitais, redes de computadores pessoais etc.

urbanísticas, sócio-espaciais e geopolíticas das novas tecnologias em sua expansão no ambiente urbano.

Embora estas duas visões pareçam pouco relacionadas entre si, na verdade tratam de um mesmo fenômeno: o panorama contemporâneo urbano diante das interferências das tecnologias da informação e da comunicação. As duas abordagens partem desta mesma análise macro-temática, apesar de se bifurcarem ao enfatizar, cada qual a seu modo, determinados elementos deste tema: a primeira se restringe ao uso das TICs para o fortalecimento das relações civis, com forte atenção para o emprego do ciberespaço como ferramenta potencializadora; a segunda, tenta abarcar a cidade de forma mais ampla, porém vai se concentrar nos aspectos espaciais e econômicos desta relação (aspectos sociais e políticos também poderão ser de alguma forma tratados nesta abordagem, porém, de modo secundário).

De um modo mais claro, abarcando estas visões, o termo “cibercidade” (ou “cidade digital”) será tratado aqui como *o fenômeno de introjeção das novas tecnologias da comunicação no nível das relações sociais, políticas, espaciais e econômicas de uma determinada territorialidade urbana.*

A visão internética de cidade digital é o tipo de abordagem mais comumente incorporada por iniciativas governamentais, quase sempre sob a forma de projetos. Isto ocorre porque, atualmente, os governos locais sofrem pressões políticas para o emprego das TICs com o objetivo de melhorar a qualidade de vida em suas localidades (MALINA, 1999, p. 31), geralmente buscando tornar mais eficiente a prestação dos serviços públicos.

Os projetos que empregam essas tecnologias da comunicação para melhorar os vínculos civis locais recebem significativos investimentos governamentais e até mesmo privados. Experimentos como a cidade digital de Amsterdã (Holanda), Aveiro digital

(Portugal), cidade digital de Kyoto (Japão), IberBOLe (Itália), projeto Péricles (Grécia), Parthenay (França), Santa Mônica (EUA) e Manchester (Reino Unido) são alguns dos exemplos mais conhecidos deste tipo de iniciativa²⁰. Embora cada uma destas experiências possua suas peculiaridades localizadas (seja no que se refere ao tipo de tecnologia utilizada ou no que se refere à ênfase em determinados objetivos ou na amplitude de alcance) elas possuem pilares comuns: (a) nascem sob a forma de iniciativas planejadas, em sua maioria são projetos-pilotos; (b) geralmente são organizadas com a co-participação estatal e não-estatal numa conjunção de esforços; (c) tentam melhorar as relações sociais, políticas, culturas e econômicas de determinadas localidades, utilizando-se das potencialidades dialógicas das TICs; (d) são apoiadas em uma infra-estrutura comunicacional e, em determinados casos, há um investimento na construção de uma infra-estrutura pública voltada para inclusão digital (seja através de programas de inclusão digital, seja através de subsídios fiscais para compra de computadores pessoais, instalação de quiosques de acesso, telecentros etc.).

Apesar de algumas dessas iniciativas já possuírem uma década de existência (como é o caso da cidade digital de Amsterdã) elas ainda carregam o rótulo de “projetos”. E como “projetos” são guiados por modelos e objetivos idealizados. A presença de certa pressão política no emprego das TICs visando aprimorar a relação entre cidadãos e governos locais, somada à crença no potencial emancipatório dessas novas tecnologias da comunicação, não têm sido elementos suficientes para gerar manter a existência desses projetos. Grande parte dessas experiências sofre problemas do ponto de vista de sua implementação efetiva ou de sua sustentação durante os anos. Algumas, como é o caso da cidade digital de Kyoto, já não existem mais. No caso de Amsterdã, o projeto sofreu mudanças significativas desde o modelo

²⁰ Alguns trabalhos de análises ou descrições sobre estes e outros projetos afins: Amsterdã (BRANTS e FRANCISSEN, 1998; CASTELLS, 2003, p. 146; BECKERS, BESSELAAR e MELIS, 2000; LEMOS, 2000, p. 26) Aveiro digital (LEMOS, 2000, p. 29; PROGRAMA AVEIRO DIGITAL, 2003), Kyoto (ISHIDA; 2000) , IberBOLe (LEMOS, 200, p. 28; GUIDI, 2002; TAMBINI, 1998), projeto Péricles (TSAGAROUSIANOU, 1998, p. 43), Parthenay (BECKERS, BESSELAAR e MELIS, 2000), Santa Mônica (DOCTER e DUTTON, 1998), Manchester Information City (BRYAN, 1998)

primeiramente idealizado e hoje recebe críticas devido a sua atual caracterização (ver CASTELLS, 2003: 146); Em Portugal, o projeto Aveiro digital vem passando por reestruturações no seu formato inicial.

O que se pode avaliar deste quadro descritivo - e observando as trajetórias dos projetos ainda em andamento - é que há a presença de uma carga idealizadora, tanto nos discursos governamentais e de ativistas em torno destes experimentos quanto nas próprias metas e objetivos almejados por estas iniciativas.

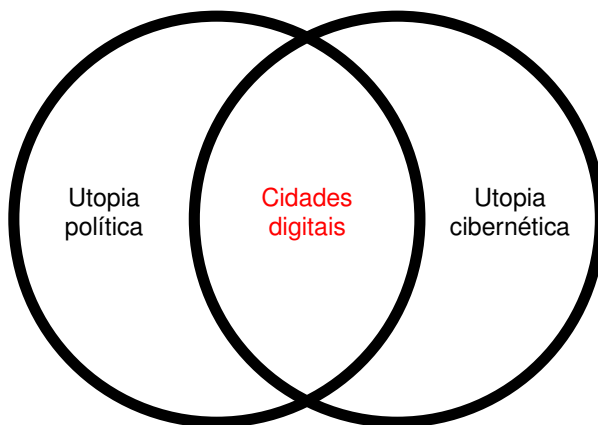
A natureza peculiar de “projetos” gera modelos ideais que se tornam campos propícios à incorporação de tradições normativas de caráter utópico e esta característica parece interferir (em menor ou maior grau) na implementação efetiva nos moldes daquilo que é planejado²¹.

Se observarmos microscopicamente, os três elementos centrais que compõem o cerne temático destas experiências - cidade, política e ciberespaço - estão intimamente ligados a duas linhagens de tradições utópicas, que podem ser denominadas respectivamente de (a) utopia política e (b) utopia cibernética. Cada uma dessas duas linhagens utópicas permeia as metas, os ideais e os dilemas dos experimentos e projetos de cidades digitais (e de modo mais amplo, permeia a relação entre cidade-política-TICS), embora nem sempre estejam explicitamente referenciados no discurso em torno destas experiências²².

²¹ É importante ressaltar que não há um estudo empírico consistente que sustente, com profundidade, esta afirmação. Ao utilizar o verbo “permeiar” nesta sentença, procura-se dizer que os projetos de cibercidades são propensos a serem influenciados por estas tradições utópicas e não que haja inevitavelmente esta influência.

²² O termo “utopia” foi “cunhado” e difundido em 1516 (ano da primeira edição em latim de “Utopia ou o Tratado da melhor forma de governo”) por Tomas Morus para denominar um Estado imaginário estabelecido em uma ilha no Novo Mundo, onde os habitantes viviam sob um regime coletivizado de relações sociais, políticas e econômicas. Embora o termo seja hoje utilizado de variadas formas (sempre carregando certa conotação de “algo sonhado”) será adotada aqui uma visão mais moderna do termo: utopia seria aquilo que é viável de existir, mas não possui “lugar para ser”; é o que é ontologicamente possível, mas pragmaticamente improvável ou, inversamente, aquilo que é pragmaticamente possível, mas ontologicamente inviável (devido a questões históricas, culturais ou sociais). De um modo mais conciso, o termo não deve ser usado apenas para denominar apenas “o impossível”. A expressão só ganha sentido de fato para um uso terminológico útil quando leva em conta esta tensão entre “o possível, mas improvável”.

Como ilustra o diagrama a seguir, os projetos são construídos na “intersecção” destas duas tradições idealizadoras:



a) Utopia política versus cidades digitais - a primeira linhagem utópica presente na relação cidade-TICs-política é o que se pode chamar de utopia política ou utopia urbana: um conjunto de narrativas e teorizações que tentam descrever o modelo ideal da *res publica*, ou seja, na coisa de concernência comum. A *res publica* apoiou-se na polis grega, na cidade romana. Por muito tempo foi simbolizada na cidade e, mais recentemente, na nacionalidade moderna ou no cosmopolitanismo Iluminista.

Esta tradição pode ser bem representada em narrativas como *Utopia* de Tomas Morus (MORUS, 1997), *Cidade do Sol* de Tommaso Campanella (CAMPANELA: 1973) ou *A Nova Atlântida*, de Francis Bacon. Num período mais recente, os séculos XVIII e XIX concentraram um grande volume de utopias em torno de uma vida política que abrangeria não apenas a cidade, mas as dimensões nacionais do estado moderno, chegando até mesmo a idealizações de uma comunidade mais universalista, como o sonho do corpo europeu de Saint-Simon (MATTELART, 2002, p. 120). O próprio desenvolvimento dos modelos de

sistemas políticos, seja a partir dos chamado socialismo utópico europeu, dos escritos anarquistas do século XIX ou do debate entre federalistas e antifederalistas na formação da democracia liberal norte-americana²³ também concentra parte significativa desta tradição.

Embora estes discursos sejam relativamente distintos em suas ênfases descritivas e em sua estrutura idealizadora (dando conotações ideais para determinados aspectos específicos em cada obra), pode-se levantar alguns elementos mais centrais que estarão presentes na espinha dorsal desta tradição:

- (1) a cidade quase sempre aparece como o protótipo social para uma vivência humana idealizada;
- (2) na maioria das obras existe uma preocupação em se ponderar sobre as “dimensões da *res publica*”: seja em relação às dimensões geográficas da cidade ou do país, seja em relação ao quantitativo de habitantes;
- (3) no caso das narrativas ficcionais que tratam especificamente de utopias urbanas, a cidade aparece como simbologia da *res publica*, como um lugar “compartilhado harmonicamente”, sendo que esta “coletivização” é mantida estável mediante uma “rigidez organizacional projetada”. Ou seja, a cidade impõe regras e contratos, tornando-se assim um lugar que mantém a ordem e a harmonia, em contraponto ao “caos” exterior (MONCAN, apud FREITAG).

Os projetos de cidades digitais incorporam explícita e implicitamente grande parte destes elementos centrais encontrados na tradição das utopias políticas. A peculiaridade desta incorporação está no emprego das TICs para revestir tais idealizações, no âmbito da cidade

²³ Quanto a este último item, ver FISHKIN, 2002.

(da *res pública*) contemporânea: (a) nos projetos de cibercidades, a cidade é tida como o “protótipo” para se experimentar o emprego das TICs no intuito de gerar novas formas de relações sociais e políticas, fortalecendo as coisas de concernência comum²⁴; (b) há, nos projetos, uma visível preocupação com a dimensão urbana: a maioria das experiências é aplicada em cidades de pequeno ou médio porte (ou segmentada por logradouros nas grandes cidades)²⁵; (c) a característica de “projeto” dos experimentos, que empregam as TICs para o fortalecimento da *res pública* (aqui, especificamente simbolizada pela cidade contemporânea), impõe determinada rigidez planificadora: as cibercidades são projetadas, com metas, objetivos e parâmetros previamente estipulados pelos seus gestores e idealizadores.

b) Utopia cibernética versus cidades digitais - a segunda linhagem utópica, contida nos projetos de cibercidades (e na relação cidade-política-TICs), é cronologicamente a mais recente. Esta tradição idealizadora ganha força sobretudo no pós-guerra, em meados do século XX, juntamente com a emergência de uma celebrada “nova ciência” chamada “cibernética”:

A questão da definição da cibernética é complexa; um esboço puramente descritivo das diferentes proposições feitas pelos próprios cibernéticos revela mais de cinquenta definições do seu domínio. Nenhuma, porém, rivaliza com aquela que propõe Norbert Wiener, o “pai fundador” da cibernética, que a encarava como a “ciência do controlo e das comunicações” [...]. A cibernética está, com efeito, explicitamente voltada para a investigação das leis gerais da comunicação, quer estas digam respeito a fenómenos naturais ou artificiais que impliquem as máquinas, os animais, o homem ou a sociedade. No âmbito da nova ciência, que

²⁴ Interessante notar que a maioria dos projetos mais complexos de uso das tecnologias da informação e comunicação para mediar relações políticas não é aplicada na dimensão do Estado nem em províncias territoriais amplas: é predominantemente baseada em localidades urbanas escolhidas para servirem como “modelos-experimentais” para uma aplicação futura em larga escala.

²⁵ Isto ocorre porque há uma preocupação em viabilizar o investimento a título de “projeto-piloto” numa localidade que não tenha um número alto de habitantes nem que tenha vastas dimensões territoriais, sobretudo, porque estabelecer a qualidade do elo comunicacional sócio-político em uma cidade de dimensões demográficas metropolitanas torna-se uma tarefa de implementação bem mais complexa: um dilema fortemente presente nos discursos das utopias cidadinas

pretensamente a deve implementar, a comunicação está imediatamente associada à dimensão do “controle”.(BRETON, 1992, p. 17)

Para Breton, a discussão sobre cibernética produziu, a partir deste período, o que chama de “utopia da comunicação”: a crença de que os processos de comunicação teriam o papel de se evitar a degradação do mundo até então deteriorado pela “barbárie” do estado-nação moderno, após duas guerras mundiais. Uma característica importante nas origens desta tradição utópica é a centralidade do papel da comunicação em impedir a “destruição” e não necessariamente em criar uma nova sociedade, como nas utopias anteriores. Este discurso seria, deste modo, assimilado pelos teóricos da informação, pelo *ethos* pragmático dos *mass media* das décadas posteriores e, simultaneamente, incorporado e difundido pelo surgimento do computador em 1948:

Essa nova máquina é directamente fruto da utopia, tendo sido concebida para se arvorar como um dos marcos principais da sua aplicação concreta. O computador, desse ponto de vista, é realmente o cavalo de Tróia da utopia na sociedade moderna, no duplo sentido da transparência social que permite obter (um mundo informatizado é um mundo inteiramente explicitado) e da racionalidade que injecta nos processos humanos, sobretudo os da decisão. [...] A partir daqui, vai afirmar-se progressivamente a ideia de que uma verdadeira “revolução” está em marcha, ou seja, a “revolução informática”. Uma abundância de obras e de textos especializados e, progressivamente, de artigos na imprensa de grande tiragem são então, publicados em redor deste assunto. [...] Por toda a parte os informáticos sentem-se mobilizados, eles são os militantes da sociedade de amanhã, aqueles que transportam consigo a ordem, a clareza, o progresso numa sociedade que necessita realmente deles. [...] Assim, carregada de sentido, a utilização dos computadores, sobretudo no seio da “tribo informática”, contribuiu largamente para o desenvolvimento das crenças utópicas nesse domínio. (BRETON, 1992, p.105-106)

Esta tradição idealizadora vai atravessar todo o imaginário tecnológico do século XX e ganhará novo fôlego na década de 1970 com o desenvolvimento da microinformática, tendo um novo sobressalto com a expansão da Internet em meados da década de 1990.

O discurso em torno de uma “Sociedade da Informação” ou de uma “revolução digital” é constantemente reivindicado nos projetos de cibercidades e frequentemente assimilado na justificativa dos investimentos em torno destes experimentos. Sobretudo, o

surgimento da Internet e as potencialidades comunicacionais dessa nova tecnologia, suscitarão as bases técnicas sobre as quais estas idealizações serão estruturadas: a comunicação mediada por computadores estaria apta para melhorar o sistema democrático liberal propiciando uma nova forma de relação política no âmbito das territorialidades urbanas.

A forte presença de elementos de tradições utópicas nos projetos de cibercidades ou de iniciativas baseadas no trinômio “cidade-ciberespaço-política” não significa que estes experimentos estão condenados ao fracasso ou a uma realização inviável. Sobretudo, significa que estes elementos e esta interseção de duas utopias, sobre a qual estas iniciativas estão sendo erguidas, precisam ser percebidos para se evitar um discurso idealizador exacerbado.

É importante notar que os elementos utópicos não são determinantes, no sentido de serem inevitáveis na construção das iniciativas. Mas podem ser condicionantes, no sentido de interferirem nas possibilidades reais de implementação de determinadas metas ou objetivos vislumbrados por estes projetos²⁶.

Obviamente, o caráter de “projeto” destas iniciativas por si só não configura uma natureza utópica. As cidades digitais (sobretudo em sua visão internética) não são necessariamente utopias e sim um campo de atuação com propensões utópicas. Não apenas pelo fato de serem “projetos”, mas por incorporarem, concomitantemente, duas tradições idealizadoras com seus discursos e dilemas históricos nunca efetivamente solucionados.

²⁶ No sentido inverso, também se pode dizer que existem as distopias (ou anti-utopias) nesta mesma interseção da relação cidade-ciberespaço-política. Neste caso, a cidade (ou a *res publica*) é vista como um lugar degradado, decadente, limitador das potencialidades humanas, onde a tecnologia se tornou um problema a ponto de ditar - no sentido de dominar maleficamente - as relações sociais ou a coisa de concernência pública. Embora as anti-utopias também possam influenciar o imaginário desta relação elas terão um papel secundário, quando

Perceber a utopia não significa negá-la, mas transformá-la em normatividade: fazer com que aquilo que parece possível, mas improvável, se torne um horizonte não para a descrença na realização concreta destes projetos, mas para guiar transformações, sem perder de vista o seu caráter de horizonte, susceptível de ser inalcançável em determinadas idealizações.

PARTE II

CIBERDEMOCRACIA: DEMOCRACIA E TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

As características do ciberespaço e da relação entre cidade e TICs - expostas até aqui - são elementos teóricos de natureza introdutória, que servirá como pano de fundo para se perceber problemas, para se delinear cuidados e seguir rumos de pesquisa. O aspecto de interpretação característico do ciberespaço, somando-se às propensões idealizadoras na relação entre cidade, ciberespaço e política impõem algumas cautelas como premissas de pesquisa: (a) primeiramente, deve-se compreender que nem tudo é novo no ciberespaço, embora apareça, sob o ponto de vista contemporâneo, como algo inovador ou inédito; (b) em segundo lugar, há mais continuidade do que ruptura na relação entre TICs e política contemporânea; (c) por último, os projetos e os experimentos que empregam o ciberespaço ou as TICs para mediar relações políticas no âmbito citadino são um campo propenso para utopias e idealização exacerbada, o que exige alicerçar a abordagem do problema em dados reais e não apenas em análises puramente teóricas ou discursivas que envolvem especificamente este objeto

Tendo estas premissas claras, optou-se por trabalhar, nesta segunda parte do trabalho, em cinco momentos distintos: (1) em primeiro lugar, situar o problema central da pesquisa, a partir da teoria política e da comunicação política: tentar-se-á demonstrar que este debate está intimamente ligado à noção de esfera pública²⁷ e ao tema da participação democrática; (2) em seguida, delimitar e esclarecer o emprego de termos fundamentais nesta dissertação: especialmente o termo “democracia digital” ou, o seu similar, “ciberdemocracia” e também as expressões correlatas: “democracia eletrônica” e “teledemocracia”; (3) num terceiro

²⁷ Sobretudo na retomada deste conceito pelo ambiente de língua inglesa a partir da emergência de novas tecnologias de comunicação.

momento, tentar-se-á traçar um esboço visando caracterizar , ainda que superficialmente, o papel histórico da técnica como elemento potencializador da prática política; (4) em seguida, perceber a presença dos principais modelos de democracia predominantes hoje no ciberespaço e, por fim, (5) num quinto momento, tentar-se-á organizar o debate a partir da percepção da existência de graus de participação democrática no emprego das TICs para mediar as relações políticas contemporâneas.

2.1 Contribuições da pesquisa em comunicação política

Quando há uma proposição de estudo sobre os problemas da relação entre TICs e democracia – neste caso em específico, no âmbito cidadão - é importante perceber que as bases desta análise devem conter as contribuições dos estudos sobre comunicação e política. Qualquer análise que se pautar nestes termos deve levar em conta esta área do conhecimento, que vem sendo largamente desenvolvida desde o século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Este campo de investigação surge numa tentativa de se entender qual a relação e quais as repercussões da comunicação de massa no sistema político, em seus agentes e na sua estrutura. Tenta compreender que tipo de relação a esfera política e a esfera civil estabelecem com a indústria da informação e ainda como a comunicação de massa poderia estar transformando a prática política (sobretudo a democracia de massa dos estados liberais).

Para Gomes (2004a, p. 17) há basicamente três estágios na literatura sobre comunicação e política. Primeiro, há a fase dos estudos dispersos sobre aqueles fenômenos singulares da política onde se verifica uma presença importante da comunicação de massa ou sobre aspectos da comunicação de massa com incidência na política. Num segundo momento, entre os anos 60 e início dos anos 70, o autor aponta para uma mudança: a comunicação se

transforma em um setor industrial importante e difundido pelo mundo e a prática política que se apoiava na comunicação de massa já se espalhava pelas grandes democracias do planeta. Assim, “de instrumental e envergonhada, a comunicação de massa e a indústria cultural são apresentadas agora no centro da cena das instituições sociais” (GOMES, 2004a, p. 21). A terceira fase da pesquisa em comunicação política, percebida por Gomes, se dá nas décadas de 80 e 90, quando ocorre um aumento expressivo de publicação sobre o tema mais do que nos setenta anos precedentes. É nesta terceira fase que o autor nota para a formação efetiva de uma especialidade: “a área acumulou um volume de pesquisa que não se consegue acompanhar, tão grande a diversidade dos aspectos considerados, o volume e a procedência geográfica dos autores”(2004a, p. 22).

Nas bases destes estudos, está a teoria política e a teoria da democracia, que fornecerão uma tradição teórica mais antiga e bem mais estruturada para a incursão sobre estes problemas.

Um tema importante dos debates recentes em teoria política e que será uma expressão-chave da comunicação política é o que se chama de “esfera pública”. Embora a noção de esfera pública também tenha sido tratada por autores como Immanuel Kant e Hanna Arendt, a discussão sobre o conceito ganhará maior repercussão com a publicação de *Mudança Estrutural na Esfera Pública*, de Jürgen Habermas. Nesta obra, o autor alemão retoma o conceito e tenta aprofundá-lo, traçando as origens e o comportamento histórico da noção central de “público”, desde a compreensão de suas origens na experiência política da Grécia antiga, transmitida pelos romanos, passando a idade Média até a gênese da esfera pública burguesa no século XIII.

Apesar de ser um tema bastante fértil para debate, o que solicitaria um aprofundamento não apenas da visão de Habermas, mas das visões diferenciadas do conceito e das críticas a ele conferidas, interessa aqui, dentro dos objetos e dos limites desta

dissertação, as repercussões da noção habermasiana, sobretudo porque será esta noção de esfera pública que irá influenciar o debate atual sobre democracia digital.

Sinteticamente, é possível caracterizar a esfera pública como:

[...] o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente, de forma aberta e racional. (GOMES, 1998, p. 1)

Habermas irá concentrar boa parte de sua análise no que chama de esfera pública burguesa. O autor demonstra como o conceito e os princípios da esfera pública foram reapropriados, historicamente, pela classe burguesa emergente (especialmente na Inglaterra, nos século XVIII) que utilizou esta visão para pleitear e legitimar o acesso ao poder político (e também para se defender deste) até então restrito à classe dos nobres e da Igreja:

Ou seja, com a idéia de esfera pública, os burgueses não pretendem simplesmente exigir uma melhor partilha do poder; pretendem, ainda mais, que a negociação argumentativa tenha um “valor contratual” vinculante até mesmo para o domínio e a autoridade, a partir daí submetidos aos critérios da "razão". (GOMES, 1998, p. 2)

A consolidação de uma esfera pública burguesa tem origens anteriores no século XV: um período marcado pela formação do estado-nação monárquico, caracterizado pela centralidade do poder político pela nobreza, e, paralelamente, pela emergência de uma nova classe social – a burguesia: uma classe emergente que acumulava capital com a mercantilismo, tornando-se detentora de poder econômico, porém, privada de poder político.

Após obter gradativamente sua influência no poder político, a classe burguesa irá esvaziar o sentido crítico e discursivo da esfera pública, que antes se contrapunha ao Estado.

Na visão de Habermas, haveria ocorrido uma institucionalização do espaço da argumentação na forma de parlamentos e instâncias similares.

Com o passar do tempo, conforme autor, as transformações sociais ocorridas no mundo, minaram as bases originais da esfera pública, alterando-a de forma substancial. “A crise é proveniente, segundo Habermas, antes de tudo da mudança de estrutura pela qual passa o Estado e na qual se dilui o contraste entre Estado e sociedade” (GOMES, 1998, p. 9). Esta diferenciação entre público e privado é um ponto central da visão habermasiana:

O modelo da esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre setor público e setor privado; a esfera pública das pessoas privadas reunidas num público, que fazia a mediação entre o Estado e as necessidades da sociedade, era computada ela mesma no setor privado. À medida que o setor público se imbrica com o setor privado, este modelo se torna inútil. (HABERMAS, 1984, p.208)

Juntamente com a indistinção da fronteira entre o público e o privado e o esvaziando do caráter discursivo e autônomo da esfera pública, o crescimento da comunicação de massa também aparece, para Habermas, como um fenômeno importante neste processo:

No centro de toda essa mudança de estrutura da esfera pública estaria, segundo Habermas, a presença avassaladora dos meios e da cultura de massa. Antes, é justamente a íntima vinculação da esfera pública aos *mass media* e à *mass culture*, a sua submissão a estes, o fenômeno que configura da maneira mais evidente a degeneração da esfera pública moderna. (GOMES, 1998, p. 10)

Assim, teríamos apenas a ilusão da esfera pública nas sociedades modernas. Para Habermas, a esfera pública não mais existiria: haveria agora uma falsa esfera pública,

ilusória, uma encenação da esfera pública, dominada pela indústria da comunicação e pela cultura de massa²⁸.

Este quadro teórico de *Mudança Estrutural* terá pequena repercussão no ambiente europeu, no contexto de sua primeira publicação em alemão em 1962²⁹. Com a tradução para o idioma inglês, no final da década de 1980, o debate ganhará fôlego, principalmente no ambiente norte-americano.

Em meio às repercussões do contexto anglo-americano de *Mudança Estrutural* e com o desgaste do modelo de democracia representativa no final do século XX, o tema da participação efetiva do público nas democracias de massa ganhará volume:

O exame sobre as razões da excessiva autonomização da esfera da decisão política e da crescente atrofiação das funções da esfera civil na condução do Estado, ao lado da formulação de alternativas, teóricas e práticas, para o crescimento dos níveis de participação civil nos negócios públicos, tem se tornado no tema central e na grande novidade da teoria da democracia nas últimas décadas. Conhecem-se, a partir daí, os modelos de “democracia participativa”, “strong democracy” e, ultimamente, de “democracia deliberativa” que se multiplicaram na virada do século. (GOMES, 2004b, p. 3)

Neste debate mais recente, dois modelos principais serão bastante difundidos: o modelo da democracia forte (*strong democracy*) e o modelo da democracia deliberativa.

²⁸ A visão de esfera pública em Habermas e suas conclusões será criticada por diversos autores (e apoiada por um grupo ainda maior). Podemos sintetizar estas críticas fundamentalmente em duas frentes: (a) a inconsistência histórica do fenômeno da esfera pública enquanto algo que de fato existiu, ou seja, um conceito importante, porém sem provas suficientes de ter sido levado a cabo efetivamente; ; (b) o conceito de esfera pública e a visão de Habermas sobre política seriam considerados excessivamente argumentativos e racionais, que estaria demasiadamente concentrado em uma análise unilateral (do ponto de vista racional) de um processo mais complexo. Como já foi posto, para os limites desta dissertação, interessa menos o aprofundamento deste debate e mais as repercussões que o conceito habermasiano irá suscitar, sobretudo a partir de sua retomada com o surgimento de novas tecnologias de comunicação. Embora estas críticas devam ser levadas em conta ao utilizarmos e pensarmos este tema, para fins deste trabalho considera-se importante a visão habermasiana, sobretudo por causa de sua vinculação ao conceito de *mass media*, sua posterior repercussão com o advento das TICs e ainda pelo fato de que o conceito de esfera pública, tal como apresentado por Habermas, é um conceito-chave na teoria da democracia contemporânea.

²⁹ Esta repercussão se dará principalmente nas áreas de conhecimento das ciências sociais e da comunicação, produzindo um debate interessante na França nos anos 80, assim como um pouco em toda parte, inclusive no Brasil.

O modelo da *strong democracy*, de Benjamim R. Barber (BARBER, 2003), influenciou boa parte da literatura sobre democracia participativa a partir da segunda metade da década de 1980. Em *Strong Democracy*³⁰, o autor critica o sistema democrático liberal (o que chama de “democracia fraca” – *thin democracy*) e defende a participação popular nos negócios públicos a partir da idéia de autogoverno:

Democracia forte é distintivamente uma forma moderna de democracia participativa. Apóia-se na idéia de comunidade autogovernada, com cidadãos que se unem menos por interesses homogêneos e mais por educação cívica [...] (BARBER, 2003, p. 117)³¹

No caso do modelo de democracia deliberativa, há uma influência mais nítida e direta do conceito de esfera pública a partir do conceito habermasiano: aqui, os princípios desta noção, enquanto âmbito para deliberação sobre assuntos de concernência comum, serão os norteadores na busca por mecanismos de maior participação da esfera civil nas decisões políticas nas democracias de massa.

O surgimento de novas formas de comunicação mediada eletronicamente por artefatos tecnológicos, que possibilitariam maior interatividade civil, alimenta a idéia de um possível fortalecimento democrático, a partir da reestruturação da esfera pública. O emprego das TICs para melhorar a participação da esfera civil nos negócios públicos encontra na discussão sobre esfera pública e os recentes modelos de participação democrática (como a democracia deliberativa ou democracia participativa) uma inspiração fecunda de fundamentação teórica e

³⁰ Este livro foi publicado inicialmente em 1984. Foi uma obra bastante citada, nos anos seguintes, principalmente em alguns artigos sobre participação democrática nas decisões políticas e sobre democracia participativa.

³¹ Tradução própria do original em inglês: “Strong democracy is a distinctively modern form of participatory democracy. It rests on the idea of a self-governing community of citizens who are united less by homogeneous interests than by civic education [...]”.

reforço ideológico, uma linguagem e uma justificação. Para diversos autores³², há agora novos elementos político-comunicacionais – as TICs - capazes de provocar reestruturações na esfera pública, capazes de promover maior participação do público na democracia contemporânea. O desenrolar desta discussão - com suas bases de expansão cravadas, em boa parte, em de *Mudança Estrutural* - vai desaguar no tema que hoje é designado, dentre outros modos, como “ciberdemocracia”, “democracia digital”, “*e-democracy*”, “democracia eletrônica” e termos similares.

2.2 “Democracia eletrônica, “teledemocracia” e “democracia digital”: delimitação terminológica

Antes de avançar sobre o debate contemporâneo que aborda a utilização das TICs para o aumento da participação política nas democracias de massa, torna-se importante esclarecer e delimitar três termos correlatos que podem ser considerados fundamentais no desenvolvimento deste debate: “democracia digital”, “democracia eletrônica” e “teledemocracia”.

O que podemos chamar aqui de “democracia digital” ou “ciberdemocracia” não deve ser visto como um novo modelo de democracia e muito menos como uma forma transcendente de sistema político. Em linhas gerais, será adotada aqui a perspectiva de que, quando se fala em ciberdemocracia ou democracia digital, está-se referindo menos ao sentido de “ruptura” imediata e mais à idéia de continuidade. Nesta abordagem, o ciberespaço e as

³² AIKENS, 1999; 1998 ALLAN, 2003; DEAN, 2003; DOWNEY e FENTON, 2003; GIMMLER, 2001; JOSS, 2002; KAKABADSE, KAKABADSE e KOUZMIN, 2003; LENK, 1999; MAIA, 2002b PAPACHARISSI, 2002; SAVIGNY, 2002; TSAGAROUSIANOU, 1998.

TICs estariam mais propícias a interferir em práticas democráticas já existentes do que para criar práticas inteiramente novas³³ (BUCHSTEIN, 1997, p. 260).

Em suma: ciberdemocracia não é um termo exato porque sugere, a primeira vista, uma falsa idéia de uma nova forma de democracia. Porém, é útil atualmente para se referir ao conjunto de discursos, teorizações e experimentações que empregam as TICs para mediar relações políticas, estendendo as possibilidades de participação democrática nos sistemas políticos vigentes (e não para denominar, a princípio, uma prática democrática radicalmente inovadora).

Paralelamente ao termo “democracia digital” ou “ciberdemocracia” podemos encontrar, de forma significativa no interior deste debate, dois outros termos: “democracia eletrônica” e “teledemocracia”. Embora estes últimos possuam forte relação entre si e com o termo “democracia digital” e ainda que, em determinados textos, eles apareçam quase como expressões intercambiáveis, existem diferenças conceituais e históricas importantes que necessitam estar claramente configuradas.

Primeiramente, o que há de comum entre democracia eletrônica e democracia digital (ou ciberdemocracia) é a utilização das tecnologias da comunicação para mediar relações políticas. A expressão “democracia eletrônica”, que entrou em voga no século XX, surge vinculada aos meios eletrônicos de comunicação de massa, que antecederam o computador (primeiramente o Rádio e em seguida a Televisão), na idealização de uso destas tecnologias para o fortalecimento das relações sociais, políticas e democráticas:

“Democracia eletrônica” como um meio de melhorar a capacidade de responder e de prestar contas das instituições políticas e realçar a participação cidadã no processo político tem chamado a atenção de teóricos, políticos e ativistas desde os anos de 1960, quando, munidos com otimismo e fé no potencial democrático da tecnologia, ativistas propuseram uma larga variedade

³³ “The Internet is less applicable for the creation of new forms of democratic public spheres than for the support of already existing one” (p 260). Embora parta deste princípio, em seu artigo “Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy”, Buchstein vê esta “aplicabilidade” da Internet na prática democrática contemporânea com conseqüências políticas negativas.

de mídia radical (tal como as estações de rádio piratas). (TSAGAROUSIANOU, 1998b, p. 167)³⁴

Do ponto de vista histórico, a concepção de democracia eletrônica precede a concepção de democracia digital. Do ponto de vista conceitual, a noção de democracia eletrônica contém a noção de democracia digital porque a primeira está relacionada a instrumentos eletrônicos de comunicação de massa (que inclui não apenas o rádio ou a TV, mas também o computador e dispositivos eletrônicos similares, operantes com elétrons)³⁵. Ou seja, democracia digital é uma forma recente de democracia eletrônica que tem sua peculiaridade ao adicionar, na base eletrônica comum, a utilização de linguagem binária (dois dígitos: digitais) incorporando com isso características peculiares³⁶:

O termo “teledemocracia” também possui características específicas: o sentido de teledemocracia será marcado inicialmente e predominantemente pelas telecomunicações e pela Televisão (principalmente a TV a cabo). A expressão será atrelada à idéia de democracia direta, a partir da década de 1970 até o final dos anos de 1990³⁷. É um termo que está fortemente vinculado ao otimismo gerado pela possibilidade de driblar os empecilhos das

³⁴ Tradução própria do original em inglês: “«Electronic democracy» as a means of improving the responsiveness and accountability of political institutions and enhancing citizen participation in the political process has captured the imagination of scholars, politicians and activists since the 1960s, when, armed with optimism and belief in the democratic potential of technology activists set up a wide variety of radical media (such as pirate radio stations).”

³⁵ “Desde a metade dos anos de 1980, o desenvolvimento das redes de computadores alterou substancialmente os termos do debate sobre o uso das novas tecnologias no processo democrático. Até então, discursos sobre o caráter plebiscitário ou deliberativo da democracia eletrônica haviam focado primariamente na televisão interativa. Eles prestaram atenção apenas secundária às possibilidades de comunicação em grupo inerente aos sistemas de comunicação mediada por computadores.” (TSAGAROUSIANOU, 1998b, p. 167). Tradução própria do original em inglês: “Since the mid-1980s, the development of computer networks has substantially altered the terms of the debate on the use of new technologies in the democratic process. Until then, discussions on the plebiscitary or deliberative character of electronic democracy had focused primarily on interactive television. They paid only secondary attention to the possibilities of group communication inherent in the emerging computer-mediated communications systems.”

³⁶ Características estas que não são apenas técnicas: possuem repercussões importantes quando apropriadas pelo uso social, ou seja, a linguagem digital possibilita formas de comunicação diferentes das até então possíveis por aparelhos puramente eletrônicos como as formas de TV ou o Rádio que deram a tônica durante todo o século XX.

³⁷ Conforme nota Dahlberg, com o desenvolvimento da televisão a cabo na década de 1970, uma geração (predominantemente norte-americana) de democratas eletrônicos emergiu promovendo a idéia de teledemocracia: indivíduos governando diretamente de suas poltronas, utilizando-se dos meios de telecomunicações (DAHLBERG, 2001, p. 157).

democracias de massa contemporâneas, visando aumentar a participação do cidadão nos negócios públicos, com inspiração no modelo de democracia direta como ideário de fundo. Embora esta característica também esteja presente tanto na noção de democracia eletrônica quanto na noção de democracia digital, ela será visivelmente mais central na noção de teledemocracia³⁸.

Tanto a teledemocracia quanto a ciberdemocracia devem ser considerados tipos de democracia eletrônica. Cada qual, com ênfases dirigidas a determinados aspectos. Os dois termos estão constantemente presentes no debate atual sobre TICs e democracia, com certa predominância visível, em termos quantitativos, para a expressão “ciberdemocracia” (ou “democracia digital”). Isso se explica porque, com o avanço tecnológico, o processo de digitalização vem reestruturando todos os dispositivos técnicos para operarem na linguagem binária (digital). Assim, a tendência é que ocorra uma hegemonia do termo democracia digital: ou seja, cada vez mais falar em democracia eletrônica ou teledemocracia, em seus estágios atuais, implica em “democracia digital”, porque toda infraestrutura tecnológica está sendo redimensionada para a linguagem digitalizada. É neste sentido que estes três termos aparecerão comumente intercambiáveis ou, pelo menos, como designando fenômenos convergentes.

Desta forma, em outras palavras, ao utilizar o termo “democracia eletrônica” faz-se referência mais ampla às formas de emprego dos meios eletrônicos de massa que tentam mediar práticas políticas ou aumentar a participação civil nos sistemas políticos

³⁸ Apesar deste sentido histórico inicial, ainda predominante em seu uso atual, o termo “teledemocracia” poderá tomar delimitações mais abrangentes por alguns autores: “Tele-democracy is defined here as, the use by those with power over resources or those seeking such power, of ICT supported or enabled ways of influencing political processes and outcomes, situated in concrete social space and relating to particular choices (elections or services and their associated opportunity costs). [...] “Tele” as a prefix refers to all forms of ICT-based platforms, including the Internet (and portals), interactive kiosks, computer-integrated call-centres, digital-TV and mobiles (including short messaging systems and WAP). Tele-democracy is defined here to include voting, but primarily relates to information flows between citizen and councils regarding services and policies. (KINDER, 2002, p. 559)

contemporâneos. A referência ao termo “teledemocracia” consiste nesta mesma utilização de artefatos tecnológicos para mediação das relações políticas, porém enfatizando o elemento de encurtamento das distâncias - via telecomunicações - para a participação política (com a influência inicial do ideal de democracia direta). O emprego do termo “democracia digital” ou “ciberdemocracia” significa falar em um tipo de democracia eletrônica, porém mais específica diante do uso de aparelhos digitais de comunicação de massa para esta prática política (redes telemáticas, ciberespaço, internet, comunicação mediada por computadores). É justamente este último recorte que será mais profundamente abordado neste trabalho de dissertação³⁹.

2.3 Ciberdemocracia: discursos sobre a potência da técnica

Em quase toda a literatura sobre democracia digital, reconhece-se de um modo ou de outro a potencialidade comunicativa (principalmente a interação em larga escala) das TICs, visando o aumento da participação do cidadão em sua relação política com o governo. As divergências entre os autores estarão concentradas fundamentalmente em dois modos: (1) quanto ao tipo de repercussão (se é uma repercussão predominantemente positiva, negativa ou ambígua) e (2) quanto à intensidade de repercussão (se esta repercussão gera ou não transformações significativas a ponto de serem chamadas de “revolução”).

³⁹ Em seu trabalho de mestrado, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques estrutura sua análise sobre democracia digital em 4 eixos: 1) Governo Eletrônico, 2) Voto Eletrônico, 3) Ativismo Digital, 4) Comunicação político-partidária e 5) Esfera Pública Virtual. Para ele, “a hipótese é de que estas classes de fenômenos, em maior ou menor medida, contribuem para uma compreensão mais ampla do que se entende por Ciberdemocracia” (MARQUES, 2004, p. 16). Embora se considere que estas modalidades são úteis para organizar uma análise teórica mais ampla sobre o tema, alguns destes elementos não serão tocados ou aprofundados aqui (como voto eletrônico, ativismo digital e comunicação político-partidária). Isto se explica porque o recorte do objeto, os problemas levantados e os objetivos deste trabalho requerem maior atenção em questões que estarão mais vinculadas ao primeiro e ao último item dentre as 5 modalidades propostas (respectivamente, governo eletrônico e esfera pública virtual), sem, contudo, restringir-se univocamente a eles.

a) *Sobre o tipo de repercussão* - Nem sempre as conseqüências das tecnologias da comunicação e informação são vistas de modo positivo no atual debate sobre o tema. Apesar de um certo otimismo predominante, por parte de alguns autores⁴⁰ existe hoje um debate mais cauteloso em relação ao verdadeiro alcance da intervenção transformadora destas tecnologias da comunicação e informação (TICs) principalmente no que diz respeito à política⁴¹. Para alguns destes autores⁴² as TICs seriam marcadas por uma natureza ambígua e o seu uso para fins políticos benéficos depende sobretudo, não da sua capacidade interativa em si, mas do modo de apropriação social. Um terceiro grupo verá mais efeitos negativos do que conseqüências positivas ou ambigüidades nas TICs⁴³.

b) *Sobre a intensidade de repercussão* - Em termos de intensidade de repercussão, as visões mais positivas sustentarão predominantemente a idéia de que o uso em larga escala das TICs seria capaz de transformar significativamente as relações sociais e políticas, possibilitando maior fluxo de informação, reforçando laços comunitários, revigorando a participação do cidadão e gerando, com isso, novas formas de relações com o poder. Aqui, nem sempre se fala explicitamente em um novo sistema político (que suplantaria o sistema democrático moderno atual), mas esta visão estará bastante afinada com a idéia de uma revolução digita” ou o surgimento de uma sociedade da informação. Os outros grupos de autores configurarão uma posição bem mais moderada, limitando estas transformações ao nível de um rearranjo do sistema democrático liberal, admitindo repercussões importantes (como maior poder de participação do cidadão na deliberação dos negócios públicos ou, no caso das visões mais

⁴⁰ Ver NEGROPONTE, 1995; RHEINGOLD, 1996; LEVY, 1995 e 1999; MITCHELL, 2002 e 2004; TOFFLER, 1995

⁴¹ Ver COLEMAN, 1999a; DEAN, 1997; HAGUE e LOADER, 2002; KINDER, 2002; LIEVROUW e LIVINGSTONE, 2002; MAIA, 2002; MALINA, 1999; PAPACHARISSI, 2002; SCHMIDTKE, 1998; SPINELLI, 2000; WHILHELM, 1999; WEBSTER, 2002

⁴² MALINA, SCHMIDTKE e COLEMAN.

⁴³ DEAN, 2003, BUCHSTEIN, 1997; WOLTON; 2001.

negativas, maior controle pelas forças de mercado), mas não tão significativas a ponto de se afinarem com a idéia de uma revolução.

Embora este seja um debate contemporâneo, não é, em essência, um debate novo. As repercussões e potencialidades da técnica sobre as relações políticas – principalmente no que diz respeito à democracia - têm precedentes anteriores. Pode-se enumerar quatro momentos importantes na História, onde os discursos sobre a técnica - e mais especificamente as tecnologias de transporte ou comunicação - geraram (ou ainda geram) retóricas idealizantes acerca de um fortalecimento democrático ou de transformações sociais radicais:

1º momento: Ferrovias e telégrafos

Mattelart (2002) e Musso (1997) notam que durante o século XIX o surgimento das redes telegráficas e ferroviárias produziu discursos onde a técnica era vista como um elemento redentor. Com a proliferação das redes ferroviárias a partir de 1825⁴⁴ e o surgimento do telégrafo em 1844⁴⁵, o mundo assistiu a uma importante mudança nos parâmetros de transporte e comunicação. A técnica parecia ter encurtado as distâncias, gerando assim um mundo com maior possibilidade de intercâmbio e de trocas: tanto para o comércio quanto para a circulação de idéias, na interligação entre comunidades ou entre metrópoles nacionais e estrangeiras. O otimismo em torno destas novas possibilidades de comunicação e transporte iria se conjugar com os discursos de progresso científico e da democracia moderna emergente:

⁴⁴ Stephenson apresentou sua “locomotion” pela primeira em 1814. Foi o primeiro que obteve resultados concretos com a construção de locomotivas, dando início à era das ferrovias. Em 1825, construiu uma base de trilhos, trafegando entre Stockton e Darlington, num percurso de 15 quilômetros.

⁴⁵ O modelo de telégrafo elétrico, que seria adotado mundialmente ainda no século XIX para transmissão *on line* de informações, foi inaugurado oficialmente no dia 24 de maio de 1844, por Samuel Morse. Em 1865 foi realizada a primeira transmissão telegráfica transatlântica (entre os EUA e a Europa). Aqui, o invento já era aclamado como a “instantânea auto-estrada do pensamento entre o Velho e o Novo Mundo” (STANDAGE, apud FERREIRA, 2004).

A representação redentora das técnicas de comunicação e de transporte triunfa na segunda metade do século XIX e se funde com as grandes narrativas do progresso e da democracia. A normalização das redes internacionais do telégrafo (mas também dos correios) se conjuga com as figuras da concórdia universal. Antes mesmo que os cientistas tenham êxito em dominar o “mais pesado que o ar”, as máquinas voadoras revivem o imaginário da liberação humana. (MATTELART, 2002, p. 183)

Parte importante desta visão sobre as redes pode ser atribuída a Saint-Simon. Ele tratava as redes ferroviárias e telegráficas como um fenômeno tecnológico revolucionário, capaz de suscitar novas formas de interação social e política; possibilitadoras de uma nova ordem mundial. Essa idéia será bastante difundida pelos seus sucessores, durante o século XIX e começo do século XX, como demonstra Musso, transcrevendo um discurso do período:

“Nós ligamos o globo com nossas redes de estradas de ferro, de ouro, de dinheiro, de eletricidade ! Semeie, propague por estas vias das quais vós sois parte criatura, parte criador, o espírito de Deus, a educação do gênero humano. [...] O globo terrestre constitui hoje um vasto organismo onde todas as partes são solidárias; [...]é o efeito das vias de comunicação; seu desenvolvimento é talvez o traço característico da época contemporânea” (MUSSO, 1997, p. 6)⁴⁶

2º momento: Radiodifusão

Quase um século após o surgimento do telégrafo e das ferrovias, a potencialidade política e redentora das técnicas de comunicação ganhará novo fôlego com o surgimento do rádio. Segundo Spinelli, em torno da popularização da radiodifusão a partir da década de 1920, produziu-se concepções e discursos que vislumbravam um novo panorama para a

⁴⁶ Tradução própria do original em francês: “[a] Nous avons enlaccé le globe de nos réseaux de chemin de fer, d’or, d’argent, d’électricité ! Répandez, propagez, par ces nouvelles voies dont vous êtes en partie les créateurs et les maîtres, l’esprit de Dieu, l’éducation du genre humain. [...] [b] “Le globe terrestre constitue aujourd’hui un vaste organisme dont toutes les parties sont solidaires; [...]c’est l’effet des voies de communication; leur développement est peut-être le trait caractéristique de l’époque contemporaine.”

ampliação e integração da democracia de massa: o rádio era tido como um literal “não-lugar” apto para reunir os públicos e fortalecer a prática democrática (SPINELLI, 2000, p. 270).

Em seu artigo, o autor faz uma análise comparativa entre as retóricas acerca da emergência do rádio no início do século XX e a Internet. Ele demonstra que característica como “virtualidade”, hoje comumente vinculado à Internet, já era divulgada pelas retóricas do rádio em 1930 (citando Codel). Ou ainda: a eliminação das fronteiras espaciais, possibilitando uma maior interatividade social entre cidadãos, também hoje reivindicada pela nova mídia digital, já foi reivindicada pelos discursos em torno das potencialidades da radiodifusão, também na década de 1930 (principalmente por autores como Rudolf Arnheim).

Em 1927, o dramaturgo alemão Bertold Brecht publicou um texto chamado “A teoria do rádio”, onde vê a radiodifusão como um meio político e educativo com enorme potencial democrático e interativo (BOLAÑO, 2003, p. 17)

[...] É preciso transformar o rádio, convertê-lo de aparato de distribuição em aparato de comunicação. O rádio seria o mais fabuloso aparato de comunicação imaginável da vida pública, um sistema de canalização fantástico, a dizer, seria se soubesse não apenas transmitir mas também receber, portanto, não apenas ouvir a radio-escuta, mas também fazer com que ela fale, e não isolá-la [...]. A radiodifusão deveria em consequência separar-se de quem a produz e fazer dos ouvintes produtores. [...]Nosso governo tem a necessidade da atividade radiofônica, igual a nossa administração de justiça. (BRECHT, 2003, p. 13)⁴⁷

Para Brecht, seria necessário “uma espécie de rebelião por parte do ouvinte, sua ativação e sua reabilitação como produtor”(BRECHT, 2003, p. 10)⁴⁸. Bolaño verá no atual discurso de defesa e difusão dos produtores de software livre um paralelo contemporâneo indissociável da visão de Brecht nos anos 20.

⁴⁷ Tradução própria do original em espanhol: “[...] hay que transformar la radio, convertirla de aparato de distribución en aparato de comunicación. La radio sería el más fabuloso aparato de comunicación imaginable de la vida pública, un sistema de canalización fantástico, es decir, lo sería si supiera no solamente transmitir, sino también recibir, por tanto, no solamente oír al radioescucha, sino también hacerle hablar, y no aislarle [...]. La radiodifusión debería en consecuencia apartarse de quienes la abastecen y constituir a los oyentes en abastecedores. [...] Nuestro gobierno tiene necesidad de la actividad radiofónica al igual que nuestra administración de justicia.”

3º momento: TV a cabo e telecomunicações

Segundo autores como Colemam (1999a, p. 17), Lenk (1999, p. 87) e Dahlberg (2001, p. 159), entre as décadas de 1970 e 1980 a TV a cabo e as possibilidades interativas das telecomunicações produziram retóricas similares: a tecnologia estaria apta, novamente, para repercutir no fortalecimento democrático. Dahlberg exemplifica um conhecido projeto de TV a cabo chamado Qube, que operou nos Estados Unidos até metade dos anos 80, que contemplava esta visão e recebia de autores como Alvin Toffler um tratamento entusiasmado:

“ [...] esta é apenas a primeira, mais primitiva indicação do potencial da democracia direta do futuro. Usando avançados computadores, satélites, telefones, cabo [...] e outras ferramentas, uma cidadania educada pode, pela primeira vez na história, começar a produzir muitas de suas próprias decisões políticas.” (TOFFLER, apud DAHLBERG, 2001, p.159)⁴⁹

Este terceiro contexto histórico emergirá com o crescimento dos serviços de telecomunicações e com proliferação da TV (principalmente a TV a cabo), estando intimamente vinculado ao conceito de “teledemocracia”, configurado em seção anterior desta dissertação⁵⁰.

⁴⁸ Tradução própria do original em espanhol: “una especie de *rebelión* por parte del oyente, su activación y su rehabilitación como productor.”

⁴⁹ Tradução própria do original em inglês: “[...] this is only the first, most primitive indication of tomorrow’s potential for direct democracy. Using advanced computers, satellites, telephones, cable [...] and other tools, an educated citizenry can, for the first time in history, begin making many of its own political decisions.”

⁵⁰ Além das idealizações tecno-políticas em relação à TV e as telecomunicações, também podem ser encontrados discursos que darão substancial importância à TV na formação de uma nova ordem social como em Echeverría: “[...] durante o século XX tem se gerado uma nova forma de organização social que tende a se expandir por todo o planeta, transformando-o em uma nova cidade: Telépolis. [...] Telépolis se sustenta em uma nova forma de economia, o telepolismo, que converte os âmbitos privados em públicos e pode transformar o ócio em trabalho e o consumo em produção. O cenário principal da economia telepotista são as casas: ali se geram os capitais e as novas mercadorias que sustentam o funcionamento da nova cidade. (ECHEVERRÍA, 1994, p. 02). Tradução própria do original em espanhol: “[...] durante el siglo XX se ha ido generando una nueva forma de organización social que tiende a expandirse por todo el planeta, transformándolo en una nueva ciudad: Telépolis. [...] Telépolis se sustenta en una nueva forma de economía, el telepolismo, que convierte los ámbitos privados en públicos y puede transformar el ocio en trabajo y el consumo en producción. El escenario principal de la economía telepolista son las casas: allí se generan los capitales y las nuevas mercancías que sustentan el funcionamiento de la nueva ciudad.”

Historicamente, nenhuma destas visões sobre o triunfo da democracia ou de transformações sociais radicais a partir da apropriação política ampla de artefatos tecnológicos se realizou, de fato, nas dimensões anunciadas. Cada um destes artefatos técnicos serviu menos para revitalizar a prática política e mais para potencializar a engrenagem do sistema econômico (seja através do tráfego de mercadorias e de dados, seja através da indústria da informação, do entretenimento e da cultura de massa). As Tecnologias da Comunicação e Informação, principalmente o computador e as redes telemáticas, são o quarto momento histórico onde estes discursos potencializadores da técnica sobre a política irão novamente reaparecer com força.

As abordagens mais otimistas na relação TICs e prática política vêm sendo criticadas como determinismo tecnológico. Para estes críticos (MALINA, 1999, p. 24; COLEMAN, 1999a, p. 197), as TICs possuem potencial para incrementar a participação política civil, mas não são imaneamente democráticas, podendo levar, inclusive, a maior centralização do poder. Ao mesmo tempo, maior horizontalidade nos processos de comunicação mediadas pelas TICs, maior possibilidade de acesso do cidadão a estes meios e o crescimento da quantidade de informações que circula através destes artefatos tecnológicos⁵¹ não seriam elementos suficientes para fomentar a participação política (SCHMIDTKE, 1998, p. 61; WILHELM, 1999, p. 154). Sobretudo porque o fomento à participação política vai além da disponibilização de uma ferramenta de comunicação eficiente.

A perspectiva adotada nesta dissertação, diante do panorama histórico e do quadro de debate até aqui delineados, segue esta última linha de raciocínio e pode ser sintetizada em cinco pontos fundamentais: (1) os discursos sobre a potência da técnica para revitalização da participação política não é algo estritamente novo e restrito às tecnologias digitais de comunicação: têm antecedentes históricos importantes; (2) os problemas da democracia

⁵¹ Ao contrário dos meios eletrônicos tradicionais de fluxo informativo predominantemente de mão única (como a TV e o Rádio)

moderna não são puramente comunicacionais: outros fatores desempenham papel importante neste jogo (como desigualdades econômicas, peculiaridades sociais, questões históricas, tradições e culturas, disposição política, individualismo) ; (3) democracia não ocorre sem processos comunicativos, porém, a comunicação por si só não gera necessariamente práticas políticas democráticas; (4) as tecnologias da comunicação e informação possuem potencialidades políticas: entretanto, “potência” pode também significar não-ação (ou seja, possibilidade de uma ação não é necessariamente a ação em si); (5) admite-se a possibilidade de transformações significativas na democracia moderna mediante o uso das TICs, porém isto não significa necessariamente que podemos prever (ou admitir) rupturas ou revoluções imediatas.

Em suma, este posicionamento busca não negar as potencialidades políticas das TICs e do ciberespaço, o que colocaria a perspectiva deste estudo numa posição pouco permeável e demasiadamente cega para perceber as mudanças que estão ocorrendo (em maior ou menor graus) na política do mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, adota-se um olhar crítico quanto a esta potencialidade, que irá solicitar investigações teóricas e empíricas para se averiguar o nível destas transformações (a parte IV desta dissertação será dedicada especificamente a este fim, como se verá mais adiante).

Nesta seção, tentou-se configurar, ainda que superficialmente, um quadro analítico acerca das retóricas sobre as promessas da tecnologia para o fortalecimento político. Quatro momentos na História foram enumerados. Na seção seguinte (item 2.4), a análise será concentrada neste quarto momento: as TICs e as potencialidades democráticas. Especificamente, tentar-se-á mapear as principais retóricas sobre modelos de democracia presentes e predominantes hoje no ciberespaço.

2.4 Modelos de democracia no ciberespaço

Variadas percepções da democracia via TICs têm sido abordadas a partir de diferentes visões sobre as potencialidades da técnica. Historicamente sempre existiram diferentes formas de assimilação do conceito de democracia no âmbito da teoria política. Essas divergências também assumem seus papéis, ao serem interpretadas pelas novas tecnologias de comunicação. Dahlberg classifica assim três segmentos retóricos proeminentes que disputam o modelo de democracia no ciberespaço (DAHLBERG, 2001: 158): (1) liberal-individualista; (2) comunitarista e (3) deliberacionista:

Estes três segmentos de democracia eletrônica são distintos por seus respectivos entendimentos de legitimidade democrática. Para o individualismo liberal, um modelo democrático ganha legitimidade quando fornece expressão aos interesses individuais. Para o comunitarismo, um modelo democrático é legitimado por realçar o espírito e valores comunais. Para a democracia deliberativa, um modelo democrático é legitimado por sua facilitação do discurso racional na esfera pública. Todas as três posições podem ser identificadas dentro da prática e retórica na democracia-Internet. (DAHLBERG, 200, p.158)⁵²

Para Dahlberg, o modelo liberal-individualista abraça um conjunto de abordagens na tradição democrática que posiciona o indivíduo como um sujeito autônomo que conhece e pode expressar seus próprios interesses. A retórica em torno deste sujeito-conhecedor é construída por concepções teóricas do liberalismo clássico até o “libertarianismo” mais recente. Esta visão vê a legitimidade democrática centrada no “indivíduo” e o modelo de uma democracia digital seria assim caracterizada pelo livre fluxo das informações, onde o sujeito poderá se constituir enquanto agente, hábil para fazer opções. Em outras palavras, o conceito

⁵² Tradução própria do original em inglês: “These three electronic democracy camps are distinguished by their respective understandings of democratic legitimacy. For liberal individualism, a democratic model gains legitimacy when it provides for the expression of individual interests. For communitarianism, a democratic model is legitimated by enhancement of communal spirit and values. For deliberative democracy, a democratic model is legitimated by its facilitation of rational discourse in the public sphere. All three positions can be identified within Internet-democracy rhetoric and practice.”

de democracia eletrônica estaria alicerçado na tríade indivíduo-informação-escolhas e falar em ciberdemocracia, a partir deste modelo, significa que “cidadãos adotam o papel de consumidores livres no ciberespaço aptos para fazer escolhas” (DAHLBERG, 2001, p. 163).

Se por um lado, no individualismo liberal a ênfase na legitimidade democrática recai sobre o sujeito e sua autonomia, para a corrente comunitarista esta ênfase incidirá sobre o coletivo e o elo comunal. O elemento central de uma democracia não seria o indivíduo e sim a comunidade. Para este modelo, o ciberespaço deveria produzir uma democracia com viés no reforço dos laços sociais comunitários. O sentido da democracia digital estaria atrelado a esta perspectiva de compartilhamento comunicacional com suas repercussões no *demos*.

A idéia de “comunidade virtual” é significativamente permeada por esta visão. Para Howard Rheingold, as comunidades virtuais são agregações sociais que se formam através de redes de computadores, onde o interesse por um debate sobre determinado tema se prolonga, levando um conjunto de pessoas a criar laços sentimentais, constituindo teias de relações no ciberespaço. Ele vê nestas comunidades *on line* um novo espaço público capaz de revigorar as relações comunitárias desgastadas pelo esvaziamento do espaço público tradicional (RHEINGOLD, 1996).

O último modelo de democracia mapeado por Dahlberg – o modelo deliberacionista - está intimamente ligada ao debate em torno da concepção habermasiana de esfera pública: o princípio da discussão aberta e de livre acesso, onde um conjunto de indivíduos constitui um público apto para debater questões de interesse comum, através da argumentação racional (HABERMAS, 1989). Esta corrente segue o modelo da democracia deliberativa e ganha força no ciberespaço quando vê potencialidade nas TICs para viabilizar maior participação política do cidadão através da deliberação: tanto no sentido de discussão pública quanto no sentido de tomada de decisão.

Em seu artigo *Can the New Media Invigorate Democracy?* Stepehn Coleman (1999) defende o modelo deliberacionista de democracia digital. Para o autor, além de incentivar a construção de projetos que empreguem estas tecnologias, visando a participação pública através da deliberação, seria necessário fomentar a criação de uma cultura política que desenvolvesse as habilidades de uso das TICs para uma cidadania democrática, desde a escola fundamental.

Observando as similaridades aparentes entre estes três modelos de democracia predominantes no ciberespaço, é importante pontuar algumas questões. (1) Assim como no modelo liberal-individualista, o modelo deliberacionista pressupõe a existência de um indivíduo bem informado, apto para tomar decisões. Porém, há diferenças marcantes: este sujeito (o cidadão) que requer informação para agir é diferente nos dois modelos. No modelo deliberacionista, o indivíduo só faz sentido enquanto componente de um público capaz de produzir deliberação. No modelo liberal-individualista o indivíduo é visto de forma mais autônoma e não está necessariamente atrelado à constituição de um público. (2) Comparando o modelo comunitarista com o modelo deliberacionista, a concepção de “público” (típica deste último modelo) também difere da concepção de “comunidade”, como concebida pelo comunitarismo. Ao contrário dos comunitaristas, a ênfase democrática nos deliberacionistas não está nos laços sociais do conjunto dos sujeitos, mas naquilo que esta coletividade pode decidir politicamente, através do embate discursivo.

Um quarto modelo de democracia também deve ser acrescentado ao mapeamento de Dahlberg: uma parte significativa de discursos e textos tem o modelo da democracia direta como pano de fundo teórico. Segundo alguns autores, as TICs teriam o potencial de tornar a produção da decisão política não mais restrita à esfera política governamental e legislativa. Os cidadãos (a esfera civil), eles próprios tomariam as decisões sobre a coisa pública, sem

mediadores⁵³. O modelo de democracia direta significa a ocupação da esfera política pela esfera civil, onde se busca a “realização de um ideal de condução popular e direta dos negócios públicos” (GOMES, 2004: 4). Segundo Gomes, esta perspectiva é sustentada basicamente pelas teorias libertárias da democracia e pela sua versão anárquico-liberal da internet.

A configuração destes quatro modelos teóricos em torno da democracia digital, através do ciberespaço, demonstra que existem tanto variações quanto concentrações conceituais em determinados aspectos da teoria democrática. Os experimentos governamentais sobre a ciberdemocracia, emergentes hoje no mundo, serão de algum modo influenciados por estes modelos, mas não estarão estritamente amarrados a eles, embora possamos perceber, em alguns casos, preponderância para um modelo ou outro. Como se tentará demonstrar na seção seguinte, é possível organizar os modelos de democracia predominantes no ciberespaço, os discursos sobre a potencialidade política das TICs e a natureza dos experimentos sobre democracia e TICs a partir da percepção da existência de graus de democracia digital. Falar em “graus” significa dizer que existem diferenças gradativas na forma de participação da esfera civil na produção da decisão política via TICs. Estas variações vão desde a ênfase na disponibilização de informação e prestação de serviços públicos até o ideal da democracia direta.

⁵³ Ver HALE; MUSSO e WEARE, 1999, p. 7; KAKABADSE, KAKABADSE e KOUZMIN, 2003, p. 47

2.5 Graus de democracia digital

“Ao concentrar-se na nova economia e desenvolvimento, no capital humano e na democracia digital, o Banco vem respondendo a um novo nível de requisitos por parte dos países membros prestatários, e dando um novo impulso à sua experiência e seus recursos no processo [...]”⁵⁴

“ O papel desempenhado pelas TICs seria de largo alcance: na entrega e padronizações dos serviços governamentais, como as pessoas acessam serviços e participam da esfera governamental. Governança digital utiliza as TICs para induzir mudanças na entrega e padronização dos serviços do governo e mais importante, no modo como os cidadãos interagem e participam da esfera do governo.”⁵⁵

“Rumo à Democracia Digital [...] o software livre será básico, fundamental, para que tenhamos liberdade e autonomia no mundo digital do século 21. É condição «sine qua non» de qualquer projeto verdadeiramente democrático de Inclusão Digital.”⁵⁶

“Construir a comunidade digital passa por promover a igualdade de oportunidades e de acesso público e universal à informação, estimular a dinâmica social para a conjugação de investimentos e articulação de iniciativas, fomentar a formação generalizada e massiva da população para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, divulgar e promover o uso dos serviços digitais, estimular a adesão e o investimento partilhado das empresas e do sector económico, fomentar e partilhar práticas de gestão [...]”⁵⁷

De modo prático, diversos experimentos, projetos, relatórios e discursos envolvendo o emprego das TICs para mediar relações políticas têm sido produzidos pelo mundo, assumindo formas distintas. Embora o discurso de legitimidade destas iniciativas possa aparecer sob o rótulo genérico da “democracia digital”, percebe-se, na verdade, diferenças importantes entre estas experiências. Estes projetos assimilam os discursos sobre o potencial político das TICs e os modelos de democracia digital predominantes hoje no ciberespaço, dando mais atenção ou menos ênfase a determinados aspectos. Ou seja, o problema é que o termo

⁵⁴ Documento intitulado *O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento nas Tecnologias da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento*. (Departamento de Desenvolvimento Sustentável/ Divisão de Tecnologia da Informação para o Desenvolvimento - SDS/ICT) p. 3 .

Em: http://www.socinfo.org.br/documentos/ict/g8_dot_force_port.pdf

⁵⁵ Trecho sobre a concepção de " governança digital" , no site digitalgovernance.org. Em: <http://216.197.119.113/artman/publish/concept.shtml>

⁵⁶ Trechos do discurso do ministro da Cultura, Gilberto Gil durante sessão solene de abertura da Semana do Software Livre. Em: <http://www.softwarelivre.gov.br/documentos/DicursoGil/view>

⁵⁷ Trecho do documento "Programa Aveiro Digital: 2003-2006"

“democracia digital” serve para rotular experiências distintas, ainda sim de alguma forma democráticas. Em todas estas variações o que está em jogo é a participação da esfera civil nos processos de produção de decisão política.

Gomes propõe a existência de cinco graus de participação popular no emprego das TICs, que podem contemplar as diferentes compreensões da democracia - sobre os quais os experimentos e discursos poderiam ser enquadrados (GOMES, 2004b).

a) Primeiro grau de democracia digital

O primeiro grau de democracia digital pode ser caracterizado pela ênfase na disponibilidade de informação e na prestação de serviços públicos. As TICs e o ciberespaço - mais visivelmente a Internet - seriam instrumentos democráticos na medida em que circulam informações governamentais genéricas e melhoram a prestação de serviços públicos:

O grau mais elementar é aquele representado pelo acesso do cidadão aos serviços públicos através da rede (a cidadania-*delivery*). No mesmo nível está a prestação de informação por parte do Estado, dos partidos ou dos representantes. Uma democracia digital de primeiro grau está mais ou menos implantada na maior parte dos Estados liberais contemporâneos (GOMES, 2004b, p. 10)

O pressuposto neste grau está baseado numa relação predominantemente de mão única: o governo disponibiliza informações ou torna a prestação de serviços mais eficiente, através do emprego destas tecnologias de comunicação.

No caso específico da informação, embora seja um dispositivo importante, ela é, sobretudo, um dispositivo elementar: a produção da decisão política se faz também com informação, mas não se faz apenas com ela e o tipo de informação também pode fomentar

maior o menor participação nos negócios públicos⁵⁸. Por isso, os discursos e experimentos que enfatizam a circulação da informação como sinal de uma democracia digital configuram apenas um grau primário de um processo mais complexo, carente de outros elementos e dispositivos sociais para se considerar efetivo.

As primeiras iniciativas a utilizarem as redes telemáticas como mediação das relações políticas, principalmente por parte de governos e poderes públicos instituídos, foram concentradas nesta perspectiva, se limitando, em geral a divulgar as iniciativas e ações de governo e a informar sobre formas e características do Estado. Sobretudo porque o custo político de se dispor informações públicas na Internet, selecionadas pelo gestor público, é mínimo: não requer práticas políticas inovadoras nem requer processos participativos mais sofisticados.

Se avaliarmos do ponto de vista das possibilidades democráticas de participação política que as TICs propiciam, este grau elementar tem um baixo potencial para ação política do cidadão: informações que não estimulam a composição mais crítica de uma opinião pública, ou que estão voltadas para assuntos secundários, do ponto de vista político (por exemplo, informações que privilegiam a divulgação de ações políticas já efetivadas, onde a intervenção do público tem poucas chances de alterar o processo da tomada de decisão).

Para alguns autores, a perspectiva deste primeiro grau de participação da democracia digital sustenta erros de análise quanto aos verdadeiros problemas estruturais da democracia moderna:

Nós precisamos reconhecer que o verdadeiro problema não é uma carência de informação. Antes, o problema está situado na tendência de governos [...] em

⁵⁸ Importante ressaltar que uma democracia digital de primeiro grau não é simplesmente aquela que oferece informação política. Há informação e informação, uma coisa é a lista dos deputados outra são os relatórios das comissões da câmara ou a pauta do congresso. Uma democracia digital primária oferece a lista dos congressistas mas não dirá a pauta nem apresentará os relatórios prévios que permitam ao cidadão acompanhar e intervir na discussão da assembléia nacional.

se distanciar do cidadão comum.... A solução é mais diálogo genuíno, e não mais informação. (YANKELOVITCH, apud RICHARD, 1999, p. 77)⁵⁹

Apesar desta ênfase na oferta unilateral de informação e de serviços públicos ao cliente (não ao cidadão) conter lacunas fundamentais, a ponto de duvidarmos se isso pode efetivamente merecer o rótulo de "democracia", importante admitir que já se trata de algum nível de preocupação na utilização destas novas tecnologias da comunicação para fins democráticos. É imprescindível esclarecer que não consiste num modelo pleno de democracia (que abarcaria um conjunto mais ou menos complexo da noção de democracia) e sim um "grau mínimo" dentro de um patamar mais amplo de participação política.

Falar em primeiro grau de democracia significa que há uma ênfase na eficiência instrumental da relação política. No caso específico da relação política entre Estado e cidadão prevalecerá dois papéis claros: (1) o papel de um governo que busca suprir as necessidades de informação básica, serviços e bens públicos ao cidadão (como saúde, transporte, segurança, saneamento básico, facilidade no pagamento de impostos, desburocratização etc.); e (2) o papel de um cidadão que aguarda receber, sem transtornos e com rapidez (em casa, se for possível), estes serviços públicos oferecidos. A figura do cidadão se confunde, assim, com a figura de consumidor, sustentando uma tensão entre dois interesses distintos (GANDY JR, 2002, p. 453)⁶⁰. Estes papéis irão gerar um tipo de relação do governo com as TICs onde prevalece a busca por produtividade, otimização da máquina estatal, sobretudo, os governos irão tratar as TICs e o seu *know how* de uso da mesma forma como as empresas tratam os bens de capital e a racionalização para incrementar a produção:

⁵⁹ Tradução própria do original em inglês: "We need to recognise that the true problem is not a lack of information. Rather the problem lies in the tendency of governments [...] to distance themselves from ordinary citizens... The solution is more genuine dialogue, not more information."

⁶⁰"The tensions between the interests that may be most closely identified with those of consumers [...] and the interests that we would identify more closely with those of citizens [...]"

O novo modelo de gerenciamento de serviços públicos, sugerido pelo movimento do “novo gerenciamento público”[...] tem como ponto focal o melhoramento da qualidade de vida, enquanto que a extensão da participação desempenha apenas um papel subordinado ou instrumental. Há outras abordagens, tais como a chamada “Governança como um Sistema Sociocibernético” ou “Governança como a Nova Economia Política” (Rhodes, 2000), nas quais a preocupação com o aumento da eficiência e da eficácia encontra-se também no centro da discussão, em detrimento do potencial emancipatório. (FREY, 2002, p. 143)⁶¹

Embora seja um grau elementar do ponto de vista dos modelos de democracia com ênfase na participação política da esfera civil na condução dos negócios públicos, do ponto de vista técnico, este é um grau bastante sofisticado. Isto se explica porque, para propiciar esta eficiência no “*delivery*” de bens e serviços públicos, torna-se necessário maior *know how* tecnológico no emprego das TICs: linguagens de programação mais dinâmicas e instrumentalmente mais interativas; bancos de dados complexos, capacitados para armazenar e processar este fluxo do cidadão que procura por serviços, sistemas de gerenciamento ágeis; dispositivos e aparelhos de última geração; mão de obra mais qualificada em tecnologias da informação etc.

b) Segundo grau de democracia digital

O segundo grau de democracia digital, classificado por Gomes, consiste no emprego das TICs para colher a opinião pública e utilizar esta informação para a tomada de decisão política:

O segundo grau é constituído por um Estado que consulta os cidadãos pela rede para averiguar a sua opinião a respeito de temas da agenda pública e

⁶¹ Ainda nesta mesma linha de raciocínio: “The dynamics of the internet are such that it is difficult to control or ‘police’. As Schalken notes, the use of the internet within the public sphere has been primarily evaluated in terms of: ‘efficiency and service *delivery* not... democracy or the citizen’s participation’ (Schalken 1997, p. 12). Thus, political parties are wary of allowing their *web sites* to slip from their control. “(NIXON e JOHANSSON, 1999, p.146)

até, eventualmente, para a formação da agenda pública. Numa democracia digital de segundo grau, a esfera política possui algum nível de porosidade à opinião pública e considera o contato direto com o público uma alternativa às sondagens de opinião. (GOMES, 2004b, p. 6)

Em termos de participação democrática este grau significa um pequeno avanço em relação a um governo que apenas emite informação e prestação de serviços, característico do primeiro grau. Aqui, o emprego das TICs terá papel próximo de um “canal de comunicação”, embora a emissão continue predominantemente de mão única: o governo não cria um diálogo efetivo com a esfera civil, mas emite sinais para o público a fim de receber algum tipo de retorno (*feedback*). Ou seja, o fluxo de comunicação ainda parte da esfera política.

Tal abertura para recepção opinativa do cidadão não significa necessariamente que o público irá interferir, ainda que na forma de sondagem de opinião, em todos os campos da produção da decisão política. A opinião pública pode, inclusive, não ser acatada pela esfera política. Isso significa que a porosidade governamental neste grau de participação democrática é uma pré-disposição para acatar a opinião dos cidadãos colhida através das TICs, acompanhada de uma ação para “produzi-la”. A existência desta pré-disposição em acatar a opinião, sem a criação de canais de comunicação através das tecnologias, não corresponde à existência do grau de democracia digital. Assim como a criação e manutenção de canais através das TICs, sem haver uma pré-disposição em acatar as posições das sondagens de opinião também não configuram deste segundo grau. É preciso existir, concomitantemente, a sustentação da infraestrutura dos canais de comunicação e a pré-disposição em transformar a opinião aferida pelas TICs um elemento relevante no momento da tomada de decisão política.

c) Terceiro grau de democracia digital

O terceiro grau de democracia digital é representado pelos princípios da transparência e da prestação de contas (*accountability*), gerando uma maior permeabilidade da esfera governamental para alguma intervenção da esfera civil. Este princípio produzirá uma maior preocupação na responsabilidade⁶² política e com isso, um maior controle popular sobre as ações governamentais:

O terceiro grau de democracia digital é representado por um Estado com tal nível de prestação de informação e de prestação de contas que, de algum modo, torne-se transparente à cidadania: um Estado cuja esfera política oriente-se por um princípio de publicidade política esclarecida. (GOMES, 2004b, p. 10)

A publicidade de informações aqui é significativamente diferente da publicidade de informações do primeiro grau. No grau mais elementar (primeiro grau) a informação é claramente menos preocupada em demonstrar transparência dos atos de concernência pública; está menos interessada na formação e nas repercussões da opinião pública. A publicidade, neste terceiro grau de democracia digital, é voltada para fortalecer a cidadania de modo mais efetivo, concentrando energias na configuração de uma esfera governamental mais susceptível em “evitar” a prática do segredo:

Um dos grandes fantasmas a assombrar a democracia é a idéia de *governo invisível*, a idéia de que o Estado estaria sob o domínio de sujeitos não autorizados. Eis porque o público não gosta de composições secretas, montadas justamente para enclausurar a esfera política e “protegê-la” do seu olhar. (GOMES, 2004a, p. 120)

Considerar este grau de democracia digital um grau mais elevado do que a ênfase no binômio informação-serviços (típica do primeiro grau) e um pouco mais sofisticado que uma

maior porosidade em colher a opinião pública através das TICs (característica do segundo grau) significa reconhecer a importância da transparência na prática política (em detrimento do segredo), como um elemento relevante do jogo democrático.

Importante notar que a prestação de contas também é um tipo de exposição de informação, como no primeiro grau. Porém, diferentemente deste grau mais elementar, a informação é potencialmente mais efetiva do ponto de vista da ação democrática da esfera civil porque demanda explicação e justificativa da esfera política sobre seus atos em relação aos negócios públicos. Existe aqui uma categoria de informação que gera maior controle civil sobre os atos governamentais.

A permeabilidade política deste grau em relação à esfera civil também difere da porosidade do grau anterior (segundo grau). No caso do segundo grau, a porosidade política está restrita à recepção da opinião do público e a pré-disposição em considerá-la no processo de tomada de decisão política. No caso do terceiro grau, esta “porosidade” se torna mais efetiva ao incluir um elemento substancial: a transparência dos atos governamentais gera maior participação popular nos negócios públicos porque o governo se torna mais susceptível ao controle público por expor, com maior especificidade e clareza, o andamento de seus atos.

Apesar desta porosidade ser mais efetiva do ponto de vista da participação da esfera civil, é importante ressaltar que neste terceiro grau a produção da decisão ainda permanece, em última instância, restrita à esfera política:

Neste caso, porém, o estado presta serviços, informações e contas à cidadania, mas não conta com ela para a produção da decisão política. Neste modelo há um encaixe mais ou menos adequado entre os fluxos de demanda de explicações cuja origem é, evidentemente, a esfera civil e a prestação de contas de um Estado, em todos os seus poderes, que se explica aos seus cidadãos. (GOMES, 2004b, p. 6)

⁶² O termo “responsabilidade” deve ser compreendido aqui em seu significado mais lato: ato de responder. Carrega o mesmo sentido do termo “*accountability*”, em língua inglesa. Ou seja, a obrigação política em dar

d) Quarto grau de democracia digital

Ser sensível à opinião pública, adotar mecanismos de participação do tipo debates públicos via ciberespaço ou fóruns *on line* sobre determinados temas sem um efeito decisivo imediato ainda é uma característica de segundo e terceiro graus de democracia digital. Criar processos deliberativos (mecanismos de discussão e convencimento mútuo para se chegar a uma decisão política) e aceitar atos deliberacionistas (no sentido de tomada de decisão) deste público são práticas mais avançadas de participação democrática. É neste prisma que se caracteriza o quarto grau de democracia digital. Este grau está baseado no conceito de “democracia deliberativa”. Para Dahlberg:

Democracia deliberativa requer mais interação democrática. No diálogo aberto e livre, participantes propõem e desafiam reivindicações e argumentos sobre problemas comuns, não descansando até que estejam satisfeitas as melhores razões tenham sido postas e plenamente defendidas. Participantes tentam chegar ao entendimento de seus interlocutores para reflexivamente modificar suas posições pré-discursivas em resposta ao melhor argumento. No processo, indivíduos privados se tornam cidadãos orientados publicamente. (DAHLBERG, 200, p. 167)⁶³

Numa perspectiva de democracia representativa este grau pode ser considerado o mais intenso em termos de participação popular, porque ele ainda mantém uma esfera política profissional em face da esfera civil. Esta participação requer um conjunto de princípios, em grande parte inspirado no conceito de esfera pública (ver GUTMANN e THOMPSON: 1996, p.12)

razão (respostas), de prestar contas publicamente.

⁶³ Tradução própria do original em inglês: “Deliberative democracy demands more of democratic interaction. In free and open dialogue, participants put forward and challenge claims and arguments about common problems, not resting until satisfied that the best reasons have been given and fully defended. Participants attempt to come to an understanding of their interlocutors and to reflexively modify their pre-discursive positions in response to better arguments. In the process, private individuals become public-oriented citizens”.

Diversos autores⁶⁴ defendem princípios deliberacionistas visando uma participação na produção da decisão política na democracia contemporânea. Boa parte da literatura recente sobre democracia digital, está pautada ou baseada nestas diretrizes. A democracia digital de quarto grau empregaria as TICs para fomentar o debate e interferir na tomada de decisão:

Uma deliberação pública que, dentre outras coisas, serve-se dos meios eletrônicos de interação argumentativa. A democracia digital deliberativa teria que ser uma democracia participativa apoiada em dispositivos eletrônicos que conectam entre si os cidadãos e que lhes facultam a possibilidade de intervir na decisão dos negócios públicos. (GOMES, 2004b, p. 7)

É preciso notar que a esfera política permanece ainda como agente importante nos processos de tomada de decisão. Porém, diferentemente dos graus anteriores, este quarto grau tira a esfera civil do papel de consulta e a coloca, juntamente com a esfera política, como agente de produção da decisão política.

O cerne da democracia digital, neste quarto grau, é justamente o processo discursivo e racional da tomada de decisão pelo público. Outros elementos podem coexistir, mas não terão papel central no âmbito de uma administração governamental, baseada nesta visão de democracia digital:

Tal abordagem da governança emancipatória enfatiza o aumento do poder social, ou seja, a inclusão e o fortalecimento dos não-poderosos nos processos de tomada de decisão política. A eficiência administrativa, neste contexto, é considerada um objetivo subordinado. (FREY, 2002, p. 145)

A participação popular se torna real em termos práticos, mantendo a esfera política ainda no seu papel de representação política. A esfera civil permanece com suas “funções na formação eleitoral da esfera política (única função que lhe atribui as constituições liberais contemporâneas)” (GOMES, 2004b, p. 7).

⁶⁴ COLEMAN, 1999b; DALHBERG, 2001, FREY, 2002; GUTMANN e THOMPSON: 1996; RICHARD, 1999.

e) Quinto grau de democracia digital

Se o quarto grau de democracia digital é o mais intenso, do ponto de vista da participação civil nos negócios públicos mantendo o sistema de democracia representativa, o quinto grau é necessariamente o mais idealista na escala de participação civil e significa uma mudança mais profunda de modelo democrático. Trata-se da tomada de decisão direta sem a interveniência de uma esfera política do tipo representativa.

Neste último grau, as TICs teriam uma função fundamental: retomar o antigo ideal da democracia direta:

Argumenta-se, por exemplo, que as novas tecnologias da informação transformarão a natureza da atividade política inspirando ao permear a democracia representativa americana com os ideais da democracia direta da cidade-estado da Grécia antiga.(GROSSMAN, apud HALE; MUSSO e WEARE, 1999, p. 97) ⁶⁵

Embora o quarto grau também defenda um fim mais ou menos similar – o aumento da participação da esfera civil na produção da decisão política - ele se preocupará com os processos de deliberação⁶⁶, mantendo a esfera política em seu papel de representatividade. No caso específico deste quinto grau, embora também possa haver processos de deliberação (no sentido de discussão racional), a tomada de decisão não passa por uma esfera política representativa: a esfera civil ocupa o lugar da esfera política na produção da decisão. A ênfase aqui está no fato de que só argumentar não seria suficiente: é preciso deixar que o povo decida. Isto significaria um “Estado governado por plebiscito “ (GOMES, 2004b, p. 6).

⁶⁵ Tradução própria do original em inglês: “It has been argued, for example, that new information technologies will transform the nature of political activity by infusing American representative democracy with the direct democratic ideals of the Ancient Greek city state.”

⁶⁶ Com condições de discussão, com elementos que façam a decisão política ser razoável e ao mesmo tempo legitimamente construída por indivíduos orientados pelo interesse público.

Numa democracia digital de quinto grau, prevalece a idéia de que, com as possibilidades interativas em massa das novas tecnologias da comunicação, a decisão deveria estar assim transferida diretamente para a esfera civil.

Por estar fortemente baseado no modelo da democracia direta, derrotada historicamente (GOMES, 2004: 12), o quinto grau de democracia digital enfrenta sérios problemas pragmáticos e teóricos para sua implementação. Se levado a cabo isoladamente, sem observar suas possíveis repercussões, a exacerbação de alguns elementos deste grau pode gerar um tipo de autoritarismo sustentado pela demagogia ou populismo político:

O fato essencial é que a democracia eletrônica direta é demasiadamente uma faca de dois gumes. Dependendo dos detalhes de implementação – e o demônio está na verdade nos detalhes – isso levaria ou para soberania popular ou para a manipulação populista. (MOORE, 1999, p. 56)⁶⁷

Para alguns autores, esta perspectiva propicia perigos como um público mal informado, propenso ao um novo tipo de populismo tecnológico (COLEMAN, 1999a) ou ainda poderia gerar uma “democracia de apertar botão” (MALINA, 1999, p. 24).

Governo eletrônico e os graus de democracia digital

Historicamente, os três primeiros graus de democracia estão bastante relacionados com os processos de modernização do Estado:

No final da década de 1980 e no início da década de 1990 surgiu uma agenda para a reengenharia do setor público e a “reinvenção do governo” (Osborne; Gaebler, 1992). Batizada com os termos “reforma”,

⁶⁷ Tradução própria do original em inglês: “The plain fact is that direct electronic democracy is very much a two-edged sword. Depending on the implementation details – and the devil is indeed in the details – it could lead either to popular sovereignty or to populist manipulation. “

“reinvenção” (EUA) e “modernização” (Inglaterra), essa agenda de reforma possui vários componentes típicos (FERGUSON, 2002 p. 107-108)

Ferguson explica que essa agenda de reforma possui componentes típicos como (a) maior eficiência governamental, (b) descentralização administrativa, (c) maior prestação de contas dos negócios públicos, (d) melhor administração de recursos e (e) marketização.

Este processo ganhou corpo (com maior ou menor intensidade) na maioria das democracias liberais contemporâneas, principalmente na década de 1980. Suas repercussões mais recentes estão centralizadas na idéia de “governo eletrônico” e “governança eletrônica”, que tem origens históricas bastante recentes:

A ampliação do debate sobre governança [eletrônica] deve-se certamente à retração do Estado, promovida pelas estratégias neoliberais nas últimas duas décadas, e à clara incapacidade das instituições públicas enfraquecidas para lidar eficientemente com os crescentes problemas urbanos [...] (FREY, 2002, p. 144).

São muitas as definições de governo eletrônico e de governança eletrônica. É possível reuni-las, a título de síntese, em dois grupos de caracterização: (a) definições mais amplas e (b) definições mais restritas.

a) definições amplas - As posturas conceituais mais amplas tratam a idéia de governo eletrônico de modo abrangente, indo desde a disponibilidade de informação (primeiro grau), prestação de serviços (primeiro grau), prestação de contas e responsabilidade (segundo e terceiro graus) chegando até a esboçar a participação do cidadão nos negócios públicos (quarto grau). Este último item geralmente é caracterizado sem que haja clareza de como esta participação atingiria o nível da “tomada de decisão” pelo público – geralmente, tal

participação aparece sob a forma de uma maior “permeabilidade” ou “porosidade” política governamental, que estaria ainda no limiar do terceiro para o quarto grau⁶⁸.

b) definições restritas - As definições mais restritas estarão concentradas na exposição de informação, no *delivery* de serviços públicos, com predominância para este último elemento, podendo até citar elementos como transparência governamental, mas este não será o foco mais fundamental desta visão⁶⁹.

Graus de democracia digital: limites e considerações gerais

Estes graus não devem ser compreendidos como “excludentes” entre si. Também não devem ser vistos de forma rígida como parâmetros estanques. Sobretudo, são úteis para organizar o debate sobre o emprego das TICs nos sistemas democráticos contemporâneos, as variadas formas de se utilizar o rótulo da democracia digital, as concepções, os autores e o grande volume bibliográfico sobre o tema. Não como a teoria em si.

Embora, em princípio, um grau não inclua necessariamente um outro grau, um projeto pode situar-se entre graus, estar mais para um determinado grau sob um aspecto e para outro

⁶⁸ “Numa versão mais emancipatória, o uso da governança tem relação com as novas práticas de coordenação de atividades através de redes, parcerias e fóruns deliberativos, que cresceram nas ruínas da representação corporativista mais centralizada e hierárquica do período até os anos 1970. Esse tipo de «governança social negociada» pode ser considerado um novo estilo de governança e uma fonte de novos experimentos na prática democrática.” (HIRST, apud FREY)

⁶⁹ “A maioria dos governos limita suas iniciativas ao que Lawson chama de «visão fraca» da governança eletrônica, uma abordagem essencialmente conservadora que evita mudanças mais profundas na maneira como o governo opera e funciona. O governo está preocupado em não repassar seu poder e influência a outros atores sociais ou políticos. Por outro lado, a visão mais radical, ou «visão forte» da governança eletrônica, busca reformar a própria base do governo: «A mudança da forma como o governo opera e dos serviços que presta está de mãos dadas com a transformação de sua cultura, abordagem e estrutura.» [citando Lawson] (FREY, 2002, p. 147). O relatório Delloite (Delloite Research - At the dawn of e-government: the citizen as customer) tratará o termo governo eletrônico (ou e-governo) mais claramente vinculado à prestação de serviços e a eficiência administrativa: “What is e-Government? Simply stated, it is the use of technology to enhance the access to and *delivery* of government services to benefit citizens, business partners and employees. But it is not a simple matter. All around the world, governments are eagerly looking toward a digital future, but their view is obstructed by the challenges they face in modernising such vast enterprises.” (DELLOITE RESEARCH, 2000)

diferente sob outro aspecto, já que os fenômenos não são rigorosamente homogêneos e as iniciativas nem sempre constituem um sistema unitário. Os graus devem ser vistos como pontos numa escala que podem ser atingidos integralmente ou parcialmente, por determinados experimentos de democracia digital.

Uma democracia de primeiro, segundo e terceiro graus, caso implementadas, não significam alterações profundas no sistema democrático atual. Já as democracias digitais de quarto ou de quinto grau, representariam, caso fossem integral e coerentemente implementadas, uma alteração estrutural significativa nas democracias liberais contemporâneas.

Cogita-se que os três primeiros graus (principalmente o primeiro) já estão sendo implementados de algum modo, pelo menos em grande parte da esfera governamental dos estados liberais. É possível supor que a maior parte das democracias ocidentais já pode ser considerada democracia digital de primeiro grau; algumas avançam celeremente para o segundo grau e, em pouquíssimas regiões ou cidades, chegam perto do terceiro grau. O terceiro grau vem ganhando terreno nos últimos anos, sobretudo no discurso governamental e partidário, entretanto, de modo prático é necessário averiguar qual a sua real repercussão e seus efeitos concretos⁷⁰.

⁷⁰ Em novembro de 2004, o governo federal lançou o chamado *Portal da Transparência*: “Com muita satisfação, a Controladoria-Geral da União disponibiliza, aos brasileiros, este Portal da Transparência, na execução dos compromissos democráticos do Governo do Presidente Lula. Trata-se do mais abrangente banco de informações, aberto à população, sobre o uso que o Governo Federal faz do dinheiro que arrecada em impostos: o seu dinheiro. Estão aqui relacionados os gastos em educação, saúde, segurança, entre outros, realizados em seu município, na sua cidade, seja diretamente pelo Governo Federal, ou por meio de convênios ou repasses aos estados, prefeituras, organizações não-governamentais e fundações. Você, cidadã ou cidadão, é nosso convidado a fazer deste Portal um instrumento para tornar efetivo o controle social dos gastos públicos, que é o controle feito por você, o mais legítimo dos fiscais. Acompanhe e fiscalize conosco a aplicação do dinheiro, em seu estado, em seu município, na sua comunidade. Ao cumprir mais este compromisso do Governo, a Controladoria-Geral da União dá um importante passo na direção da plena transparência e publicidade dos atos da administração, contribuindo para o efetivo controle social da gestão pública, instrumento fundamental para construção de uma democracia vigorosa e socialmente justa. Exerça seu direito de fiscalizar o bom uso do dinheiro que é seu. Juntos, vamos construir um país mais igual, mais justo e democrático.” Disponível em www.portaldatransparencia.gov.br ou www.portaltransparencia.gov.br. Acessado: 09/12/2004

O grau mais intenso de democracia participativa no interior do modelo representativo - o quarto grau - ganhou corpo fundamentalmente em debates acadêmicos, com alguns casos isolados de projetos sobre democracia digital e governança eletrônica, servindo como base argumentativa na formatação de algumas experiências isoladas⁷¹. No caso quinto grau, apesar de possuir mais força na tradição do ideal democrático antigo (a democracia direta) e embora possa influenciar alguns projetos pragmáticos baseados em seus princípios⁷² ainda se restringe predominantemente a discursos localizados. Podemos encontrar, tanto no passado (no que se refere às potencialidades da técnica para a democracia) quanto no presente (no que se refere especificamente às TICs), muitas retóricas baseadas nos princípios deste grau (MUSSO, 1997, p. 5-6; MATTELART, 2002, p. 183).

Embora haja alguma percepção mais panorâmica da implementação dos graus de democracia digital, não há ainda um conhecimento empiricamente construído de como isso ocorre em termos práticos: não se pode afirmar quais as características internas disso e como está ocorrendo esta implementação: se há distorções, ênfases exacerbadas em determinados elementos, se há homogeneidade ou heterogeneidade nos diferentes âmbitos da esfera política.

Fundamental esclarecer que a percepção de algum desses graus na implementação da democracia digital deve ser acompanhada de um olhar crítico: a existência de elementos de determinados graus não significa que exista, de fato, uma democracia digital. Significa que existem indícios “graduantes” (e não determinantes) de um ideal democrático mediado por tecnologias da comunicação e informação. A ênfase em elementos estritos de algum destes graus, discursado sob o rótulo da “democracia digital” como se esta fosse integralmente implementada, pode significar uma distorção retórica. Tipificar como um “grau primário de

⁷¹ Alguns trabalhos de análises ou descrições sobre projetos que tocam nestes princípios ou em perspectiva correlacionada: BECKERS, BESSELAAR e MELIS, 2000; BRANTS e FRANCISSEN, 1998; BRYAN, 1998; CASTELLS, 2003; DOCTER e DUTTON, 1998; LEMOS, 2000 e 2003; AVEIRO DIGITAL, 2003; ISHIDA, 2000; GUIDI, 2002; TAMBINI, 1998; TSAGAROUSIANOU, 1998a; WEARE, MUSSO e HALE, 1999a e 1999b.

democracia digital” é analisar criticamente, deixando claro que há vazios normativos importantes. A existência dos graus demonstra que há um “gradiente”, uma “gradatividade” para se chegar a um patamar superior de democracia via TICs. Serve-nos para, inclusive, perceber as lacunas e os problemas de alguns discursos e experimentos, que reivindicam a legitimidade democrática, quando estes propiciam apenas um nível elementar dos ideais da ciberdemocracia.

Com bases nas premissas conceituais e teóricas expostas até aqui, o próximo capítulo tentará expor a metodologia de construção e de análise de uma planilha de coleta de dados a ser aplicada (preenchida) a partir da navegação *on line* em um *corpus* empírico composto pelos portais governamentais de cidades brasileiras. O objetivo é avaliar se a democracia digital, em seus graus de participação democrática, está sendo implementada pelos governos das maiores cidades brasileiras e como estaria ocorrendo esta eventual abertura participativa. Optou-se por analisar os sítios das 24 capitais brasileiras que mantêm portais na rede mundial de computadores. O último capítulo será dedicado à análise dos dados coletados a partir desta metodologia proposta.

⁷² Na Grécia, o projeto Péricles foi concebido mesclando elementos deliberativos e plebiscitários em sua formação (ver TSAGAROUSIANOU, 1998a, p. 43)

PARTE III

ESTRUTURANDO A PESQUISA EMPÍRICA: PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

As duas primeiras partes desta dissertação tentaram compor uma análise teórica - ainda que limitada - sobre os problemas, o estado da arte, e as características da relação “cidade, novas tecnologias da comunicação e democracia” no atual quadro de debate sobre o tema. Esta terceira parte, tem a função de (1) primeiramente caracterizar e justificar o *corpus* a ser analisado e (2) num segundo momento expor os elementos estruturais que compõem a ferramenta (planilha) de coleta de dados empíricos, desenvolvida com o intuito de alicerçar a pesquisa.

3.1 Sobre o *corpus* empírico

O debate em torno da ciberdemocracia ou democracia digital é alimentado por um número significativo de tentativas e projetos empíricos (grande parte realizada nos limites geográfico da cidade), que se constituem simultaneamente em diversas partes do globo:

A maioria, embora não todos, os experimentos em democracia eletrônica [...] compartilha um número de características semelhantes: [a] eles são percebidos pelos atores sociais [...] como uma intenção de reviver e revigorar a política democrática que, em função de uma variedade de razões, é sentida por ter perdido sua atração e dinamismo. [b] eles têm tomado um caráter local ou regional, sendo circunscritos mais ou menos nas bordas territoriais urbanas e nas comunidades suburbanas; [c] têm sido baseados, geralmente, em infraestrutura tecnológica semelhante. (TSAGAROUSIANOU, 1998b, p. 168)⁷³

⁷³ Tradução própria do original em inglês: “Most, although not all, experiments in electronic democracy [...] share a number of common characteristics: [a] they are perceived by the social actors [...] as a means of reviving and reinvigorating democratic politics which for a variety of reasons is perceived to have lost its appeal and dynamism; [b] they have been local or regional in their character, being related to more or less territorially bounded urban and suburban communities; [c] they have been based on broadly similar technological infrastructures.”

De certo modo, estudar este fenômeno (ou objetos específicos vinculados a este tema) requer uma dupla observação: de que forma as teorias são apropriadas pelos experimentos e de que forma estes experimentos realimentam o debate contemporâneo.

Os projetos e experiências que envolvem a cidade em sua relação política com as novas tecnologias da comunicação se desenvolvem de variadas formas, como foi delineado na primeira parte desta dissertação. A cidade digital (a partir da abordagem internética) é apenas uma das formas que estes projetos podem tomar: um tipo mais complexo, existente hoje em partes localizadas do globo (principalmente na Europa), mas que ainda está longe de ser quantitativamente hegemônico.

No Brasil, este modelo de experiência ainda não está sendo implementado de modo consistente. Os portais governamentais – criados, sustentados e administrados unilateralmente pelo poder público instituído – são o formato mais difundido de projetos de democracia digital atualmente no mundo.

Os governos municipais brasileiros têm predominantemente se apoderado da Internet como o meio mais comum de utilização das TICs para gerar uma interface política com o cidadão, fundamentalmente através da criação e manutenção institucional de portais ou sítios oficiais.

Mas a pergunta que persiste é: haveria de fato algum tipo de participação democrática nestas experiências? Se há, que graus de participação é possível detectar?

Para tentar responder a estes questionamentos mais centrais, optou-se por estudar os portais (sítios) governamentais do poder executivo das capitais brasileiras presentes hoje na rede mundial de computadores. Este recorte do problema é representativo por três razões mais fundamentais: (1) o poder executivo é uma das instâncias que detém de forma

significativa a produção da decisão política⁷⁴; (2) as capitais dos estados que constituem a República Federativa do Brasil são representativas da diversidade sócio-política e econômica do país; (3) embora esta utilização das TICs possa ocorrer de forma diversa⁷⁵, a Internet é o meio mais empregado atualmente pela instância governamental brasileira.

Ao delimitar a análise nos portais governamentais das capitais, estar-se analisando, conseqüentemente, o grau de democracia digital das cidades brasileiras de médio e grande porte, restringindo-se ao emprego da Internet para este fim. O estudo não abarca, assim, as cidades de pequeno porte. Visto por este modo e dito por outras palavras, o *corpus* empírico analisado neste trabalho é composto por 24 cidades brasileiras, de maior significância, com

⁷⁴ “Antes de tudo, há a esfera civil, o domínio de toda a cidadania, detentora da soberania legítima, mas cuja função no processo de produção da decisão política é basicamente a autorização, revisável de tempos em tempos, daqueles que realizam a decisão [a esfera política]. [...] A especialidade da esfera política, assim constituída, consiste em produzir a decisão política. Esta última é de dois tipos. De um lado, temos a decisão de governo, destinada à implementação de programas cujo resultado é sempre um modo de configuração da coisa pública [...] De outro lado, temos a decisão parlamentar, que se caracteriza como uma decisão segundo regras [...] Como a decisão de governo, a decisão parlamentar comporta sempre um efeito direto sobre o estado da coisa pública” (GOMES, 2004a, p. 86). Observa-se que são duas as instâncias que tomam as decisões políticas: uma é governamental, a outra é legislativa. Embora a instância do legislativo (parlamento) também deva ser considerada importante na constituição da ciberdemocracia, optou-se por analisar apenas a instância do executivo a título de delimitação do objeto.

⁷⁵ Por exemplo, no caso do projeto “Péricles”, na Grécia, o governo investiu na construção de uma infraestrutura tecnológica de comunicação em rede própria, que não está necessariamente baseada na Internet: “[...] a rather ambitious project was launched in Greece in 1992 which eventually culminated in the development of a pilot programme of application of ICTs in the political process. This project was network Pericles, a communications network developed by a team of researchers based at the Communication and Media Laboratory of the National Technical University of Athens, comprising a number of local authorities in Greece, France and Cyprus and partly funded by the European union MED-URBS programme. [...] In a nutshell, according to its creators, network Pericles is intended to develop and utilise the technological infrastructure that could support and enhance the democratic process. The network has been designed to improve citizens’ access to information related to the political process, to help sustain, expand and organise forms of direct political action, such as the launching of citizens’ initiatives, referenda and processes of deliberation, and to enable authorities to consult citizens on policy issues and therefore to reinvigorate local democracy. However, unlike other electronic democracy projects, Network Pericles is a network dedicated to the needs of local democracy; it has been conceived as an instrument of political debate and political action alone and it is not envisaged to be a medium of *delivery* of any other municipal service. What is more, although its creators have not ruled out the possibility, Network Pericles is not linked to the Internet or any other public network and has been designed specifically for the purposes of provision and exchange of public information, debate and voting. “(TSAGAROUSIANOU, 1998a, p. 42-43)

população variando entre 500 mil e 10 milhões de habitantes. Do ponto de vista demográfico, estas cidades estão entre os 50 maiores centros urbanos do país⁷⁶.

No universo das capitais, foram analisados 24 portais governamentais. São eles: os portais das cidades de Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Palmas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória. Não foram analisados os portais das cidades de Boa Vista e Macapá. Estas duas exceções se justificam em virtude da inexistência dos respectivos sítios na rede mundial de computadores (Internet) no período da coleta de dados (de outubro a novembro de 2004).

3.2 Sobre a ferramenta de coleta de dados

Para analisar os 24 portais, desenvolveu-se uma planilha única de coleta de dados (no modelo “formulário”) para ser aplicada (preenchida) em cada um dos sítios governamentais que constituem o *corpus* empírico deste trabalho. A planilha teve o objetivo de servir como ferramenta que possibilitasse detectar, mensurar e tipificar os graus de democracia participativa no *corpus* estudado. É constituída por questões quantitativas e qualitativas, visando encontrar e classificar os *elementos* considerados relevantes em cada grau de democracia digital nos sítios das capitais brasileiras⁷⁷. Tais questões foram elaboradas para serem respondidas mediante navegação *on line* direcionada nos portais analisados. Cada quesito se torna um meio de se detectar e registrar a existência de elementos baseados em dois pilares, que serão chamados, daqui por diante, de “objetos”:

⁷⁶ As informações demográficas aqui expostas (no que diz respeito ao número de habitantes, classificação de cidades em grande, médio e pequeno porte etc) seguem os parâmetros demográficos do Instituto Brasileiro de Estatística Geográfica (IBGE): www.ibge.br

⁷⁷ A Planilha pode ser consultado no APÊNDICE desta dissertação.

(a) **Objetos de interface** (ferramentas de interface gráfica) - como *chats*, fóruns *on line*, formulários de postagem de informação, sistemas de consulta de dados do tipo “*input e output*” , sistemas de votação *on line*, ferramentas de emissão de documentos públicos etc. e;

(b) **Objetos de conteúdos** - como informações, notícias, legislação, serviços, dados, balanços financeiros, documentos de execução orçamentária, documentos de prestação de contas públicas etc.)⁷⁸

Os dois objetos são qualificados a partir de dois parâmetros, que serão denominados, daqui por diante, de “caracterizadores”:

(a) **Caracterizador de Função política** – que tipo e que nível de interação entre governo e cidadão estes objetos possibilitam; qual a razão política de determinado objeto no portal; o que sua existência significa em termos de participação civil) e;

(b) **Caracterizador de Visibilidade** – qual o posicionamento visual desses objetos na estrutura gráfica do portal; se há preocupação em torná-los graficamente visíveis; que grau de publicidade e, conseqüentemente, que potencialidade de apropriação civil existe.

A tabela abaixo traz um pequeno exemplo ilustrativo (hipotético) para esclarecer melhor a aplicação destas tipificações:

⁷⁸ A distinção entre estes dois tipos de objetos não acarreta numa hierarquia de valor entre eles. Estas denominações diferenciadas servem apenas como parâmetro tipificador.

	Objeto do tipo interface?	Objeto do tipo conteúdo?	Qual o caracterizador Político ?	Qual o caracterizador de visibilidade
Ferramenta de emissão de certidão negativa de débito	Sim.	Não.	Tem a função prestar serviço público de terceira ordem (não essencial)ao cidadão	Visível apenas em páginas secundárias (ou seja, na página da secretaria de finanças)

Estes quatro pontos de diretrizes da pesquisa empírica (objeto de interface, objeto de conteúdo, caracterizador de função política, caracterizador de publicidade) irão guiar a construção das questões da planilha e estão claramente influenciados por parâmetros políticos: qual a importância para a democracia dos elementos buscados em cada questão da planilha de pesquisa na relação entre a esfera governamental analisada (as prefeituras das capitais) e a esfera civil (seus respectivos cidadãos). Ou seja, interessa aqui, por exemplo, não apenas perceber a existência de uma ferramenta do tipo “*chat*” (objeto do tipo “interface gráfica”) no sítio, mas verificar se este *chat* é utilizado politicamente para efetivar uma maior participação do cidadão na produção da decisão política⁷⁹ (caracterizador de função política) e se há uma preocupação em torná-lo “público”, no sentido de ser visível no sítio, possibilitando o seu uso civil (caracterizador de publicidade).

Além destes quatro elementos de diretrizes, a planilha de coleta de dados foi organizada de modo estrutural com base nos graus de democracia digital, conforme exposto na parte II desta dissertação. Além da percepção empírica acerca dos graus de democracia digital existentes hoje em cada sítio, buscou-se levantar elementos e dados capazes de propiciar uma análise interna mais minuciosa: em que nível o (s) grau (s) detectado (s) está (ão) desenvolvido (s) e suas peculiaridades em cada um dos portais governamentais. Ou seja, a preocupação não é apenas perceber que graus de democracia digital estão presentes na

⁷⁹ Participação na produção da decisão política não inclui apenas a produção direta da decisão política, mas também a manifestação e a pressão que se exerce sobre a esfera da decisão política.

utilização da Internet pelos governos das capitais brasileiras, mas, para além desta prospecção, busca-se compreender como estes graus estão estruturados.

Do ponto de vista estrutural, a planilha possui 40 tópicos (na forma de questões), estando dividida em 7 secções analíticas (1 secção de identificação do objeto; 5 secções correspondentes à análise dos cinco graus de democracia digital e 1 secção facultativa aberta para observações descritivas). É predominantemente composta por questões objetivas, havendo também questões descritivas, porém, em número mais reduzido⁸⁰. As questões foram elaboradas com o intuito de se detectar a presença ou ausência de elementos considerados importantes para caracterizar paradigmas normativos em cada um dos graus de democracia digital, guiados (tipificados) pelos dois pilares (objetos) já expostos na secção anterior (interface e conteúdo), qualificados pelos dois elementos caracterizadores (função política e visibilidade).

Para cada questão da planilha de coleta de dados foram estabelecidos critérios de avaliação por cada elemento detectado no processo de navegação orientada nos portais. A existência destes dispositivos foi avaliada recebendo pesos diferenciados (maior ou menor peso) para determinadas questões que refletem a presença de elementos considerados mais significativos, mediante a sua visibilidade no sítio e a sua função política nos graus de participação democrática. Estes pesos foram transformados em números, para propiciar um mesmo panorama comparativo na tabulação dos dados, sendo criada uma escala de avaliação cuja base equivale a 10 e cujo topo equivale a 25:

Qualificação	Quantificação
Pouco significativo	10
Razoavelmente significativo	15
Significativo	20
Muito significativo	25

⁸⁰ O tempo médio de aplicação da planilha foi de 4 horas, para cada sítio. Este tempo significa uma média aritmética de aplicação, ou seja, não significa que cada sítio levou 4 horas para ter seus dados coletados: em alguns casos (no caso de portais menos complexos) este tempo foi mais reduzido; em outros (no caso de portais mais elaborados e com maior complexidade de conteúdo e de interface gráfica), este tempo chegou a atingir 6 horas de navegação para se finalizar o preenchimento de todas as questões solicitadas pela planilha.

Embora a planilha de coleta de dados tenha sido construída com bases nos graus de democracia digital, as cinco seções analíticas que a compõem não correspondem necessariamente a cada um dos graus de participação democrática isoladamente. A primeira seção corresponde à coleta de dados sobre elementos do primeiro grau que enfatizam a informação; a segunda seção é dedicada a coleta de dados sobre elementos do primeiro grau que enfatizam o *delivery* de serviços públicos; a terceira seção da planilha coleta dados é dedicada a detectar presença de elementos do segundo e do terceiro grau (em conjunto)⁸¹; a quarta seção é voltada para colher dados sobre a presença de elementos do quarto grau; e a quinta seção dedica-se a detectar a presença de elementos do quinto grau. A tabela a seguir é um resumo panorâmico das seções e seus respectivos tópicos, que constituem a planilha de coleta de dados:

Tabela panorâmica dos tópicos que compõem as seções da planilha	
Dados de identificação	Como nome da cidade, endereço do portal, dia de preenchimento da planilha, tempo de aplicação, etc.
Seção I:	sítio em operação
Tópicos analisados sobre 1º grau com ênfase informativa	informações genéricas sobre a municipalidade
	informações institucionais (categorias: “a” e “b”)
	notícias (categorias “a” e “b”) –
	<i>feedback</i> assíncronico (categorias “a” e “b”)
	informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “e”
	informações sobre infraestrutura tecnológica categoria
Seção II:	<i>Delivery</i> informativo automatizado
Tópicos analisados sobre 1º grau com ênfase na prestação de serviços	<i>Delivery</i> informativo instantâneo
	<i>Delivery</i> burocrático (categorias “a” e “b”)
	<i>Delivery</i> de serviço (categorias “a” e “b”)
	informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “d”
	informações sobre infraestrutura tecnológica categoria “d”

⁸¹ Isto ocorre em função do entendimento inicial da estruturação dos graus. Nesta visão anterior, o primeiro grau enfatizava informação; o segundo enfatizava serviços; o terceiro enfatizava porosidade à sondagem de opinião pública via TICs e responsabilidade (*accountability*); o quarto enfatizava a deliberação pública; e o quinto enfatizava o modelo de democracia direta. Como a construção da planilha e a coleta de dados já haviam sido concretizadas a partir deste entendimento inicial, optou-se por manter esta estrutura das seções, sendo que a análise dos dados segue o entendimento mais atualizado, conforme exposto no final da parte II desta dissertação. Considerou-se que a estruturação da planilha nos termos iniciais não prejudicou a coleta dos dados. Sobretudo porque como o primeiro grau é, em tese, o mais desenvolvido, concluiu-se importante analisá-lo a partir da ênfase de seus dois aspectos mais centrais (a exposição de informação de mão única; e a prestação de serviços no sentido de “*delivery*”). No caso da junção de análise para o segundo e terceiro grau considera-se que estes graus são bastante compatíveis e complementares, podendo ser analisados de forma conjunta.

Seção III: Tópicos analisados sobre 2º e 3º grau	Transparência (em duas categorias “a” e “b”)
	Sondagem de opinião pública (em duas categorias “não-publicada” e “publicada”)
	<i>Locus</i> crítico (em duas categorias “não-publicado” e “publicado”)
	Existência de informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “c”
	Existência de informações sobre infraestrutura tecnológica categoria “d” sistema avançado de votação eletrônica categoria “c”
Seção IV: Tópicos analisados sobre 4º grau	<i>Locus</i> deliberativo
	Sistema avançado de votação eletrônica categoria “b”
	Constituição da agenda decisória Abrangência decisória
	Existência de informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “b”
	Existência de informações sobre infraestrutura tecnológica categoria “b”
Seção V: Tópicos analisados sobre 5º grau	Sistema avançado de votação eletrônica categoria “a”
	Sufrágio
	Agenda decisória
	Abrangência decisória
	Existência de informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “a”
Existência de informações sobre infraestrutura tecnológica categoria “a”	
Seção VI: Descritiva	Observações descritivas, transcrições textuais consideradas úteis, notas de dados, notações sobre peculiaridades não previstas nas seções de marcação objetiva.

Os próximos parágrafos serão dedicados à pormenorização destes tópicos que compuseram as cinco seções estruturais centrais da planilha, baseados nos cinco graus de democracia digital. Serão demonstrados ordenadamente, nesta descrição, (1) que tipo de objeto cada tópico (questão) tenta detectar; (2) que tipo de caracterização de função política o objeto (avaliado na questão) reflete; (3) que caracterizador de visibilidade dos elementos encontrados existe no sítio (onde está disposto graficamente em termos de visibilidade pública no portal); (4) qual a orientação (método) de busca no processo de navegação⁸² e (5) que peso foi dado para a questão (avaliação que será levada em conta na tabulação de dados)⁸³.

⁸² Uma questão poderá ser composta por 2 tipos de objeto (objeto de conteúdo ou objeto de interface) ou apenas por 1 destes; a questão sempre será composta pelos 2 tipos de caracterizadores (caracterizador de função política ou caracterizador de visibilidade).

⁸³ O peso que será exposto consiste no peso máximo que a questão pode atingir. Ou seja, se uma questão obtiver a presença de todos os seus itens internos ela terá o valor total; mas poderá ocorrer casos em que a questão tenha apenas parcialmente a presença destes itens que a compõe, caindo assim o peso da avaliação (Ex: uma questão que poderá atingir um peso máximo do tipo “muito significativo” (20 pontos) poderá resultar em um peso final de “pouco significativo” (10 pontos) porque perdeu pontos ao não conter todos os itens internos (que constituem a totalidade da questão) requeridos para obter esta qualificação normativa.

1) Primeiro grau de democracia digital (com ênfase na informação)

- ❑ **sítio em operação** – detectar se o portal tem operacionalidade mínima, ou seja, se possui algum conteúdo oficial exposto. Elemento de pré-requisito para viabilidade da análise. **Método de busca:** digitar a frase (incluindo as aspas) “prefeitura municipal de *nome da cidade*” nos quatro maiores portais de busca na Internet: Google, Yahoo, Cadê e Radar UOL⁸⁴ (Ex: prefeitura municipal de São Paulo; prefeitura municipal de Recife; prefeitura municipal de Goiânia etc.). Caso não seja localizado, fazer nova tentativa digitando, no programa de navegação o endereço eletrônico no formato www.nomedacidade.sigladoestado.gov.br (Ex: www.saopaulo.sp.gov.br ; www.recife.pe.gov.br ; www.goiania.go.gov.br etc.). Caso ainda não seja localizado o portal, tentar via ligação telefônica com a administração da prefeitura indagando se a cidade (governo municipal) possui sítio oficial na Internet e através de qual endereço eletrônico o público poder ter acesso a ele. **Qualificação:** pré-requisito para se iniciar a análise.

- ❑ **presença de informações genéricas sobre a municipalidade – objeto «conteúdo»:** detectar se há informações mais gerais sobre a cidade como informações turísticas, econômicas, históricas, étnicas e geográficas; **caracterizador «função política»:** embora este elemento tenha relevância reduzida, do ponto de vista da ação política, percebê-lo significa qualificar melhor se a ênfase na informação, que caracteriza o primeiro grau, é abrangente ou restrita. **Método de busca:** procurar na *home*⁸⁵ do

⁸⁴ Digitar sem espaço ou acentuação. Considerar apenas portal oficial do governo.

⁸⁵ O termo original em inglês “home” se refere à primeira página do sítio, à página de entrada com o menu principal e os principais *links* . Será mantido o uso alternado do termo inglês com a expressão similar em português: “primeira página” .

portal e em cada um dos *links*⁸⁶ do menu principal. **Qualificação:** pouco significativo (10 pontos);

- **presença de informações institucionais (em duas categorias: “a” e “b”)** – **objeto «conteúdo»:** detectar se há a disponibilidade de informações de cunho institucional. Optou-se por classificar este tipo de informação em duas categorias. **Categoria “a”** : refere a informações legislativas, ou seja, leis, projetos de leis, decretos, plano diretor, estatutos, despachos, portarias e diário oficial do município. **Caracterizador «função política»:** esta categoria de informação demonstra preocupação do governo em circular dados de teor político oficial, dando ao cidadão maior conhecimento sobre direitos e deveres na municipalidade. **Categoria “b”:** informações institucionais sobre acesso físico e comunicacional ao governo (endereços de órgãos/secretarias, telefones/fax ; *e-mail*; endereço eletrônico na rede mundial de computadores de órgãos/secretarias; informações sobre o funcionamento de órgãos/secretarias). **Caracterizador «função política»:** esta categoria de informação demonstra a preocupação do poder público em dispor informações que viabilize aproximação física ou contato do cidadão com os órgãos do governo. **Caracterizador «publicidade»:** avalia-se ainda se estas informações institucionais (em suas duas categorias) estão dispostas em seção nominalmente delimitada do sítio e se estão visíveis na página principal (*home*) do portal. **Método de busca:** procurar na *home* do portal; caso não haja referência ou *link*, procurar no menu do endereço eletrônico das secretarias em “procuradoria”, “administração” ou “finanças”. Especificamente para

⁸⁶ Embora o termo “link”, de origem inglesa, possa ser traduzido para “vínculo” em língua vernácula, optou-se por manter o uso do termo na sua forma estrangeira. Sobretudo, porque esta expressão tem um sentido técnico que a palavra “vínculo” ainda não contempla. Ou seja, o *link* (*hiperlink*) é um tipo de vínculo disponível em páginas eletrônicas, servindo como possibilidade de ação - durante o processo de navegação - de deslocamento para uma outra página ou para um outro endereço na rede. Também pode servir como ação para “baixar” (copiar) um arquivo disponível na rede.

a categoria “b”, considerar na orientação de busca "gabinete do prefeito" como "sede da prefeitura" . **Qualificação (para categoria “a”)**: razoavelmente significativo (15 pontos); **Qualificação (para categoria “b”)** : razoavelmente significativo (15 pontos);

- **presença de informações do tipo «notícia» (categorias “a” e “b”) – objeto «conteúdo»**: detectar se há notícias. Optou-se por classificar este elemento em duas categorias. **Categoria “a”**: notícia do tipo “fato consumado”: diz respeito a notícias que apenas relatam ações governamentais ou políticas já efetivadas pelo poder público. **Caracterizador «função política»**: esta categoria demonstra a preocupação do governo em informar, ainda que na forma de “relato noticioso”, os seus atos para o público. **Categoria “b”**: notícia do tipo “fato não-consumado”: se refere à informação noticiosa em que o poder público informa ações que ainda serão realizadas (por exemplo, a construção de determinada obra ainda não efetivada; ou a elaboração de projeto de lei que será enviado para o poder legislativo). **Caracterizador «função política»**: esta categoria demonstra a preocupação do governo em informar o cidadão sobre seus possíveis atos administrativos ou políticos, viabilizando assim uma maior possibilidade de intervenção da esfera civil antes de o ato estar concretizado. **Caracterizador «publicidade»**: paralelamente é avaliado se estas categorias de informação noticiosa estão em seção (*link*) ou em área gráfica visivelmente ou nominalmente delimitadas. **Método de busca**: procurar na *home* do portal ou no menu principal o *link* “notícias”. Caso este elemento não esteja visível na *home*, procurar nos *links* que levam ao endereço *www* de cada uma das secretarias e órgãos municipais: procurar na primeira página (do sítio das secretarias) e no menu principal do sítio das respectivas secretarias este sobre notícias *link* (ou *link* similar).

Especificamente para a categoria “b”, acrescentar ao método de busca um limitador: considerar a busca no universo de uma amostragem de 100 notícias cronologicamente anteriores ao momento de aplicação da planilha. **Qualificação (para categoria “a”):** razoavelmente significativo (15 pontos); **Qualificação (para categoria “b”):** razoavelmente significativo (15 pontos).

- **existência de feedback informativo assíncrono (categorias “a” e “b”) – objeto «interface»:** verificar se há otimização na resposta (do governo) em caso de solicitação de informação personalizada sobre assuntos públicos para o cidadão, via *e-mail* ou formulário disposto no portal. Optou-se por classificar este elemento em duas categorias. **Categoria “a”:** *feedback* informativo para questão de fácil resposta: refere-se à pergunta sobre assunto genérico que demandaria uma maior facilidade de *feedback* (como, por exemplo, qual o endereço da sede da prefeitura). **Caracterizador «função política»:** esta categoria de *feedback* demonstra que há uma preocupação governamental em otimizar um diálogo com o cidadão quando este necessita de informação pública de fácil resposta. **Categoria “b”:** *feedback* informativo para questão cuja resposta seria, em tese, mais complexa ou mais específica (menos genérica). **Caracterizador «função política»:** esta categoria de *feedback* demonstra que há uma preocupação governamental em melhorar o diálogo com o cidadão quando este necessita de informação específica, ou seja, demonstra que há uma integração na emissão de informação pública pelo governo. **Caracterizador «publicidade»:** verificar ainda se o retorno da resposta (*feedback*) ocorre de forma ágil quando solicitada. **Método de busca:** enviar *e-mail* (ou postar solicitação via formulário) para endereço eletrônico considerado “geral”. A identificação do remetente deve ser fictícia e diferenciada para cada uma das categorias, comportando

como um cidadão da municipalidade (neste caso, como 2 cidadãos, um para cada categoria) que busca por informações. Para a categoria “a” perguntar sobre o endereço físico da sede da prefeitura; Para categoria “b” perguntar qual o endereço de um posto de saúde municipal mais próximo do bairro “X”. Para ambas as categorias, levar em consideração o tempo de *feedback* a partir do horário enviado do *e-mail* computando-o até o horário de envio da resposta pelo agente do governo. O envio da solicitação de informação deve ser realizada respeitando dia útil na municipalidade, em horário compreendido entre 8 e 10h da manhã. **Qualificação (para categoria “a”):** razoavelmente significativo (15 pontos); **Qualificação (para categoria “b”):** pouco significativo (10 pontos);

- **Existência de informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “e”** (ideal de acesso universal às TICs com ênfase em dispor informações ou conteúdo)⁸⁷ - **objeto «conteúdo»:** detectar se o portal disponibiliza informação sobre a existência de programas governamentais que visam dar ao cidadão maior

⁸⁷ Este elemento aparecerá em todas as 5 seções referentes a cada um dos graus analisados em 5 categorias: a categoria “E” é a presença de programas (iniciativas) de inclusão digital com ênfase no acesso público à internet e disponibilização de informação (que caracterizaria o primeiro grau de democracia digital); a categoria “D” diz respeito à existência de programas (iniciativas) de inclusão digital com ênfase na prestação de serviços públicos e eficiência administrativa da maquia estatal (característico do segundo grau de democracia digital); a categoria “D” será a presença de programas (iniciativas) de inclusão digital com preocupação em dar ao cidadão maior possibilidade de interagir com o estado, acompanhando o processo de produção da decisão política, prestação de contas (*accountability*) e possibilitando ao governo ter maior in put da opinião pública (o que caracterizaria um teor de terceiro grau de democracia digital) ; a categoria “B” se refere a existência de programas (iniciativas) de inclusão digital voltado para a fomentar a participação do cidadão na utilização das TICs em processos de deliberação (discussão e tomada de decisão) sobre assuntos públicos (característico do quarto grau de democracia digital); a última categoria (categoria “a”) diz respeito a existência de programas (iniciativas) de inclusão digital com ênfase na utilização das TICs para tomada direta de decisão política pelo cidadão (característico do quinto grau de democracia digital). É importante perceber aqui que um mesmo programa de inclusão digital pode contemplar todas as categorias ao mesmo tempo ou apenas uma delas (a existência de uma categoria não impede a coexistência de outras). Uma outra ressalva deve ser feita em relação a esta questão (a as questões similares subseqüentes): o interesse aqui é averiguar se há informação no portal sobre programas inclusão digital. Esta questão não se propõe a detectar se estas iniciativas estão, de fato, sendo implementadas enquanto ação. Isto se justifica por dois motivos fundamentais: primeiro, os limites desta pesquisa não permitem uma verificação *in locu* da efetiva realização das informações expostas sobre os programas de inclusão digital; e, segundo, o objetivo da pesquisa é analisar o emprego da Internet como instrumento de democracia digital: especificamente, a delimitação do objeto está circunscrito aos portais e às informações que eles disponibilizam.

possibilidade de utilização das TICs com fins políticos. Neste caso específico da categoria “e” o programa estaria concentrado na idéia de que a informação e o acesso à Internet seriam os elementos fundamentais para participação política do cidadão.

Caracterizador «função política»: Esta categoria de inclusão digital demonstra a preocupação do poder público em debater ou dispor informações sobre o tema “inclusão digital”, que sinalizaria algum interesse em não aumentar (combater ou pelo menos minimizar) as desigualdades de oportunidade e de cidadania entre aqueles que possuem acesso e conhecimento para o uso das TICs e aqueles estão à margem deste processo. Paralelamente, busca-se avaliar que tipo de inclusão digital é propiciada (se é inclusão do tipo "criação de espaços públicos de acesso"; ou "fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar"; ou inclusão envolvendo trabalhos de educação na "operacionalização técnica" das TICs para obter acesso a informações públicas *on line*; ou ainda se não há clareza quanto ao teor de iniciativa). **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b) caso não esteja visível procurar em *link* denominado “projetos” ou “programas”; (c) procurar no *link* da secretaria ou coordenação de comunicação do município; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via ferramenta de busca interna do portal digitando a expressão “inclusão digital”. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos).⁸⁸

⁸⁸ Importante justificar a ausência de uma seção específica sobre Inclusão Digital. Compreende-se que já haja uma discussão bastante visível sobre o tema Exclusão digital e sua antítese Inclusão Digital. A existência deste debate, não significa que ele já esteja bem formulado: podemos encontrar concepções de inclusão digital simplórias ou pouco atentas ao significado mais a fundo deste problema. De modo geral, podemos resumir algumas visões e questões (em forma de posicionamento) sobre o assunto que estarão por trás da utilização desta expressão neste trabalho: (1) a exclusão digital é a face contemporânea, no que diz respeito ao acesso às novas tecnologias, da exclusão social; (2) os benefícios políticos ou democráticos das TICs podem agravar a exclusão social, acirrando ainda mais as desigualdades de acesso aos bens públicos já existentes; (3) incluir digitalmente não significa apenas dar acesso infraestrutural a estas tecnologias: envolve isso, somando-se trabalhos de educação e aptidão para um uso exponencial. Para embasar nossa compreensão sobre o conceito de exclusão digital, precisamos defini-lo observando não apenas a preocupação do acesso às informações essenciais e às modernas ferramentas da comunicação, mas também no uso a fim de obter uma maior participação na sociedade. (WILHELM, 2002, p. 238, 239). Desta forma, quando falamos em democracia digital este tema deve ser visto como com um dos elementos da espinha dorsal na utilização das TICs para participação democrática.

- **Existência de informações sobre infraestrutura tecnológica categoria “e” - objeto «conteúdo»:** verificar se há informações no portal sobre a existência de alguma estrutura tecnológica visando o ideal de acesso universal à informação (infraestrutura comunicacional em espaços públicos, com ênfase em dispor informações ou conteúdo). **Caracterizador « função política»:** do ponto de vista político, a existência desta categoria de infraestrutura demonstraria a preocupação do governo municipal em propiciar algum tipo de acesso digital do cidadão, através de aparelhos tecnológicos necessários para emprego político civil das tecnologias de comunicação (neste caso, com ênfase no acesso à informação). Busca-se ainda tipificar a infraestrutura existente: se é do tipo "terminais de auto-atendimento" (sem funcionário para auxílio) voltado para consulta de informações; "terminais de atendimento ou quiosques" - com funcionário para auxílio - voltados para dar acesso a informações; "telecentros" - centros de acesso público à Internet - voltados para dispor informações; ou se o tipo de estrutura não é identificado - quando não há clareza nas informações que possibilitem traçar uma tipificação mais precisa. **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b) caso não esteja visível procurar em *link* denominado “SAC” (serviço de atendimento ao cidadão ou sigla correlata) ; (c) procurar no *link* da secretaria de administração; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via ferramenta de busca interna do portal digitando as expressões “terminais públicos”, “telecentros” ,

“infocentros” ou “quiosques”. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos).⁸⁹

2) **Primeiro grau de democracia digital (serviços) :**

- **Delivery informativo automatizado - objeto « interface»** verificar se há ferramentas que possibilitem a "inserção de dados" pelo usuário e conseqüente obtenção de informação do tipo "consulta automatizada" - *input/output* instantâneo. **Caracterizador «função política»:** verificar o tipo de serviço que pode ser consultado (serviços de primeira ordem: saúde, educação e segurança; serviços de segunda ordem: saneamento básico, trânsito e tráfego; serviços de terceira ordem: situação tributária, consulta de andamento de processos e outros). Este tipo de ferramenta de interface demonstra a preocupação governamental em dispor o *delivery* de informações sobre serviços públicos, observando se esta instrumentalidade automatizada de informação contempla diversos serviços ou se é restrita apenas a alguns tipos de serviços. **Método de busca:** procurar *link* “serviços” (caso este exista na *home* do portal); procurar no *link* da secretaria de saúde; procurar no *link* da secretaria de educação; procurar no *link* da secretaria de defesa social, segurança pública ou guarda municipal; procurar no *link* da superintendência ou secretaria de trânsito, tráfego, transporte urbano, transporte público ou secretaria correlata; procurar no *link* da secretaria de obras, saneamento básico ou infraestrutura urbana; procurar no *link* da secretaria de finanças ou atendimento ao contribuinte; procurar no

⁸⁹ Assim como no item anterior (inclusão digital), este modelo de quesito aparecerá nas 5 seções e está preocupado em buscar informações sobre “infraestrutura” dispostas no portal (e não a verificação *in locu* de como isso se materializa de fato na cidade). O elemento “infraestrutura” está geralmente ligado a programas de inclusão digital. Entretanto, há casos em que possa existir apenas uma infraestrutura pública de TICs, sem uma formulação de uso característico de um programa ou há casos que pode existir apenas programas de educação digital sem necessariamente dispor de uma infraestrutura pública de acesso.

link “SAC” (serviço de atendimento ao cidadão ou expressão correlata). **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos)

- ***Delivery informativo instantâneo - objeto « interface »:*** verificar a existência de ferramenta que possibilite diálogo instantâneo (em tempo real) com funcionário do governo apto para responder às indagações do cidadão sobre assuntos públicos. **Caracterizador « função política »:** verificar se a ferramenta tem a função de prestar o *delivery* instantâneo de informações para assuntos públicos gerais ou se este serviço é temático, ou seja, se é específico para prestar serviços de informação sobre assunto delimitado. Este elemento de interface demonstra a preocupação do poder público em instrumentalizar o *delivery* de informação sobre serviços de forma extremamente ágil, dando ao cidadão a resposta imediata para questão personalizada sobre assuntos públicos. **Método de busca:** procurar na *home* do portal *link* do tipo “atendimento *on line*”; procurar no *link* “SAC” (serviço de atendimento ao cidadão ou expressão correlata); procurar no *link* “serviços”. Este elemento deverá aparecer sob a forma de “*chat*” ou “caixa de diálogo instantâneo”. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos)
- ***Delivery burocrático (em duas categorias “a” e “b”) - objeto «interface»:***
Categoria “b”: existência de ferramentas que possibilitem a emissão de documentos oficiais a partir da inserção de dado personalizado do cidadão (verificar tipos de documentos podem ser emitidos). **Caracterizador «função política»:** a presença deste elemento demonstra a preocupação do governo em dotar a burocracia municipal de instrumentos que permitam emitir documentação pública; ***Categoria “a”*** existência de ferramentas que possibilitem a operação completa de serviços ou pré-

serviços via rede (serviços como: consulta e pagamento de fatura/tributos *on line*; pré-serviços como: marcação *on line* de consulta médica na rede de saúde pública; matrícula *on line* na rede pública de ensino). **Caracterizador «função política»:** a existência deste elemento demonstra preocupação do governo em dotar a administração de instrumentos que emitam serviços - pré-serviço mais complexo - de modo completo, via mediação das TICs. **Método de busca:** (para ambas as categorias) procurar na *home* ou no menu principal *link* do tipo “serviços”; procurar no *link* “SAC” (serviço de atendimento ao cidadão ou expressão correlata); procurar no *link* da secretaria de finanças ou de atendimento ao contribuinte; procurar em *link* do tipo “emissão de documentos”. No caso da categoria “b” acrescentar busca no *link* da secretaria de saúde e no *link* da secretaria de educação. **Qualificação (para categoria “a”):** razoavelmente significativo (15 pontos); **Qualificação (para categoria “b”):** razoavelmente significativo (15 pontos).

- **Delivery de serviço (em duas categorias “a” e “b”) - objeto «interface»:** existência de ferramenta que viabilize a obtenção de serviço público em semi-domicílio (na rua ou na região que reside). **Categoria “b” :** ou em domicílio (na própria residência do cidadão) – **Categoria “a”:** com pedido inicial realizado através do sítio. **Caracterizador «função política»:** verificar que tipo de serviço é oferecido (exemplos: serviço público de infraestrutura; serviço público de saúde; serviço público de segurança pública etc). Este elemento demonstra que o governo possui uma preocupação de empregar as TICs, mais solidamente, como instrumento de prestação de serviços para o cidadão de forma mais próxima (tanto na rua ou bairro em que reside como em sua própria residência). **Método de busca:** procurar na *home* do portal *link* do tipo “atendimento *on line*”; procurar no *link* “SAC” (serviço de

atendimento ao cidadão ou expressão correlata); procurar no *link* “serviços”. Procurar nos *links* das secretarias de saúde ou de controle de zoonose; de controle urbano, de segurança pública, defesa social ou guarda municipal; secretaria de iluminação pública; secretaria de limpeza urbana; secretaria de obras públicas; secretaria de saneamento básico. **Qualificação (para categoria “a”):** muito significativo (25 pontos); **Qualificação (para categoria “b”):** razoavelmente significativo (15 pontos).

- **Existência de informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “d”** (ideal de acesso universal com ênfase em dotar administração pública de instrumentos que melhore a prestação de serviços do governo para o cidadão)-
objeto «conteúdo»: detectar se o portal disponibiliza informação sobre a existência de programas governamentais que visam dar ao cidadão maior possibilidade de utilização das TICs com fins no recebimento de serviços **Caracterizador função «política»:** Esta categoria de inclusão digital demonstra a preocupação do poder público em debater ou dispor informações sobre o tema inclusão digital, que sinalizaria algum interesse em não aumentar (combater ou pelo menos minimizar) as desigualdades de oportunidade e de cidadania entre aqueles que possuem acesso e conhecimento para o uso das TICs e aqueles estão à margem deste processo. Paralelamente, busca-se avaliar que tipo de inclusão digital é abordada. Se é inclusão do tipo “criação de espaços públicos de acesso”; “fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar”; inclusão envolvendo trabalhos de educação na "operacionalização técnica" (neste caso, como usar as TICs para obter o acesso aos serviços *on line*; ou se o teor de iniciativa não está identificado (não há clareza nas informações ou são imprecisas). **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b)

caso não esteja visível procurar em *link* denominado “projetos” ou “programas”; (c) procurar no *link* da secretaria ou coordenação de comunicação do município; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via ferramenta de busca interna do portal digitando a expressão “inclusão digital”.

Qualificação: razoavelmente significativo (15 pontos).

- **Existência de informações sobre infraestrutura tecnológica categoria “d” - objeto «conteúdo»:** ideal de acesso universal, infraestrutura comunicacional (rede integrada) em espaços públicos, direcionada para prestação de serviços públicos. **Caracterizador «função política »:** Do ponto de vista político, a existência desta categoria de infraestrutura demonstraria a preocupação do governo municipal em propiciar algum tipo de acesso digital, através dos aparelhos tecnológicos necessários para emprego político civil das tecnologias de comunicação (neste caso, com ênfase no acesso aos serviços públicos). Busca-se ainda tipificar a infraestrutura existente: se é do tipo "terminais de auto-atendimento" (sem funcionário para auxílio) voltado para prestação de serviços; "terminais de atendimento ou quiosques" - com funcionário para auxílio - voltados para dar acesso a prestação de serviços; "telecentros" - centros de acesso público à Internet - voltados para dispor serviços públicos; ou se o tipo de estrutura não é identificado - quando não há clareza nas informações que possibilitem traçar uma tipificação mais precisa). **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b) caso não esteja visível procurar em *link* denominado “SAC” (serviço de atendimento ao cidadão ou sigla correlata)” ; (c) procurar no *link* da secretaria de administração; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via ferramenta de busca interna do portal digitando

as expressão “terminais públicos”, “telecentros” , “infocentros” ou “quiosques”.

Qualificação: razoavelmente significativo (15 pontos).

3) Segundo e terceiro grau de democracia digital - Detectar :

- **Transparência (em duas categorias “a” e “b”)** - objeto «conteúdo»: categoria “a” (pré-legislação) - verificar se o portal disponibiliza documentos governamentais de projeto de diretrizes orçamentária, ou projetos de Lei ainda não votada pelo Legislativo ou normatizações que ainda não foram homologadas oficialmente pelo Executivo (como decretos, portarias etc). **Objeto «interface»:** verificar se há ferramenta que possibilite a “recepção de opinião” do cidadão sobre o assunto. **Caracterizador «política»:** a presença destes dois tipos de objetos demonstram a preocupação governamental em ser mais transparente e permeável à opinião pública em relação à tomada de decisão de cunho legislativo. **Objeto «conteúdo»:** Categoria “b” (prestação de contas): verificar se o portal disponibiliza documentos de movimentação financeira (como relatórios de arrecadação, movimentação de erário e aplicação financeira dos recursos públicos, execução orçamentária, balancetes, balanços financeiros etc). **Caracterizador «função política»:** este objeto demonstra a preocupação do poder público em prestar contas (*accountability*) ao público no que se refere aos seus atos administrativos de cunho fazendário (verifica-se ainda a frequência em que esta prestação de contas ocorre: se é disponível diariamente, semanalmente, quinzenalmente, bimestralmente, semestralmente etc). **Caracterizador «visibilidade»:** verificar se este objeto está visível na página principal do portal, se está apenas visível na página da secretaria de finanças ou fazenda ou se ainda está em

outras áreas de difícil localização. Este caracterizador demonstra a preocupação do governo em tornar visível no portal este tipo de responsabilidade (no sentido de *accountability*). **Método de busca** (para a categoria “a”): procurar na *home* do portal pelo *link* “legislação”; procurar na *home* do portal por *link* do tipo “debate legislativo”, ou “projetos de lei”, ou “dê sua opinião” ou “consulta pública”; procurar no *link* da procuradoria do município; **Método de busca** (para a categoria “b”): procurar na *home* do portal; procurar no *link* para a página da secretaria de finanças ou fazenda; procurar em *link* do tipo “SAC” (serviço de atendimento ao cidadão); procurar em *link* do tipo “atendimento ao contribuinte”; procurar em *link* do tipo “prestação de contas”. **Qualificação (para categoria “a”)**: razoavelmente significativo (15 pontos); **Qualificação (para categoria “b”)**: razoavelmente significativo (15 pontos).

- **Sondagem de opinião pública (em duas categorias “não-publicada” e “publicada”)**
 - **objeto «interface»**. **“Não-publicada”**: existência de ferramenta de interface voltada para receber opinião dos cidadãos sobre tema específico (específico, mas de concernência pública), mas sem publicação das opiniões emitidas pelos cidadãos, ou seja, existe um espaço no portal para sondar opinião pública sobre determinado assunto onde o cidadão pode emitir sua posição discursivamente ou mediante opções pré-estabelecidas, mas esta opinião não é publicada no portal ao ser manifestada). **“Publicada” (objeto «interface»)**: idem, com a diferença de que a opinião é automaticamente publicada no portal. **Caracterizador «função política»**: este tipo de elemento demonstra que o poder público possui alguma preocupação em utilizar as TICs para receber a participação do cidadão sob a forma de opinião, ainda que esta opinião não tenha necessariamente poder de decisão: serve como “consulta”. **Método**

de busca: procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas do menu principal *link* do tipo “ouvidoria”; procurar *link* do tipo “debate *on line*”, ou “dê sua opinião”, ou “participe do governo” ou termos afins. **Qualificação (para categoria “publicada”):** razoavelmente significativo (15 pontos); **Qualificação (para categoria “não-publicada”):** pouco significativo (10 pontos).

- **Locus crítico**⁹⁰ (em duas categorias “não-publicado” e “publicado”) – objeto «interface gráfica» “Não-publicado”: verificar a existência de ferramenta voltada para recepção de críticas gerais do público, mas sem publicação das críticas emitidas pelos cidadãos, ou seja, existe um espaço no portal para receber críticas sobre determinado a administração onde o cidadão pode emitir sua posição discursivamente, mas esta crítica não é publicada no portal ao ser manifestada. “Publicado”: idem, com a diferença de que a crítica é automaticamente publicada no portal⁹¹. **Caracterizador «função política»:** este elemento demonstra a preocupação governamental em colocar ao dispor do público um canal de comunicação, que viabilize a participação do cidadão através da emissão de críticas gerais ao poder público. **Caracterizador «visibilidade»:** (para ambas as categorias) verificar se este objeto está visível na página principal do portal, se está em outras páginas secundárias ou se é de difícil localização. **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas dos do menu principal *link* do tipo “ouvidoria”; procurar *link* do tipo “debate *on line*”, ou “dê sua opinião”, ou “participe do governo” ou

⁹⁰ A diferença entre o objeto “sondagem” e “lôcus crítico” é que o primeiro tenta buscar “opinião pública” sobre tema específico, visando determinada tomada de decisão política; o segundo, trata da buscar críticas do cidadão sobre a administração de modo mais amplo, sem estar vinculado a alguma tomada de decisão política.

⁹¹ Para este objeto (na categoria “publicada”) é importante ainda verificar se (1) há um feedback discursivo do poder público respondendo às críticas manifestadas; (2) verificar em que periodicidade este elemento é disponível (se é esporádico, se tem uma periodicidade regular ou se é permanente); (3) verificar se há filtros na publicação das críticas (ou seja, se o poder público publica todas as críticas ou se há algum tipo de censura ou seleção das críticas consideradas “publicáveis” e (4) que tipo de ferramenta é utilizada (ou seja, se é do tipo fórum *on line*, lista de discussão, *chat* etc).

termos afins. **Qualificação (para categoria “publicado”):** significativo (20 pontos);

Qualificação (para categoria “não-publicado”): pouco significativo (10 pontos).

- **Existência de informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “c”** (ideal de acesso universal com ênfase em ampliar canal de comunicação do governo com cidadão e do cidadão com o governo)- **objeto «conteúdo»:** detectar se o portal disponibiliza informação sobre a existência de programas governamentais que visam dar ao cidadão maior possibilidade de utilização das TICs com na participação pública na forma de acompanhamento da administração (prestação de contas) e manifestação de opinião do cidadão. **Caracterizador «função política»:** Esta categoria de inclusão digital demonstra a preocupação do poder público em debater ou dispor informações sobre o tema inclusão digital, que sinalizaria algum interesse em não aumentar (combater ou pelo menos minimizar) as desigualdades de oportunidade e de cidadania entre aqueles que possuem acesso e conhecimento para o uso das TICs e aqueles estão à margem deste processo. Paralelamente, busca-se avaliar que tipo de inclusão digital informada; se é do tipo “criação de espaços públicos de acesso”; “fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar; inclusão envolvendo trabalhos de educação na "operacionalização técnica" (como usar as TICs para acompanhar a administração ou manifestar críticas, opinião etc.; ou se o teor de iniciativa não está identificado (não há clareza nas informações ou são imprecisas). **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b) caso não esteja visível procurar em *link* denominado “projetos” ou “programas”; (c) procurar no *link* da secretaria ou coordenação de comunicação do município; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via

ferramenta de busca interna do portal digitando a expressão “inclusão digital”.

Qualificação: razoavelmente significativo (15 pontos).

- **Existência de informações sobre infraestrutura tecnológica categoria “d” - objeto «conteúdo»:** ideal de acesso universal, infraestrutura comunicacional (rede integrada) em espaços públicos, direcionada à coleta de opinião pública sobre temas públicos e acompanhamento da administração pública pelo cidadão; **Caracterizador «função política»:** Do ponto de vista político, a existência desta categoria de infraestrutura demonstraria a preocupação do governo municipal em dar acesso digital ao cidadão, através dos aparelhos tecnológicos necessários para emprego político civil das tecnologias de comunicação (neste caso, com ênfase em viabilizar maior participação do cidadão mediante a manifestação de opinião e do acompanhamento dos atos administrativo). Busca-se ainda tipificar a infraestrutura existente: se é do tipo "terminais de auto-atendimento" (sem funcionário para auxílio); "terminais de atendimento ou quiosques" - com funcionário para auxílio; "telecentros" - centros de acesso público à Internet - voltados para dispor serviços públicos; ou se o tipo de estrutura não é identificado - quando não há clareza nas informações que possibilitem traçar uma tipificação mais precisa). **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b) caso não esteja visível procurar em *link* denominado "SAC" (serviço de atendimento ao cidadão ou sigla correlata) ; (c) procurar no *link* da secretaria de administração; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via ferramenta de busca interna do portal digitando as expressão “terminais públicos”, “telecentros” , “infocentros” ou “quiosques”.
Qualificação: razoavelmente significativo (15 pontos).

- **sistema avançado de votação eletrônica categoria “c”⁹²** - **objeto «interface»:** verificar a existência de ferramenta avançada, que possibilite 1 voto por cidadão, onde o público poderá manifestar sua opinião oficialmente (ainda que sem efeito imediato de decisão, ou seja, neste caso da categoria “c”, no formato “consulta”, sem efeito deliberativo⁹³. **Caracterizador « função política»:** a presença deste elemento demonstra a preocupação governamental em otimizar a participação pública, no que se refere à sondagem de opinião, mediante o uso das TICs. **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas dos do menu principal *link* do tipo “ouvidoria”, ou *link* do tipo “votação *on line*”, ou “dê sua opinião”, ou “participe do governo” , ou “consulta pública”ou termos afins. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos).

4) **Quarto grau de democracia digital** - Detectar :

- **Locus deliberativo** - **objeto «interface»:** verificar a existência de ferramenta de comunicação *on line* voltada para o debate e produção da decisão política pelo público (onde a decisão e o debate possuem efeito oficial, reconhecido pelo governo); averiguar o tipo de ferramenta utilizada. **Caracterizador «função política»:** este

⁹² Este elemento aparecerá em três categorias: “a”, “b” e “c”. A categoria “c” (referente ao terceiro grau) é sistema avançado de votação com o objetivo de “sondar opinião pública”, sem efeito deliberativo. A categoria “b” (referente ao quarto grau) diz respeito a sistema avançado de votação com o intuito de tomada de decisão pelo público, com efeito deliberacionista. A categoria “a” (referente ao quinto grau) diz respeito a sistema de votação para tomada de decisão direta. A diferença entre a categoria “b” e “a” é que esta última ocorre sem processo de deliberação (discussão) anterior, enquanto a primeira (“b”) é um sistema que possibilita o desfecho para tomada de decisão após um processo de debate público. Em todas as três categorias é também importante verificar, paralelamente, se funciona apenas via Internet (através do computador pessoal) ou se também pode ser utilizado em terminais públicos que não estão integralmente ligados à Rede Mundial de computadores.

⁹³ Estas características excluem o formato “enquete”, hoje largamente utilizada em *sítios* na Internet. Optou-se por excluí-la ao considerar que sua relevância política é duvidosa, sobretudo, porque este formato não possui a capacidade de refletir opinião pública devido às suas limitações técnicas (um mesmo usuário pode votar várias vezes na mesma opção, basta trocar de computador ou, em alguns casos, simplesmente fechar e abrir novamente o navegador ou reiniciar o sistema operacional.

elemento demonstra que o governo está utilizando as TICs para propiciar a participação democrática através de processos deliberativos (debate e tomada de decisão). Para este elemento, é preciso caracterizar ainda (1) se esta deliberação é direta (aberto ao próprio público mais amplo) ou se ela é indireta (através de representantes deste público) e (2) com que frequência estes processos deliberacionistas via portal ocorrem⁹⁴. **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas dos do menu principal *link* do tipo “debate *on line*”, ou “participe do governo”, ou “deliberação pública” ou termos afins. **Qualificação:** muito significativo (25 pontos).

- **Sistema avançado de votação eletrônica categoria “b” - objeto «interface»:** verificar a existência de ferramenta avançada, que possibilite 1 voto por cidadão, onde o público poderá manifestar sua opinião oficialmente com efeito de decisão. Neste caso da categoria “b”, o sistema é uma forma de refletir a decisão política após o processo deliberativo. **Caracterizador «função política»:** a presença deste elemento demonstra a preocupação governamental em melhorar a participação pública, no que se refere à deliberação pública, mediante o uso das TICs⁹⁵. **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas do menu principal *link* do tipo “votação *on line*”, ou “dê sua opinião”, ou “participe do governo”, ou “deliberação pública” ou termos afins. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos).

⁹⁴ A título de maior precisão é preciso ainda identificar que tipo de ferramenta é utilizada: lista de discussão, fórum *on line*, chats etc.

⁹⁵ É importante verificar ainda, neste elemento, se o sistema funciona apenas via Internet (através do computador pessoal) ou se também pode ser utilizado em terminais públicos que não estão integralmente ligados à rede mundial de computadores.

- **Constituição da agenda decisória – objeto «conteúdo»:** verificar a possibilidade de constituição pública da agenda de deliberação utilizando ferramentas discursivas no sítio. **Caracterizador «função política»:** este elemento demonstra uma maior sofisticação na participação democrática através da deliberação, onde o cidadão decide não apenas a partir de opções pré-estabelecidas, mas também participa da construção da agenda de deliberação, ou seja, dos temas que irão para o processo de deliberação, que serão considerados relevantes para tanto. Para este elemento é preciso ainda caracterizar (1) se esta constituição é restrita: apenas parte da agenda de deliberação é discutida e constituída pelos deliberantes; (2) se há partes que chegam já estabelecidas sem participação dos deliberantes em sua constituição ou se (3) a constituição é ampla: toda a agenda de deliberação é discutida e constituída previamente pelos deliberantes. **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas dos do menu principal *link* do tipo “votação *on line*”, ou “dê sua opinião”, ou “participe do governo” , ou “deliberação pública” , “agenda deliberativa”, “plano administrativo” , “agenda pública” ou termos afins. **Qualificação:** significativo (20 pontos).

- **Abrangência decisória – objeto «conteúdo»:** verificar que tipo de assunto ou tema público é posto no processo de deliberação; quais as áreas de alcance. **Caracterizador «função política»:** este elemento tenta averiguar se o governo possui um interesse amplo de viabilizar a participação democrática através de processos deliberativos em todos os setores de tomada de decisão ou se concentra este processo apenas em determinados assuntos (como infra-estrutura, saúde, educação, segurança pública etc). **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas do menu principal *link* do tipo “debate *on line*”, ou “participe do

governo”, ou “deliberação pública” ou termos afins. **Qualificação:** significativo (20 pontos).

- **Existência de informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “b” - objeto «conteúdo»:** detectar se o portal disponibiliza informação sobre a existência de programas governamentais que tenham o ideal de acesso universal, com ênfase em promover educação e uso das TICs, objetivando ampliar a comunicação entre cidadãos para produção da decisão política. **Caracterizador «função política»:** esta categoria de inclusão digital demonstra a preocupação do poder público em debater ou informações sobre o tema inclusão digital, que sinalizaria algum interesse em não aumentar (combater ou pelo menos minimizar) as desigualdades de oportunidade e de cidadania entre aqueles que possuem acesso e conhecimento para o uso das TICs e aqueles estão à margem deste processo. Paralelamente, busca-se avaliar que tipo de inclusão digital é informada; se é do tipo “criação de espaços públicos de acesso”; “fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar; inclusão envolvendo trabalhos de educação na "operacionalização técnica" (como usar as TICs para acompanhar a administração ou manifestar críticas, opinião etc; ou se o teor de iniciativa não está identificado (não há clareza nas informações ou são imprecisas). **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b) caso não esteja visível procurar em *link* denominado “projetos” ou “programas”; (c) procurar no *link* da secretaria ou coordenação de comunicação do município; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via ferramenta de busca interna do portal digitando a expressão “inclusão digital”. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos).

- **Existência de informações sobre infraestrutura tecnológica categoria “b” - objeto «conteúdo»:** ideal de acesso universal, infraestrutura comunicacional (rede integrada) em espaços públicos, direcionada à produção da decisão política através da deliberação, acerca de temas de concernência geral. **Caracterizador «função política»:** do ponto de vista político, a existência desta categoria de infraestrutura demonstraria a preocupação do governo municipal em dar acesso digital ao cidadão, através dos aparelhos tecnológicos necessários para emprego político civil das tecnologias de comunicação (neste caso, com ênfase em viabilizar maior participação do cidadão em processos de deliberação). Busca-se ainda tipificar a infraestrutura existente: se é do tipo "terminais de auto-atendimento" (sem funcionário para auxílio); "terminais de atendimento ou quiosques" - com funcionário para auxílio; "telecentros" - centros de acesso público à Internet - voltados para colocar ao dispor do cidadão serviços públicos; ou se o tipo de estrutura não é identificado - quando não há clareza nas informações que possibilitem traçar uma tipificação mais precisa). **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b) caso não esteja visível procurar em *link* denominado “SAC” (serviço de atendimento ao cidadão ou sigla correlata)” ; (c) procurar no *link* da secretaria de administração; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via ferramenta de busca interna do portal digitando as expressão “terminais públicos”, “telecentros” , “infocentros” ou “quiosques”. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos).

5) *Quinto grau de democracia digital - Detectar :*

- **Sistema avançado de votação eletrônica categoria “a” - objeto «interface»:** verificar a existência de ferramenta avançada, que possibilite 1 voto por cidadão, onde o público poderá manifestar sua opinião oficialmente com efeito imediato de decisão, ou seja, neste caso da categoria “a”, o sistema é uma forma refletir a produção da decisão política no modo plebiscitário, com escolha dentre opções pré-estabelecidas, sem locus deliberativo anterior via Internet. **Caracterizador «função política»:** a presença deste elemento demonstra a preocupação governamental em melhorar a participação pública, no que se refere à tomada de decisão direta pelo público, mediante o uso das TICs. **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas do menu principal *link* do tipo “votação *on line*”, ou “dê sua opinião”, ou “participe do governo” , ou “plebiscito” ou termos afins. **Qualificação (para categoria “a”):** razoavelmente significativo (15 pontos); **Qualificação:** muito significativo (25 pontos).

- **Sufrágio – objeto «conteúdo»:** verificar o tipo de sufrágio em que a votação está baseada (se é por sufrágio universal ou não). **Caracterizador «função política»:** este elemento demonstra como o poder público legitima a votação pelo sufrágio universal ou se é baseado em outro tipo de sufrágio restrito. . **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas dos do menu principal *link* do tipo “votação *on line*”, ou “dê sua opinião”, ou “participe do governo” , ou “plebiscito” ou termos afins. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos).

- **Agenda decisória – objeto «conteúdo»:** verificar a possibilidade de constituição pública da “agenda” de votação” através das ferramentas no *site*. **Caracterizador «função política»:** este elemento demonstra uma maior sofisticação na participação popular a partir da ênfase da democracia direta , onde o cidadão decide também participa da construção da agenda de votação, ou seja, dos temas que irão para o processo de tomada de decisão. Para este elemento é preciso ainda caracterizar (1) se esta constituição é restrita: apenas parte da agenda de votação é discutida e constituída pelos votantes; (2) se há partes que chegam já estabelecidas sem participação dos votantes em sua constituição ou se (3) a constituição é ampla: toda a agenda de decisão é constituída previamente pelos votantes, mediante uma lista maior ou mais ampla de opções. **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas dos do menu principal *link* do tipo “votação *on line*”, ou “dê sua opinião”, ou “participe do governo” , ou “deliberação pública” , “agenda de votação”, “plano administrativo” , “agenda pública” ou termos afins. **Qualificação:** significativo (20 pontos);

- **Abrangência decisória – objeto «conteúdo»:** verificar que tipo de assunto ou tema público é posto no processo de votação; quais as áreas de alcance. **Caracterizador «função política»:** este elemento tenta averiguar se o governo possui um interesse amplo de viabilizar a participação democrática através de processos de votação plebiscitária em todos os setores de tomada de decisão ou se concentra este processo apenas em determinados assuntos (como infra-estrutura, saúde, educação, segurança pública etc). **Método de busca:** procurar na *home* do portal e em todas as primeiras páginas dos do menu principal *link* do tipo “debate *on line*”, ou “participe do

governo”, ou “decisão pública” ou termos afins. **Qualificação:** significativo (20 pontos).

- **Existência de informações sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria “a” - objeto «conteúdo»:** detectar se o portal disponibiliza informação sobre a existência de programas governamentais que tenham o ideal de acesso universal, com ênfase em promover educação e uso das TICs , objetivando ampliar e conseqüentemente legitimar o processo de votação. **Caracterizador «função política»:** Esta categoria de inclusão digital demonstra a preocupação do poder público em debater ou tornar disponíveis informações sobre o tema inclusão digital, que sinalizaria algum interesse em não aumentar (combater ou pelo menos minimizar) as desigualdades de oportunidade e de cidadania entre aqueles que possuem acesso e conhecimento para o uso das TICs e aqueles estão à margem deste processo. Paralelamente, busca-se avaliar que tipo de inclusão digital é informada; se é do tipo “criação de espaços públicos de acesso”; “fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar; inclusão envolvendo trabalhos de educação na "operacionalização técnica" (como usar as TICs para acompanhar a administração ou manifestar críticas, opinião etc; ou se o teor de iniciativa não está identificado (não há clareza nas informações ou são imprecisas). **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b) caso não esteja visível procurar em *link* denominado “projetos” ou “programas”; (c) procurar no *link* da secretaria ou coordenação de comunicação do município; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via ferramenta de busca interna do portal digitando a expressão “inclusão digital”. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos).

- **Existência de informações sobre infraestrutura tecnológica categoria “a” - objeto «conteúdo»:** ideal de acesso universal, infraestrutura comunicacional (rede integrada) em espaços públicos, direcionada em operacionalizar processos plebiscitários de votação, com efeito de tomada de decisão oficial. **Caracterizador «função política»:** Do ponto de vista político, a existência desta categoria de infraestrutura demonstraria a preocupação do governo municipal em dar acesso tecnológico ao cidadão, através dos aparelhos técnicos necessários para emprego político civil das tecnologias de comunicação (neste caso, com ênfase em viabilizar maior participação do cidadão em processos plebiscitários de tomada de decisão). Busca-se ainda tipificar a infraestrutura existente: se é do tipo "terminais de auto-atendimento" (sem funcionário para auxílio); "terminais de atendimento ou quiosques" - com funcionário para auxílio; "telecentros" - centros de acesso público à Internet - voltados para dispor serviços públicos; ou se o tipo de estrutura não é identificado - quando não há clareza nas informações que possibilitem traçar uma tipificação mais precisa). **Método de busca:** (a) primeiramente, procurar na *home* do portal; (b) caso não esteja visível procurar em *link* denominado “SAC” (serviço de atendimento ao cidadão ou sigla correlata)” ; (c) procurar no *link* da secretaria de administração; (d) procurar no *link* da secretaria de informática (ou secretaria correlata); (e) procurar via ferramenta de busca interna do portal digitando as expressão “terminais públicos”, “telecentros” , “infocentros” ou “quiosques”. **Qualificação:** razoavelmente significativo (15 pontos).

Esta descrição geral dos tópicos e seus respectivos elementos, em cada uma das 5 seções analíticas que compõe a planilha de coleta de dados (e que se referem aos graus de democracia digital), deve ser vista como um “plano de diretrizes” que guiou a formulação da planilha. Obviamente que, durante a fase de teste para verificar a aplicabilidade da

planilha, estas diretrizes também sofreram reformulações (perante o surgimento de novos problemas ou novos elementos suscitados no preenchimento *on line* dos dados). Sobretudo, este plano de diretrizes exposto aqui serve como relato explicativo e justificativo dos detalhes de constituição da ferramenta de coleta de dados e demonstra a sua constituição mais minuciosa e a sua estruturação interna.

3.3. Sobre os parâmetros para tabulação de dados

A tabulação de dados foi contabilizada separadamente: por seção analítica (correspondente aos 5 graus de democracia digital) e por portal analisado. Ao somar o valor que as questões formuladas poderiam atingir (em cada uma das 5 seções analíticas), obtêm-se assim totais máximos de pontos que cada portal analisado poderá somar. A tabela seguinte relaciona cada seção ao total de pontos possíveis de serem atingidos em números absolutos:

Grau	Valor máximo em pontos absolutos
Primeiro grau (ênfase na informação)	125
Primeiro grau (ênfase nos serviços)	130
Segundo e terceiro grau	130
Quarto grau	110
Quinto grau	110

Estes valores máximos foram transformados em percentuais. Os valores percentuais se comportam como índices de desempenho (ID) que cada portal pôde atingir em cada grau. Os IDs representam um percentual de “qualificação” dentro de um parâmetro máximo, segundo

a perspectiva da participação democrática nos graus. Por exemplo, para um portal “Y” atingir 100% do quarto grau de democracia digital, significa dizer que conseguiu atingir a totalidade dos 110 pontos possíveis. Se um portal “X” atingiu 55 pontos neste mesmo grau de democracia digital, isto significa que refletiu 50% do total de pontos possíveis.

A próxima e última parte deste trabalho de dissertação será dedicada à análise dos dados coletados e tabulados da pesquisa aqui proposta. Durante esta análise, tratar-se-á os resultados predominantemente sob a forma de Índices de Desempenho (IDs) - dentro desta escala de 100% no interior de cada grau - e a partir disto, o esforço será concentrado no estudo mais detalhado das razões e dos significado destes números em termos pragmáticos e teóricos, quanto ao uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras sob o prisma da democracia digital.

PARTE IV

GRAUS DE DEMOCRACIA DIGITAL NAS CAPITAIS BRASILEIRAS: ANÁLISE DOS SÍTIOS GOVERNAMENTAIS

Na primeira parte desta dissertação tentou-se traçar alguns pressupostos teóricos que guiaram os caminhos da pesquisa. Na segunda parte, o intuito foi fazer a revisão bibliográfica, levantar questões, esclarecer conceitos e organizar o debate em torno da democracia digital. Na terceira parte buscou-se estruturar metodologicamente a pesquisa empírica, a partir dos subsídios das duas partes anteriores. Esta quarta e última parte será dedicada à análise dos dados coletados durante a pesquisa, no tocante aos 24 portais das capitais brasileiras presentes hoje na Internet.

A análise dos dados será estruturada aqui em quatro momentos: (1) primeiramente, será feita uma exposição descritiva do resultado das questões presentes acerca dos graus de democracia digital para se introduzir uma visão mais panorâmica dos dados obtidos, com suas peculiaridades; (2) num segundo momento, será realizada uma análise mais minuciosa destes resultados, organizando os portais por agrupamento de desempenho, caracterizando grupos de portais com “comportamentos” similares; detectando elementos-padrões e elementos-escassos; (3) em seguida, será exposta uma análise regional de desempenho (por regiões do país). (4) Por fim, tentar-se-á compor uma abordagem mais integrada e global, caracterizando internamente o grau (ou os graus) detectado no Brasil; que tipo de graus prevalece nos portais, tanto numa análise comparativa (entre os graus detectados) quanto numa análise mais interna (que elementos predominam no âmbito de cada grau).

4.1 - Exposição descritiva de resultados dos quesitos analisados

Em linhas gerais, o resultado final dos dados pesquisados demonstra a existência de 3 graus de democracia digital no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras: respectivamente o primeiro, segundo e terceiro grau. Não foi detectado nenhum dos elementos característicos do quarto e do quinto grau. O grau com o maior número de elementos detectados e com o Índice de Desempenho (ID) médio nacional mais elevado foi o primeiro grau (com ênfase informativa), com ID beirando os 49 %. Quando o primeiro grau é analisado sob a ênfase na prestação de serviços, este índice cai para aproximadamente 18%. A análise conjunta do segundo e terceiro grau atingiu um ID ainda menor: em torno dos 12%⁹⁶.

A exposição do resultado da pesquisa, nos graus detectados, será precedida por um parágrafo introdutório demonstrando (a) o número de questões que compuseram a pesquisa para cada grau; (b) quantas questões tiveram elementos detectados, (c) qual a visibilidade dos elementos detectados de cada quesito na primeira página do portal destes elementos, que será chamado de Índice de Publicidade (IP)⁹⁷ e (c) um gráfico panorâmico com o percentual de portais com respostas positivas para cada questão averiguada.

⁹⁶ No último tópico desta parte da dissertação será discutida mais especificamente a ausência do quarto e do quinto grau. Por hora, nos parágrafos seguintes, serão expostas as questões em suas peculiaridades e seus elementos detectados nos graus existentes.

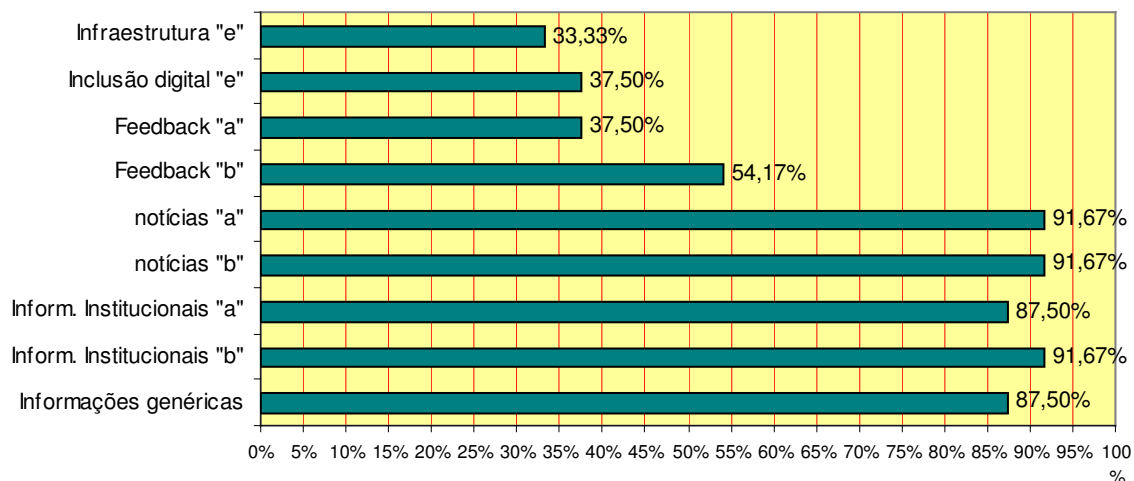
⁹⁷ Este índice serve para compreendermos a preocupação dos portais em manter os elementos de cada grau com menos ou maior visibilidade/publicidade no portal, ou seja, com *link* na primeira página. O IP de cada grau é o percentual da presença das questões com respostas positivas na primeira página do portal. Ou seja, em cada questão foi averiguado se há referência para os elementos que a compõe na *home* do portal ou se foi localizado em páginas secundárias. Assim, hipoteticamente, um grau é composto por 10 questões a serem pesquisadas e obteve-se resposta positiva para 6 destas questões. Se destas 6 questões com presença positiva, apenas 3 delas foram localizadas na página principal do portal, isto significa que o IP para este grau foi de 50%: ou seja, apenas a metade das questões detectadas está visível na primeira página do portal. Por exemplo: se em um determinado grau de democracia digital atingir um ID de 90% mas obtiver um IP de 20% isto significa que há no portal um forte desenvolvimento deste grau, mas há pouca publicidade ou visibilidade para os elementos que o caracterizam.

Primeiro grau:

a) Ênfase na informação

Todas as 9 questões que compõe a pesquisa referente ao primeiro grau de democracia digital - com ênfase informativa – tiveram pelo menos um elemento detectado. O IP das questões presentes neste grau foi de 62%:

Gráfico panorâmico com percentual de respostas positivas da primeira seção da planilha
(o percentual indica a existência dos elementos procurados nos portais; neste caso, elementos que caracterizam o primeiro grau com ênfase informativa)



Questão sobre “informações genéricas”⁹⁸- elemento detectado em 88% do *corpus* analisado (21 dos 24 portais)⁹⁹. Este item possui *link* na *home* em 20 destes 21 portais.

⁹⁸ Elementos que compõe esta questão: informações genéricas sobre a circunscrição geopolítica, econômicas, culturais, turísticas, históricas, informações geográficas, informações étnicas)

⁹⁹ As três ausências, que obtiveram resultado negativo para este elemento foram os portais de Belém, São Luís e Teresina. No caso de Belém tem-se um portal predominantemente por informações noticiosas sobre a municipalidade. No caso de São Luís, a página inicial do portal não foi acessível no período de coleta de dados, podendo ser acessado parcialmente através de algumas secretarias: Educação, Fazenda, Assistência Social, Cultura, Desporto Serviços Urbanos e Trânsito; existe o *link* pra "Governo" mas não funciona; há ainda *link* pra a secretaria de " Terras e Urbanismo" mas está "em construção". No caso de Teresina o portal está em operação "provisória", contendo apenas alguns *links* com a mensagem de entrada: "Site oficial da Prefeitura de Teresina será reformulado, visando melhor atender o cidadão. Por enquanto disponibilizamos alguns *links* importantes em carácter provisório."

Questão sobre “informações institucionais categoria b”¹⁰⁰ - presente em 92 % do *corpus* analisado (22 dos 24 portais)¹⁰¹. O caracterizador de visibilidade demonstra que este item tem seus elementos internos acessíveis na *home* em 16 destes 22 portais.

Questão sobre “informações institucionais categoria “a”¹⁰² - elemento presente em 88% do *corpus* analisado (21 dos 24 portais)¹⁰³. A visibilidade deste item na página principal foi detectada em 14 destes 21 portais.

Questão sobre informações noticiosas categoria “b”¹⁰⁴ - presente em 92% do *corpus* analisado (22 dos 24 portais)¹⁰⁵. Possui visibilidade na *home* em 19 destes 22 portais.

Questão sobre informações noticiosas categoria a¹⁰⁶ - presente em 92% do *corpus* analisado (22 dos 24 portais)¹⁰⁷. Em nenhum destes 22 portais há um *link* específico para este elemento : ele será encontrado genericamente no *link* “notícias” (sem uma denominação própria)..

Questão sobre feedback informativo categoria “b”¹⁰⁸ - houve retorno (*feedback*) para solicitação de informação em 58% do *corpus* (14 dos 24 portais, ver tabela seguinte)

¹⁰⁰ Elementos que compõe esta questão: correio eletrônico central (*e-mail* geral da prefeitura/sede do governo) ou formulário *on line* a atendimento ao cidadão; correio eletrônico setorial (*e-mail* de secretarias ou órgãos da administração) ou formulário *on line* a atendimento ao cidadão; endereços *www* (páginas da *web*) de órgãos ou secretarias; informações sobre o funcionamento (missão, expediente, objetivos) de órgãos da administração; endereço físico ou telefone/fax da sede do governo disposto no sítio.

¹⁰¹ As duas ausências são o portal de Belém e de Teresina.

¹⁰² Elementos que compõe esta questão: estatutos, decretos, despachos, diário oficial do município, legislação municipal etc

¹⁰³ Ausências: portais de Belém, Manaus e Aracaju.

¹⁰⁴ Elementos que compõe esta questão: informação no formato notícia, sobre fato decidido, acerca assuntos da administração pública ou da municipalidade.

¹⁰⁵ Ausências: portais de Cuiabá e Teresina.

¹⁰⁶ Elementos que compõe esta questão: informação no formato notícia, sobre fato ainda não consumado, acerca de assuntos da administração pública ou da municipalidade.

¹⁰⁷ Ausências: portais de Cuiabá e Teresina.

¹⁰⁸ Elementos que compõem esta questão: pergunta de fácil resposta, averiguando o tempo de *feedback*. Especificamente, foi indagado qual o endereço da sede da prefeitura.

Questão sobre feedback informativo categoria “a”¹⁰⁹ - houve retorno (feedback) para solicitação de informação em 37% do *corpus* analisado (9 dos 24 portais). Apenas em 2 casos houve agilidade total de *feedback* com resposta no mesmo dia. A tabela seguinte traz o resultado desta questão (e também da questão anterior), pontuando o tempo de recebimento para as duas questões que compõe este quesito:

Portal	Forma de envio	Resultado do feedback	
		Categoria “b”	Categoria “a”
Aracaju	via formulário <i>on line</i>	2°	SR
Belém	INEXISTÊNCIA DE CONTATO ¹¹⁰	-----	-----
Belo Horizonte	via formulário <i>on line</i>	M	2°
Campo Grande	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	M	M
Cuiabá	via formulário <i>on line</i>	10°	SR
Curitiba	via formulário <i>on line</i>	SR	SR
Florianópolis	via formulário <i>on line</i>	M	SR
Fortaleza	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	4°	SR
Goiânia	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	M	M
João Pessoa	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	M	SR
Maceió	via formulário <i>on line</i>	SR	SR
Manaus	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	SR	SR
Natal	via formulário <i>on line</i>	SR	SR
Palmas	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	SR	SR
Porto Alegre	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	M	2°
Porto Velho	via formulário <i>on line</i>	SR	SR
Recife	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	M	3°
Rio Branco	via formulário <i>on line</i>	SR	SR
Rio de Janeiro	via formulário <i>on line</i>	2°	2°
Salvador	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	M	2°
São Luís	INEXISTÊNCIA DE CONTATO	-----	-----
São Paulo	via correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	M	3°
Teresina	INEXISTÊNCIA DE CONTATO	-----	-----
Vitória	via formulário <i>on line</i>	6°	6°

M - resposta no mesmo dia

2° - resposta no segundo dia útil (a contar com o dia de envio)

3° - resposta no terceiro dia útil (a contar com o dia de envio)

4° - resposta no quarto dia útil (a contar com o dia de envio)

5° - resposta no quinto dia útil (a contar com o dia de envio)

6° - resposta no sexto dia útil (a contar com o dia de envio)

7° - resposta do sétimo ao décimo dia útil (a contar com o dia de envio)

10° - resposta do décimo dia último por diante

SR - sem resposta (inclui-se aqui respostas acima de 1 mês)

¹⁰⁹ Elementos que compõem esta questão: pergunta específica (sobre tema específico da administração municipal), averiguando o tempo de feedback. Especificamente, foi indagado se o município possuía algum hospital ou posto de saúde especializado em doenças tropicais.

¹¹⁰ “Inexistência de contato” significa que o portal não possuía (no momento da pesquisa) um correio eletrônico (*e-mail*) geral da administração pública ou formulário para solicitar informação. Assim, nestes casos, o item não pôde ser analisado.

Questão sobre inclusão digital categoria “e”¹¹¹ - este elemento foi encontrado em 33% do *corpus* analisado (8 dos 24 portais). Em apenas 4 portais este item possui visibilidade na página principal do sítio¹¹². A maioria destas informações sobre programas de inclusão digital está fundamentalmente baseadas em dois elementos: criação de espaço público de acesso e programas que envolvem educação para o uso das TICs (neste caso, com ênfase informativa)¹¹³. Em nenhuma destas informações sobre estes programas foi localizada qualquer menção sobre programas que fomentem a criação de redes de microcomputadores domiciliares.

Questão sobre infraestrutura categoria “e”¹¹⁴ - este elemento foi encontrado em 29% do *corpus* analisado (7 dos 24 portais). Em termos de visibilidade apenas na metade destes portais (4 portais) há preocupação em dispor *link* relacionado a este tema na primeira

¹¹¹ Elementos que compõem esta questão: espaços públicos de acesso; fomento à rede domiciliar de microcomputadores; trabalhos de educação sobre TICs; teor da iniciativa não identificável.

¹¹² Com *link* na primeira página do portal: Belo Horizonte, Curitiba, Palmas e Porto Alegre. Com *link* em páginas secundárias: Belém, Recife, Vitória e São Paulo. Especificamente no caso do portal de Aracaju, foram encontradas informações, na forma de notícia, sobre a possível implementação de programa de inclusão digital. Foi solicitada à secretaria de comunicação da prefeitura, via *e-mail*, maiores informações sobre a concretização do projeto. A resposta foi negativa. Íntegra de *e-mail* enviado pela Assessoria de Relações públicas da Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Aracaju, recebida em 29 de setembro de 2004: “Agradecemos a sua interação conosco. Infelizmente o projeto “Internet para Todos” funcionou apenas em caráter experimental. Por motivos de ordem estrutural, técnica e administrativa ele não permaneceu em atividade, atualmente estudamos uma forma de viabilizá-lo.”

¹¹³ Especificamente: Belo Horizonte, Curitiba, Palmas, Porto Alegre e São Paulo abordam programa de inclusão digital nestes dois pilares: espaço público de acesso e trabalhos de educação para o uso das TICs. Belém e Vitória concentram estes programas em trabalhos de educação. No caso específico do portal de São Paulo, fala-se em “participação democrática” (vinculada ao chamado “Orçamento Participativo”, porém, não se vincula as TICs a este processo, conforme demonstra o trecho a seguir, este programa de inclusão digital está nitidamente voltado para o eixo “informação”, característico do primeiro grau: “O Plano de Inclusão Digital da Prefeitura de São Paulo tem como principais objetivos consolidar-se como a porta de entrada das comunidades à rede mundial de computadores e aos serviços e informações prestados aos cidadãos por Prefeituras, Estados e União, além de, incluir as pessoas das regiões de maior exclusão, na luta pelos seus direitos e no exercício de seus saberes coletivos, na busca de suas necessidades e no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao cotidiano em constante transformação. Quando foi criada em janeiro de 2001 a Coordenadoria Geral do Governo Eletrônico encontrou as áreas de exclusão social e econômica da cidade fora da rede, com milhões de excluídos digitais.”

http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/cidadania/inclusao_digital/index.php?p=370&more=1&c=1&tb=1&pb=1#more370

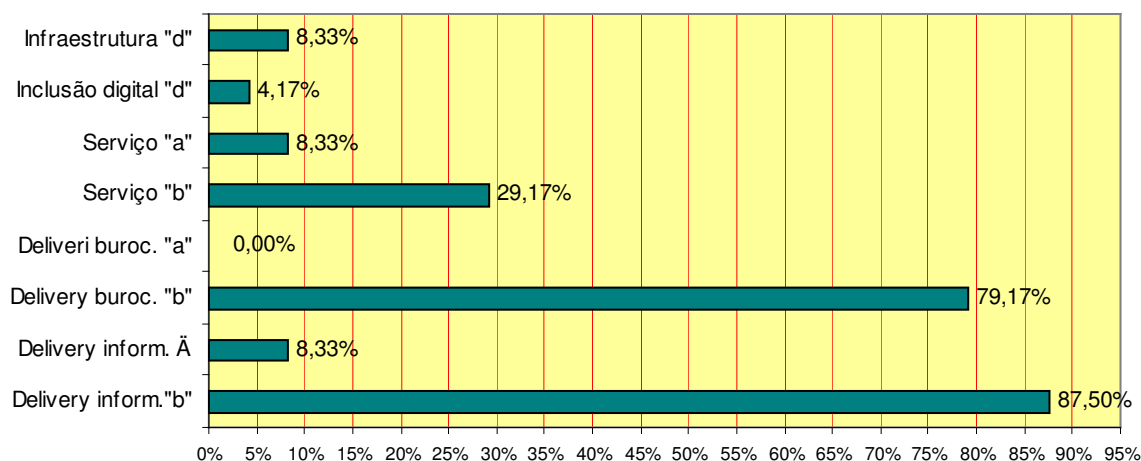
¹¹⁴ Elementos que compõem esta questão: terminais de auto-atendimento; infocentros ou telecentros; provedor público de Internet, tipo de infraestrutura não identificável.

página¹¹⁵. Em todos estes 8 portais prevalecem informações sobre infraestrutura do tipo infocentros ou telecentros (com funcionários para orientar o cidadão). O único caso peculiar é o de Recife que, além de dispor de infocentros, também dispõe de infraestrutura de provedor de Internet pública, voltada para dar acesso ao cidadão através de seu microcomputador pessoal.

b) Ênfase na prestação de serviços

Das 8 questões que constituem a pesquisa sobre o primeiro grau de democracia digital com ênfase na prestação de serviços foram detectadas a presença de 7. O IP para as questões com resposta positiva foi de 77% :

Gráfico panorâmico com percentual de respostas positivas da primeira seção da planilha
(o percentual indica a existência dos elementos procurados nos portais; neste caso, elementos que caracterizam o primeiro grau com ênfase na prestação de



Questão sobre delivery automatizado de informações¹¹⁶ - este elemento está presente em 88% do *corpus* analisado (21 dos 24 portais)¹¹⁷. Destes 21 portais com resultado positivo

¹¹⁵ Com link na primeira página do portal: Belo Horizonte, Curitiba, Palmas e Porto Alegre. Com link em páginas secundárias: Belém, Recife e São Paulo.

¹¹⁶ Elementos que compõem esta questão: consultas sobre serviços sobre saúde, segurança, educação, trânsito/transporte, saneamento básico, tributos, processos, ações/projetos, outros (culturais, eventos etc)

¹¹⁷ Ausências: portais de Belém, Porto Velho e Rio Branco.

para este item, 18 demonstram preocupação em ligar este elemento através de *link* unificador de “serviços” na página principal do portal. Predomina a presença de 3 tipos de serviços: (1) consulta sobre questões de trânsito automotivo/transporte público; (2) consulta sobre andamento de processos na administração pública; (3) consulta sobre situação tributária do contribuinte. Para além destes três tipos predominantes, também foram encontrados mais duas outras formas de serviços, mas com presença bem mais reduzida (4) consulta sobre serviços culturais e (5) consulta sobre projetos do governo em andamento (este último, foi localizado em apenas 1 portal: o da cidade de Vitória).

Questão sobre delivery instantâneo de informações sobre serviços¹¹⁸ - este elemento está presente em somente 8% do *corpus* analisado (2 dos 24 portais). Apenas os portais da cidade de Curitiba e de Salvador possuem o serviço de atendimento *on line* em tempo real para o cidadão, ambos através de ferramenta do tipo “chat” (com funcionário respondendo instantaneamente às questões solicitadas). No caso específico de Curitiba há *link* para este serviço na página principal do portal e está disponível para questões gerais da municipalidade. Já no caso de Salvador, não há *link* na *home* do portal: o serviço só é localizado na página da Secretaria de Fazenda e está disponível exclusivamente para questões relacionadas a tributos. Não foi localizada consulta neste formato para serviços de primeira ordem (saúde, educação e segurança).

Questão sobre delivery burocrático categoria “b”¹¹⁹ - presente em 80% do *corpus* analisado (19 dos 24 portais)¹²⁰. Há *link* na primeira página em 14 destes 19 portais. Este

¹¹⁸ Elementos que compõem esta questão: atendimento *on line* instantâneo (através de *chat* ou ferramenta similar) com possibilidade de indagação pelo cidadão e resposta imediata (em tempo real) por parte do governo (através de funcionário *on line*).

¹¹⁹ Elementos que compõem esta questão: boletos para pagamentos de tributos; certidões; outro documentos.

¹²⁰ Ausências: portais de Belém, Campo Grande, Porto Velho, Rio Branco e Teresina.

elemento foi encontrado apenas sob duas formas: 1) documentos de pagamento de tributos e 2) emissão de certidão negativa de débito.

Questão sobre delivery burocrático categoria “a”¹²¹ - não foi localizada qualquer referência sobre este elemento nos 24 portais analisados.

Questão sobre serviço categoria “b”¹²² - este elemento está presente em 30% do *corpus* analisado (7 dos 24 portais)¹²³. Há *link* na *home* em 5 destes 7 portais. Geralmente, serviços como capinagem de terreno, poda de árvores, reposição de lâmpada no sistema de iluminação pública ou captura de animais.

Questão sobre serviço categoria “a”¹²⁴ - somente em 8% do *corpus* analisado (2 dos 24 portais) foi detectado a presença deste elemento: Belo Horizonte e Salvador. No caso de Belo Horizonte, consiste em serviço de vigilância sanitária. No caso de Salvador, serviços de vacinação anti-rábica, serviços de vistoria em fossas e esgoto residencial e desratização. Em ambos os portais, há *link* na primeira página do tipo “serviço” ligando o usuário mais diretamente a este elemento.

Questão sobre inclusão digital categoria “d”¹²⁵ - este elemento foi localizado em apenas 4% do *corpus* analisado, ou seja, em apenas 1 dos 24 portais. Somente o portal de Belo Horizonte faz referência a programa de inclusão digital que aborda a otimização na prestação

¹²¹ Elementos que compõem esta questão: consulta e pagamento *on line* de tributos; marcação *on line* de consultas médicas e similares; matrícula *on line* na rede pública de ensino; outros serviços.

¹²² Elementos que compõem esta questão: atendimento de serviço público em semi-domicílio infraestrutural e de outras naturezas.

¹²³ Especificamente, está presente nos portais de Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória.

¹²⁴ Elementos que compõem esta questão: atendimento de saúde/psicológico/terapêutico; atendimento de serviço social; vigilância sanitária e afins; serviço de segurança pública e afins; serviços emergenciais.

de serviços via TICs (característico do segundo grau)¹²⁶. O programa é baseado em dois pilares: (1) criação de espaços públicos de acesso e (2) trabalhos de educação para o uso das TICs. Há *link* na página principal do portal demonstrando preocupação em dar publicidade a este elemento¹²⁷.

Questão sobre infraestrutura categoria “d”¹²⁸ - elemento localizado em somente 8% do *corpus* analisado, isto é, em apenas 2 dos 24 portais pesquisados: nos portais de Belo Horizonte e Rio Branco. No Caso de Belo Horizonte, a infraestrutura está atrelada ao programa já exposto na questão anterior (inclusão digital categoria “e”): também com *link* na página principal do portal e baseada em infocentros (com terminais de microcomputadores e funcionários para auxílio de uso). No caso de Rio Branco, a infraestrutura também é do tipo “infocentro”, mas não aparece com *link* na página principal do portal e nem está atrelada a qualquer programa de inclusão digital mais amplo¹²⁹.

¹²⁵ Elementos que compõem esta questão: espaços públicos de acesso; fomento à rede domiciliar de microcomputadores; trabalhos de educação sobre TICs; teor da iniciativa não identificável.

¹²⁶ Texto sobre inclusão digital categoria “d”, transcrito do portal da cidade de Belo Horizonte: “Um dos principais pressupostos da modernização dos serviços públicos é o reconhecimento do potencial das tecnologias da informação para transformar a forma com que os governos executam as suas funções. Programas de governo eletrônico podem melhorar a qualidade de vida dos cidadãos criando, simultaneamente, uma significativa redução de custos e de tempo. Estas economias podem ser revertidas em formas mais ativas de cidadania. [...] Desde 2001, o programa de modernização da Prefeitura de Belo Horizonte vem implementando ações e projetos abrangidos pelo BH.gov, buscando resultados de enorme impacto ao seu propósito principal - melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão com redução dos custos de execução.” acesso em 29/09/2004

http://portal2.pbh.gov.br/pbh/index.html?id_conteudo=5415&id_nivel1=-1&ver_servico=N

¹²⁷ É interessante observar que o portal de Belo Horizonte terá duas categorias de inclusão digital: “e” (do primeiro grau) e “d” (do segundo grau). Ou seja, a presença deste elemento está enfatizada em eixos como informação e serviços públicos.

¹²⁸ Elementos que compõem esta questão: terminais de auto-atendimento; infocentros ou telecentros; provedor público de Internet; rede tecnológica para acesso indireto de serviços públicos; teor da iniciativa não identificável.

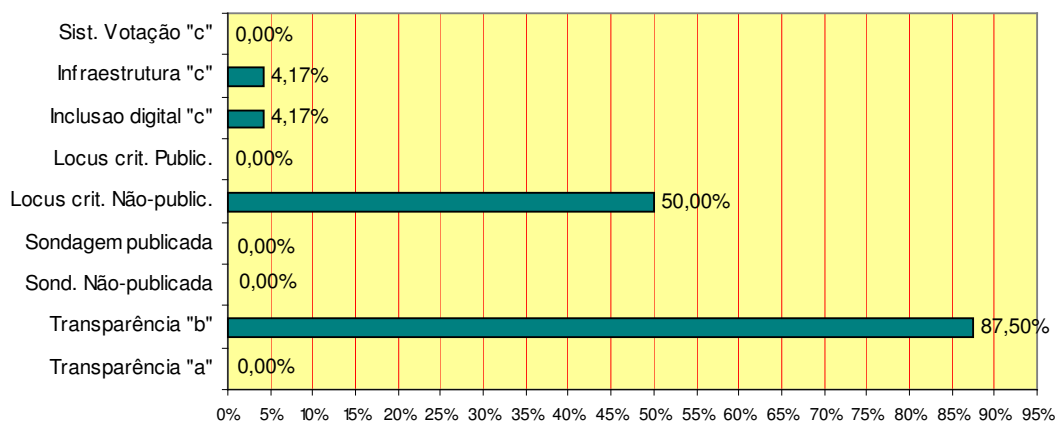
¹²⁹ Texto sobre infraestrutura categoria “d”, transcrito do portal da cidade de Rio Branco: “A prefeitura de Rio Branco inaugurou em 2002 o seu projeto de Prefeitura Virtual, dando início a criação de Serviços eletrônicos ao Contribuinte e levando informação e conhecimento aos Cidadão. Atualmente dispomos de 14 Secretarias interconectadas, *on line*, 24 horas, sete dias por semana, num Link de 1 Mbps, incluindo contas de *e-mail* para os Departamentos, Órgãos e Funcionários da PMRB. São mais de 190 computadores em alta velocidade instalados, e isso é só o começo. Quando a rede estiver totalmente instalada, além de computadores, teremos mais pontos de acesso e Centros de Atendimento ao Cidadão instalados em nossa cidade, permitindo acesso a atendimento rápido aos nossos munícipes [...] Cidadania com Transparência - É este esforço que nos compromete a continuar executando nossa principal missão: Prestar serviços ao Cidadão, com zelo, transparência e eficiência, levando a cabo uma Gestão identificada com as necessidades de nossa gente.”

<http://www.pmrbr.ac.gov.br/web/index.php?option=content&task=view&id=12&Itemid=27>

Segundo e terceiro grau

Do total de 9 questões averiguadas sobre a análise conjunta do segundo grau e terceiro de democracia digital foram detectadas a presença de 4. As questões atingiram um IP de 54%.

Gráfico panorâmico com percentual de respostas positivas da primeira seção da planilha
(o percentual indica a existência dos elementos procurados nos portais; neste caso, elementos que caracterizam o primeiro e segundo grau em análise conjunta)



Questão sobre transparência categoria “a”¹³⁰ - não foi detectado em nenhum dos 24 portais analisados a presença de qualquer dos elementos desta questão.

Questão sobre transparência categoria “b”¹³¹ - este elemento está presente em 88% do *corpus* analisado (21 dos 24 portais)¹³². Dos 21 portais com resultado positivo para este item, apenas 10 têm referência de *link* na primeira página do portal¹³³.

É importante ressaltar aqui que a palavra “transparência” não está identificada com o terceiro grau: como percebemos, a estrutura está voltada prioritariamente para a prestação de serviços públicos, característicos do segundo grau de democracia digital.

¹³⁰ Elementos que compõem esta questão: pré-legislação (projetos de lei e similares) disponível para fomentar debate prévio.

¹³¹ Elementos que compõem esta questão: balancetes, execução orçamentária, arrecadação e gastos do município e afins.

¹³² Ausências: portais de Belém, Cuiabá e Rio Branco.

¹³³ Os 10 portais com referência deste elemento na primeira página: Campo Grande, Florianópolis, João Pessoa, Natal, Palmas, Porto Velho, Recife, São Paulo, Teresina e Vitória.

Questão sobre sondagem não-publicada¹³⁴ - este elemento não foi localizado no *corpus* analisado.

Questão sobre sondagem publicada¹³⁵ - elemento ausente no *corpus* dos 24 portais analisados.

Questão sobre locus crítico não-publicado¹³⁶ - este elemento foi localizado em 50% do *corpus* analisado (12 dos 24 portais)¹³⁷. Destes 12 portais apenas 7 possuem referência nominal (*link*) na *home* sobre quesito¹³⁸.

Questão sobre locus crítico publicado¹³⁹ - este elemento não foi detectado em nenhum dos 24 portais analisados.

Questão sobre inclusão digital categoria “c”¹⁴⁰ - este elemento foi localizado em apenas 4% do *corpus* analisado, isto é, somente em 1 dos 24 portais pesquisados: especificamente no portal da cidade de Porto Alegre, com *link* exposto na primeira página¹⁴¹. O programa é

¹³⁴ Elementos que compõem esta questão: ouvidoria ou similar voltada para tema específico.

¹³⁵ Elementos que compõem esta questão: fórum *on line* ou similar voltado para tema específico.

¹³⁶ Elementos que compõem esta questão: ouvidoria, formulário *on line* ou similar voltado para receber críticas, sugestões ou reclamações do cidadão.

¹³⁷ Portais que obtiveram a presença positiva deste elemento: Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Macei[o], Porto Velho, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória. Portais com a ausência deste elemento: Aracaju, Belém, Campo Grande, Florianópolis, João Pessoa, Manaus, Natal, Palmas Porto Alegre, Recife, Rio Branco e Teresina.

¹³⁸ São eles, os portais de Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Velho, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória.

¹³⁹ Elementos que compõem esta questão: fórum *on line* ou similar voltado para receber críticas, sugestões ou reclamações do cidadão.

¹⁴⁰ Elementos que compõem esta questão: espaços públicos de acesso; fomento à rede domiciliar de microcomputadores; trabalhos de educação sobre TICs; teor da iniciativa não identificável

¹⁴¹ É importante observar que as informações sobre o iniciativa de inclusão digital de Porto Alegre também se enquadram na categoria “e” deste elemento, ou seja, também enfatiza tipo de inclusão enquadrada no primeiro grau de democracia digital com ênfase informativa. Assim, consiste em um programa de inclusão digital de primeiro (com ênfase na informação), segundo e terceiro grau (com ausência de características de prestação de serviços do primeiro grau) concomitantemente.

baseado em dois eixos¹⁴²: (1) trabalhos de educação para o uso das TICs (com características deste terceiro grau) e (2) criação de espaços públicos de acesso.

Questão sobre infraestrutura categoria “c”¹⁴³ – este elemento está atrelado ao item anterior e, assim como tal, também só foi detectado em 1 dos 24 portais analisado: o portal da cidade de Porto Alegre (também com *link* na primeira página do portal). O tipo de infraestrutura disponível pelo governo consiste na manutenção de telecentros.

Questão sobre sistema de votação categoria “c”¹⁴⁴ – não foi detectada a presença deste elemento no *corpus* de portais analisado.

4.2 - Análise dos portais por agrupamento de desempenho

Na seção anterior o objetivo foi expor o resultado das questões (elementos) detectado numa visão mais geral, em suas respectivas quantificações, nos graus analisados, perante da

¹⁴² Texto sobre inclusão digital categoria “c”, transcrito do portal da cidade de Porto Alegre: “Projeto Cibernarium Municipal – Espaço para Inclusão e Capacitação Digital é uma das ações da Prefeitura da cidade de Porto Alegre com vistas à Inclusão Digital. Seu desenvolvimento envolve a gestão, a destinação de recursos técnicos, recursos financeiros e recursos humanos para a disponibilização de espaços físicos destinados à capacitação e à experimentação tecnológica em Tecnologia de Informação e de Comunicação (TIC). Esse projeto vem também potencializar a governança eletrônica da cidade e criar instrumentos de aproximação dos cidadãos com o Executivo Municipal. Nessa perspectiva, amplia-se o seu escopo para o conceito de cidadania eletrônica, onde o cidadão é o protagonista da participação e do controle das ações governamentais de maneira ágil e bem informada, com o acesso e a utilização de tecnologias de informação e comunicação. Além disso, por possibilitar a comunicação de todos-para-todos, as tecnologias de informação têm a potencialidade de formar comunidades, ou seja, podem-se formar grupos ou cooperativas de cidadãos localizados em diferentes pontos da cidade, do país ou do mundo, com interesses semelhantes. Ao mesmo tempo, como o cidadão usuário dos ciberespaços pode fazer parte de diferentes comunidades ao mesmo tempo, o projeto mais amplo oportuniza ações coletivas e solidárias. A ação solidária e inovadora do Poder Público Municipal vem promover inteligência coletiva da cidade e dos cidadãos. Assim, esses instrumentos representam uma frente importante da proposta, sendo igualmente desenvolvidas parcerias com a iniciativa privada, associações e representações comunitárias ou profissionais, organizações não-governamentais, empresas, instituições culturais, educacionais e de financiamento.”

Acesso em 17/11/2004 < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cibernarium/default.php?p_secao=1

¹⁴³ Elementos que compõem esta questão: terminais de auto-atendimento; infocentros ou telecentros; provedor público de Internet, tipo de infraestrutura não identificável.

¹⁴⁴ Elementos que compõem esta questão: ferramenta de sondagem de opinião, no formato “consulta”, sem efeito deliberativo.

totalidade dos 24 portais analisados. Ao qualificar estes elementos detectados a partir do Índice de Desempenho (ID) particular de cada portal nos respectivos graus de democracia digital, nota-se que há variações significativas, conforme a tabela a seguir:

	1ª GRAU informação (IDs)	1º GRAU serviços (IDs)	2º e 3º GRAU (IDs)	4º GRAU (IDs)	5º GRAU (IDs)
Aracaju	40,00%	13,85%	3,85%	0,00%	0,00%
Belém	25,60%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Belo Horizonte	80,80%	53,08%	7,69%	0,00%	0,00%
Campo Grande	58,40%	4,62%	11,54%	0,00%	0,00%
Cuiabá	21,60%	4,62%	3,85%	0,00%	0,00%
Curitiba	60,80%	29,23%	15,38%	0,00%	0,00%
Florianópolis	52,80%	17,69%	11,54%	0,00%	0,00%
Fortaleza	50,40%	17,69%	15,38%	0,00%	0,00%
Goiânia	67,20%	16,92%	11,54%	0,00%	0,00%
João Pessoa	49,60%	13,08%	11,54%	0,00%	0,00%
Maceió	40,00%	16,15%	15,38%	0,00%	0,00%
Manaus	28,80%	16,92%	7,69%	0,00%	0,00%
Natal	42,40%	16,92%	11,54%	0,00%	0,00%
Palmas	60,80%	16,92%	11,54%	0,00%	0,00%
Porto Alegre	76,00%	28,46%	24,62%	0,00%	0,00%
Porto Velho	40,80%	0,00%	19,23%	0,00%	0,00%
Recife	65,60%	16,92%	11,54%	0,00%	0,00%
Rio Branco	39,20%	3,85%	0,00%	0,00%	0,00%
Rio de Janeiro	60,00%	28,46%	15,38%	0,00%	0,00%
Salvador	56,00%	38,46%	11,54%	0,00%	0,00%
São Luís	20,00%	13,85%	11,54%	0,00%	0,00%
São Paulo	69,60%	30,77%	19,23%	0,00%	0,00%
Teresina	6,40%	4,62%	11,54%	0,00%	0,00%
Vitória	55,20%	27,69%	19,23%	0,00%	0,00%
Média nacional	48,67%	17,95%	11,76%	0,00%	0,00%

No primeiro grau com ênfase informativa, têm-se variações de ID que vão da casa dos 6 aos 80 pontos percentuais. No primeiro grau segundo grau com ênfase na prestação de serviços, obtém-se IDs que variam de 0% à casa dos 50 %. Já na análise conjunta do segundo e terceiro grau notam-se resultados de IDs que vão de 0% até em torno dos 20 %.

Para compreendermos o que significam estas variações em termos concretos, nos respectivos graus, é necessário movermos a atenção para um olhar mais específico no

desempenho particular de cada portal e perceber a formação de grupos de portais com ID similar no âmbito de cada um dos graus de democracia digital.

Grupos de desempenho no Primeiro grau

a) Primeiro grau com ênfase na informação:

Em relação ao primeiro grau – com ênfase informativa – pode-se classificar 4 grupos de desempenho: (1) um grupo de “ponta”, composto por 5 portais que atingiram ID entre 65% a 80%; (2) Um segundo grupo composto por 9 portais que tiveram desempenho em torno dos 50% aos 60%; (3) o terceiro grupo é constituído por 6 portais que atingiram IDs em torno dos 30 aos 40%; e , por fim, o último grupo com menor desempenho, que abarca 4 portais com desempenho abaixo dos 25%:

1º grupo – 50% a 60%	
Belo Horizonte	80,80%
Porto Alegre	76,00%
São Paulo	69,60%
Goiânia	67,20%
Recife	65,60%

2º grupo – de 65% a 80%	
Curitiba	60,80%
Curitiba	60,80%
Palmas	60,80%
Rio de Janeiro	60,00%
Campo Grande	58,40%
Salvador	56,00%
Vitória	55,20%
Florianópolis	52,80%
Fortaleza	50,40%
João Pessoa	49,60%

3º grupo – 30% aos 40%	
Natal	42,40%
Porto Velho	40,80%
Aracaju	40,00%
Maceió	40,00%
Rio Branco	39,20%
Manaus	28,80%

4º grupo – abaixo dos 25%	
Belém	25,60%
Cuiabá	21,60%
São Luís	20,00%
Teresina	6,40%

Perpassando estes grupos, cerca de 90% dos portais analisados possuem a presença de elementos-padrões (de primeiro grau com ênfase informativa) que darão a tônica do atual perfil detectado: a) preocupação em dispor informações genéricas (como história, geografia, etnia, turismo etc) sobre a cidade; b) informações institucionais (como endereços eletrônicos e funcionamento de órgãos/secretarias, telefones, contato eletrônico, leis e normas do município etc); c) presença de notícias sobre a municipalidade ou sobre a administração pública. Estes elementos-padrões serão bem característicos do primeiro, segundo e terceiro grupo. A ausência de alguns destes elementos em alguns portais repercutirá negativamente em sua média e é basicamente isso que os empurrará para o último grupo de desempenho. No caso do primeiro grupo de portais (com desempenho entre 65 e 80%), seu diferencial estará concentrado basicamente por agregar, além destes elementos-padrões, mais três elementos-escassos (ausentes em aproximadamente 70% dos portais analisados): a) a presença de dados sobre programas de inclusão digital voltados para dispor e dar acesso a informações; b) a presença de informações sobre a existência de uma infraestrutura pública de TICs disponível ao cidadão (voltada para dar acesso à informação); e c) a existência de *feedback* a uma solicitação de informação pelo cidadão em tempo relativamente hábil.

Este quadro demonstra que o primeiro grau de democracia digital - com ênfase informativa - no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras, apesar de estar presente em todos os portais analisados, não está plenamente instaurado: possui um desenvolvimento relativamente avançado para um grupo pequeno de cidades (5 cidades), mas para a grande maioria dos portais analisados (14 dos 24) o índice de desenvolvimento, representado pelo Índice de Desempenho (ID), está em torno ou abaixo da metade do desejável (o que reflete a própria média nacional para este grau).

Na maioria dos portais, as questões e os elementos pesquisados apontam para um tipo de ênfase informativa (característica do primeiro grau) com pouca preocupação em uma sofisticação com viés mais político e com sérios problemas de *feedback* : (1) em nenhum portal foi detectada a preocupação em dispor para o cidadão, de forma visivelmente delimitada, informações noticiosas potencialmente mais políticas sobre atos que ainda seriam tomados pelo executivo ou fatos que ainda não foram plenamente concretizados. A maioria absoluta das notícias são do tipo “relato”: informam atos e fatos administrativos ou políticos já consumados; (2) o fluxo de informação parece ainda reproduzir significativamente o formato de “mão única”: metade dos portais não sinalizaram com feedback informativo para pedido de informação de fácil resposta (no caso de feedback para informação mais específica, o número de respostas recebida foi ainda menor: apenas 30 % dos portais indagados enviaram respostas no prazo hábil de 7 dias); (3) em apenas 8 dos 24 portais há alguma preocupação explícita com informações o tema “inclusão digital” e em apenas 7 dos 24 analisados, dispõem informações sobre a existência de infra-estrutura pública que favoreçam a inserção do cidadão para a utilização das TICs como ferramenta de participação democrática, ainda que com a ênfase informativa. Sintetizando: temos quando se analisa a existência do primeiro grau a partir da sua ênfase no elemento “informação” nota-se que há uma primazia das informações genéricas (não necessariamente mais políticas) e informações

institucionais, exercendo na maioria dos casos o papel de um governo que apenas “relata” seus atos, com problemas em dar retorno informativo quando requisitado e sem grandes preocupações em produzir ou delimitar um tipo de informação que poderia fomentar ou repercutir maior intervenção ou atividade política do cidadão.

b) Primeiro grau com ênfase na prestação de serviços :

O desempenho médio nacional dos 24 portais analisados em relação ao primeiro grau, agora visto sob o ponto de vista da ênfase na prestação de serviços públicos através da Internet, em torno dos 18 %, com variação máxima de ID na casa dos 50%. Nitidamente, tem-se aqui um desempenho bem menor que do primeiro grau com ênfase informativa (tanto em termos de média de desempenho nacional quanto em termos de variação máxima atingida). Tal como na ênfase informativa, nota-se aqui a constituição de quatro grupos de portais com desempenhos similares: (1) o primeiro grupo contém apenas dois portais que obtiveram IDs em torno dos 40% até a casa dos 50% (respectivamente 53,08 e 38,46%); (2) o segundo grupo é composto por 5 portais com desempenhos em torno dos 30 pontos percentuais; (3) o terceiro agrupamento, constituído por 11 portais (o maior dentre os quatro grupos), com desempenho da casa dos 13 aos 17% ; (4) o último grupo é composto por 6 portais com ID abaixo dos 5% :

1º grupo – em torno dos 40% e 50%	
Belo Horizonte	53,08%
Salvador	38,46%

2º grupo – em torno dos 30%	
São Paulo	30,77%
Curitiba	29,23%
Porto Alegre	28,46%
Rio de Janeiro	28,46%
Vitória	27,69%

3º grupo – 13% a 18%	
Florianópolis	17,69%
Fortaleza	17,69%
Goiânia	16,92%
Maceió	16,15%
Manaus	16,92%
Natal	16,92%
Palmas	16,92%
Recife	16,92%
São Luís	13,85%
Aracaju	13,85%
João Pessoa	13,08%

Último grupo – abaixo dos 5%	
Campo Grande	4,62%
Cuiabá	4,62%
Teresina	4,62%
Rio Branco	3,85%
Belém	0 %
Porto Velho	0 %

Porém, diferentemente da análise do primeiro grau com ênfase informativa, aqui, os quatro grupos de desempenhos estão bem mais visivelmente demarcados: entre cada um dos grupos há uma distância de aproximadamente 10 pontos percentuais. Também, diferentemente da ênfase informativa, quando se analisa o primeiro grau a partir da ênfase da prestação de serviços, o grupo de “ponta” é bem mais reduzido, sendo composto por apenas 2 portais.

Se o primeiro grau com ênfase no elemento informação tem um quadro de desempenho predominantemente “mediano” (com um desempenho médio na casa dos 50% e com um grande número de portais girando em torno deste valor) o primeiro grau com ênfase na prestação de serviços aponta apenas 2 portais com desempenhos medianos, sendo estes dois, os maiores valores de ID dentre os 24 portais. Ou seja, não há nenhum desempenho

que possa ser considerado avançado. Na verdade, há uma predominância de desempenho significativamente baixa: 17 dos 24 portais analisados possuem ID abaixo dos 18 %.

Este baixo desempenho predominante aqui ocorre marcadamente por não haver preocupação, nos portais analisados, em estabelecer uma relação de “prestação de serviços e entrega de bens públicos” nas áreas diversas que compete ao poder executivo (como saúde, educação, transporte, saneamento básico, segurança pública, assistência social etc): a prestação de serviço, no primeiro grau, aparece nitidamente vinculado ao “*delivery*” burocrático concentradamente do tipo tributário. Não por acaso, os dois elementos mais presentes (elementos-padrão) deste grau são justamente (a) a consulta automatizada de informações (*delivery* de informação) predominantemente para tributos e (b) a disponibilização de documentos oficiais *on line* (também predominantemente vinculadas a temas tributários ou certidões negativas de débito com o fisco municipal).

Os sete portais com maiores desempenhos (representados pelos dois primeiros grupos, com IDs entre 30 e 50% aproximadamente) atingirão estes valores pelo fato de somarem aos dois elementos-padrões acima expostos, mais 1 elemento-escasso (presente em apenas 7 dos 24 portais analisados): a possibilidade de obtenção de serviço ou bem público em semi-domicílio com solicitação via portal (na rua ou no logradouro em que reside o cidadão). Os dois portais com os maiores IDs (Belo Horizonte e Salvador) terão seus respectivos desempenhos justificados por acumular, além dos elementos-padrões e do elemento-escasso acima exposto, mais um elemento qualificado como “muito significativo”: a possibilidade do cidadão obter serviço público *in loco* (em domicílio) com pedido realizado via portal¹⁴⁵.

Olhando mais pelo lado negativo, a ausência de outros três elementos também é bastante relevante: (a) em apenas 2 dos 24 portais há preocupação em viabilizar um *delivery* imediato de informações sobre serviços (*delivery* comunicacional), disponibilizando

¹⁴⁵ No caso de Belo Horizonte, especificamente serviços de vigilância sanitária; no caso de Salvador, especificamente serviços de vacinação anti-rábica em animais domésticos e vistoria de fossa e esgoto residencial.

ferramenta (tipo *chat*) para atender ao cidadão em tempo real (apenas o portal da cidade de Curitiba e de Salvador oferecem o serviço, sendo que o primeiro é serviço abrangente, para qualquer tipo de informação; já no caso de Salvador, o serviço é estritamente voltado para assuntos tributários, estando disponível apenas no sítio da Secretaria da Fazenda do município); (b) em apenas 1 dos 24 portais analisados (o portal de Belo Horizonte) foram localizadas informações sobre a existência de programas de inclusão digital que abordam claramente o uso das TICs para viabilizar o acesso a serviços e bens públicos (característico do primeiro grau)¹⁴⁶; (c) em apenas 2 dos 24 portais analisados foram encontradas informações sobre a existência de infraestrutura pública de TICs ligada à prestação de serviço ao cidadão (apenas nos portais de Belo Horizonte e Rio Branco, sendo que neste último, a informação é exposta com pouca visibilidade: foi localizada em páginas secundárias do portal). O elemento-escasso (raro) mais ausente, referente à análise do primeiro grau com ênfase na prestação de serviços, foi a possibilidade de operação de recebimento de serviço completa via portal (como pagamento de tributo, marcação *on line* de consulta na rede pública de saúde, matrícula *on line* na rede pública de ensino etc): esta possibilidade não foi localizada em nenhum dos 24 portais analisados.

Estes dados demonstram que o primeiro grau de democracia digital no uso da Internet pelos governos municipais das capitais brasileiras, com ênfase na prestação de serviços, está presente em 22 das 24 capitais com portal *on line* (Belém e Porto Velho não possuem elementos característicos). Embora esta presença pareça maciça, ela é frágil, heterogênea e

¹⁴⁶ O portal de Belo Horizonte tem informações sobre programa de inclusão digital enquadrado tanto na categoria “e” (primeiro grau) quanto na categoria “d” (segundo grau). Estas características ficam claras em trechos do texto, exposto no *link* sobre o tema: “

Um dos principais pressupostos da modernização dos serviços públicos é o reconhecimento do potencial das tecnologias da informação para transformar a forma com que os governos executam as suas funções . Programas de governo eletrônico podem melhorar a qualidade de vida dos cidadãos criando, simultaneamente, uma significativa redução de custos e de tempo. Estas economias podem ser revertidas em formas mais ativas de cidadania(...) Desde 2001, o programa de modernização da Prefeitura de Belo Horizonte vem implementando ações e projetos abrangidos pelo BH.gov, buscando resultados de enorme impacto ao seu propósito principal - melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão com redução dos custos de execução. “

Em: 29/09/2004 http://portal2.pbh.gov.br/pbh/index.html?id_conteudo=5415&id_nivel1=-1&ver_servico=N

restrita (quando olhamos sob o ponto de vista das potencialidades técnicas hoje disponíveis das TICs). A prestação de serviço – no primeiro grau - existe basicamente para a relação entre contribuinte e fazenda pública; praticamente inexistente para serviços e bens públicos de primeira ordem como saúde, educação ou segurança. Entretanto, um dado importante de se observar é o IP para as questões deste grau: 77% de visibilidade na primeira página. Ou seja, os poucos elementos de prestação de serviços que estão presentes nos portais possuem uma publicidade maior, quando comparados aos IPs do primeiro grau com ênfase informativa (que atinge 62% de visibilidade na primeira página do portal).

Grupos de desempenho no segundo e terceiro grau:

Quando se avalia o desempenho conjunto atingido pelos portais no que se refere ao segundo e terceiro graus nota-se um desenvolvimento bem menor que o primeiro grau. Aqui, nenhum portal atingiu ID na casa dos 25%; a média nacional do ID para análise conjunta destes dois graus ficou em torno dos 12%. Isto reflete bem o desempenho geral: 16 dos 24 portais analisados estão abaixo da casa dos 12 pontos percentuais.

Aqui, é possível classificar 3 grupos de desempenho: (1) o primeiro é formado por 4 portais que tiveram IDs entre 19 e 25%; (2) o segundo agrupamento contém o maior número de portais (14 portais) com desempenhos em torno dos 12 aos 15 pontos percentuais; (3) o último grupo é constituído por 6 portais, com IDs abaixo dos 8 %:

1º grupo – 19% a 25%	
Porto Alegre	24,62%
Porto Velho	19,23%
São Paulo	19,23%
Vitória	19,23%

2º grupo – em torno dos 12 % aos 15%	
Curitiba	15,38%
Fortaleza	15,38%
Maceió	15,38%
Rio de Janeiro	15,38%
Campo Grande	11,54%
Florianópolis	11,54%
Goiânia	11,54%
João Pessoa	11,54%
Natal	11,54%
Palmas	11,54%
Recife	11,54%
Salvador	11,54%
São Luís	11,54%
Teresina	11,54%

3º grupo – abaixo dos 8%	
Belo Horizonte	7,69%
Manaus	7,69%
Aracaju	3,85%
Cuiabá	3,85%
Belém	0,00%
Rio Branco	0,00%

Apesar da existência destes 3 grupos de desempenho, ao olharmos estes números sob o prisma do desempenho ideal, têm-se, na verdade, mais homogeneidade do que heterogeneidade de desempenho: estes dois graus (segundo e terceiro) possuem uma desenvoltura incipiente no uso da Internet pelos governos das maiores cidades brasileiras no conjunto dos portais analisados.

Das 9 questões averiguadas referentes a estes graus, apenas 1 estará presente na maioria dos portais (21 dos 24 analisados): trata-se da preocupação do governo em possibilitar alguma transparência no que diz respeito às contas públicas, expondo documentos

de acompanhamento financeiro, arrecadação, movimentação de erário e aplicação financeira dos recursos públicos - balancetes, balanços financeiros (elementos especificamente característicos do terceiro grau). Este não é apenas um elemento-padrão detectado: é o elemento central da presença do terceiro grau nos portais analisados (qualificado como “razoavelmente significativo”).

Um outro elemento presente – encontrado na metade dos 24 portais analisados – é a existência de *locus* para recepção de críticas (ou reclamações do cidadão) não-publicadas (especificamente característico do segundo grau). Apesar de ser considerado um elemento “pouco significativo”, será ele que fará alguma diferença (ainda que seja mínima) no desempenho do primeiro grupo de portais na análise conjunta destes dois graus.

No caso de Porto Alegre, que atingiu ID neste grau na casa dos 24%, além de reunir estes dois elementos anteriores, será o único portal que fará alguma referência a programas de inclusão digital e infraestrutura pública de TICs com intenção de ampliar o canal de comunicação e maior permeabilidade política, característico do terceiro grau¹⁴⁷.

A presença destes poucos elementos e a ausência da maioria dos elementos considerados mais significativos para a análise conjunta destes dois graus aponta, na prática, para a existência do segundo e terceiro grau de democracia digital caracterizados por alguns problemas: (1) a “responsabilidade” (no sentido de *accountability*), característico do terceiro

¹⁴⁷ “Projeto Cibernarium Municipal – Espaço para Inclusão e Capacitação Digital é uma das ações da Prefeitura da cidade de Porto Alegre com vistas à Inclusão Digital. Seu desenvolvimento envolve a gestão, a destinação de recursos técnicos, recursos financeiros e recursos humanos para a disponibilização de espaços físicos destinados à capacitação e à experimentação tecnológica em Tecnologia de Informação e de Comunicação (TIC). Esse projeto vem também potencializar a governança eletrônica da cidade e criar instrumentos de aproximação dos cidadãos com o Executivo Municipal. Nessa perspectiva, amplia-se o seu escopo para o conceito de cidadania eletrônica, onde o cidadão é o protagonista da participação e do controle das ações governamentais de maneira ágil e bem informada, com o acesso e a utilização de tecnologias de informação e comunicação. Além disso, por possibilitar a comunicação de todos-para-todos, as tecnologias de informação têm a potencialidade de formar comunidades, ou seja, podem-se formar grupos ou cooperativas de cidadãos localizados em diferentes pontos da cidade, do país ou do mundo, com interesses semelhantes. [...] A ação solidária e inovadora do Poder Público Municipal vem promover inteligência coletiva da cidade e dos cidadãos. Assim, esses instrumentos representam uma frente importante da proposta, sendo igualmente desenvolvidas parcerias com a iniciativa privada, associações e representações comunitárias ou profissionais, organizações não-governamentais, empresas, instituições culturais, educacionais e de financiamento. “ Em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cibernarium/default.php?p_secao=1

grau, está resumida à exposição documental de balancetes financeiros e planilhas de arrecadação; mesmo assim, este elemento não parece ganhar muita preocupação em termos de tornar-se público pelos governos das capitais brasileiras: dos 21 portais que possuem este elemento presente, apenas 9 dão maior visibilidade a este tema, disponibilizando “*link*” na primeira página do portal; (2) não há nenhuma preocupação em utilizar as TICs para fomentar debate sobre determinados temas de concernência geral ou de sondar a opinião pública (via TICs) para aumentar a participação do cidadão, ainda que seja na forma de “consulta” (característico do segundo grau); o que se têm, no máximo, é a ferramenta (do tipo formulário) para recepção de críticas ou reclamações que são encaminhadas - sem publicação das críticas no portal, sem resposta governamental imediata ou garantia mínima de retorno - para as autoridades do executivo; e (3) a ausência de informações sobre programas ou infraestrutura técnica pública que viabilizariam maior participação do cidadão sob o prisma do segundo e terceiro grau de democracia digital demonstra claramente que não há preocupação – pelo menos não explícita no portal - em diminuir as desigualdades de acesso às TICs e nem de expandir este acesso com vistas à participação do cidadão.

4.3 - Análise dos portais por desempenho regional

Tomando a análise dos dados a partir da divisão regional brasileira (no que diz respeito às regiões Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) e levando-se em conta a média aritmética do conjunto de portais no âmbito de suas respectivas regiões, forma-se o seguinte quadro:

	1º GRAU ênfase informativa	1º GRAU ênfase em serviços	2º e 3º GRAU	4º GRAU	5º GRAU
Centro-Oeste	49,07%	8,72%	8,97%	0,00%	0,00%
Nordeste	41,78%	16,84%	11,54%	0,00%	0,00%
Norte	39,04%	7,54%	7,69%	0,00%	0,00%
Sudeste	66,40%	35,00%	15,38%	0,00%	0,00%
Sul	63,20%	25,13%	17,18%	0,00%	0,00%

Percebe-se que há um resultado mais ou menos homogêneo (em termos proporcionais, com variação de 40 a 66%) entre as médias regionais para o primeiro grau com ênfase informativa: o maior desempenho é obtido pela região sudeste e o menor desempenho pela região Norte e Nordeste. Ainda no primeiro grau, agora com ênfase na prestação de serviços, as diferenças proporcionais entre as médias de IDs regionais parecem um pouco mais significativas: a região com o maior desempenho de primeiro grau com ênfase na prestação de serviços será também o Sudeste, somando pontos percentuais quatro vezes maiores que os dois menores desempenhos: a região Norte e Centro-Oeste. Na análise conjunta do segundo e terceiro grau, a região com melhor desempenho será a região Sul. Na outra mão, os menores desempenhos nestes dois graus também serão representados pelas regiões Norte e Centro-oeste.

Este quadro demonstra que, em termos comparativos, as regiões estão mais ou menos equilibradas quanto ao primeiro grau com ênfase informativa, com um desenvolvimento que não se distancia da média nacional. No caso do primeiro grau com ênfase na prestação de serviço e no caso da análise conjunta do segundo e terceiro grau, há claramente um maior desenvolvimento (em termos comparativos, mas não em termos absolutos) das regiões Sul e Sudeste. Isto reflete a conjuntura e os aspectos sócio-econômicos desta divisão regional hoje no Brasil: as regiões com maior fluxo de capital e maior desenvolvimento econômico e

social estão à frente em suas médias na configuração dos três graus detectados (com distanciamento maior para o primeiro grau com ênfase na prestação de serviço e na análise conjunta do segundo e terceiro grau); as regiões com maiores problemas econômicos e maiores distorções sociais refletem também menor desempenho no desenvolvimento de graus de democracia digital (como demonstra bem o quadro relativo ao segundo e terceiro grau).

Estes dados apontam – a título de hipótese – para a percepção de que o desenvolvimento de práticas democráticas via TICs está, de algum modo, atrelado ao desenvolvimento sócio-econômico regional. A existência de mais recursos econômicos e, determinadas regiões (com o maior desenvolvimento industrial e produtivo) repercute em maior capacidade dos governos locais no poder de ação, em termos financeiros, para viabilizar estruturas e programas neste campo. Isso pode repercutir em maior investimento em TICs, maior capacidade de angariar recursos humanos mais capacitados para implementar projetos de governança eletrônica, maior capacidade de criar núcleos avançados de pesquisa, estudo e desenvolvimento de ações nesta área, maior volume de cidadãos aparelhados para usufruir desses serviços.

Apesar disso, é importante ressaltar que todos estes indicadores econômicos, embora sejam elementos propícios, não possuem relação direta (no formato “causa-efeito”) com o desenvolvimento de participação civil. Podem não ter nenhuma consequência em termos reais se não houver disposição política dos governantes em implementá-los, visando a participação democrática, e se não houver uma cultura política que reivindique esta participação.

4.4 Análise geral

Os dados expostos e o quadro analítico mais pormenorizado, demonstrando os Índices de Desempenho de cada portal nos graus analisados (em suas peculiaridades)¹⁴⁸ abrem caminho para algumas percepções mais aprofundadas sobre a democracia digital no Brasil, especificamente no que diz respeito ao uso da Internet pelos governos das maiores cidades brasileiras. É possível sintetizar estas percepções em 4 pontos mais fundamentais:

1) Predominância de desempenho para o primeiro grau com ênfase informativa - primeiramente, há uma predominância clara do primeiro grau de democracia digital com ênfase no elemento “informação, em termos de desempenho (IDs). Os governos das maiores cidades brasileiras refletem um tipo de percepção de uso das TICs com intuito político, majoritariamente alicerçados na idéia de que a informação seria o elemento central da ciberdemocracia: ou seja, predomina um nível elementar dentro das potencialidades da democracia digital. Ainda sim, quando se analisa internamente este uso elementar, nota-se que não há, em seu âmbito, um desenvolvimento completo¹⁴⁹. O primeiro grau com ênfase na prestação de serviços, também considerado elementar, fica ainda mais aquém da projeção do primeiro grau com ênfase informativa, pois vai existir fundamentalmente voltado para a relação fazenda pública (Estado arrecadador) e contribuinte (e não na relação estado e cidadão, em termos de prestação de serviços básicos e de primeira ordem). Sobretudo, o primeiro grau visto sob a ênfase da prestação de serviços está baseado na percepção de emprego das TICs para otimizar os processos de arrecadação do município, o que, do ponto de vista da teoria democrática, seria muito pouco significativo em termos de participação do

¹⁴⁸ Detectando a formação de grupos de portais com desempenho similares, percebendo a existência de elementos-padrões e elementos-escassos e ainda um panorama regional de desempenho.

¹⁴⁹ Ou seja, o primeiro grau de democracia digital – que é considerado um grau bastante elementar – não está plenamente desenvolvido, possuindo lacunas do ponto de vista normativo.

cidadão. No máximo, estar-se viabilizando o fortalecimento econômico do governo e facilitando a relação tributária do sistema político vigente. Quando entramos no segundo e terceiro grau - que, no conjunto, podem ser considerados um pouco mais significativos do ponto de vista da participação do cidadão - o que se percebe é que suas presenças ocorrerão basicamente em função de um fator externo: a existência da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em vigor desde o dia 5 de maio de 2000 no país. O art. 48 (cap. IX, seção I) desta Lei Complementar, estabelece que os governos executivos municipais e estaduais estão obrigados a disponibilizar em “meio eletrônico de acesso público” seus respectivos atos financeiros:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (BRASIL, 2000)

Se tirarmos este elemento, praticamente haverá uma inexistência do terceiro grau no uso da Internet pelos governos municipais. De forma efetiva, há pouca transparência, pouca prestação de contas (*accountability*) e praticamente nenhuma permeabilidade à opinião pública por parte de um Estado que emprega as TICs (especificamente da Internet) para aumentar a participação do cidadão nos negócios públicos.

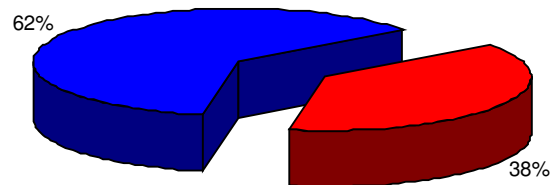
Em termos reais, o único grau que está mais ou menos estruturado, ou melhor, em via de consolidação, é o primeiro grau. Ainda assim, este é caracterizado mais pelo emprego das TICs para tornar disponíveis informações sem efetivas potencialidades de participação política e menos para a prestação de serviços públicos (embora este último tenha mais visibilidade, quando existe). O segundo e terceiro grau não possuem uma existência

estruturada: estão demasiadamente ancorados em 2 ou 3 elementos não muito sólidos em termos de importância política.

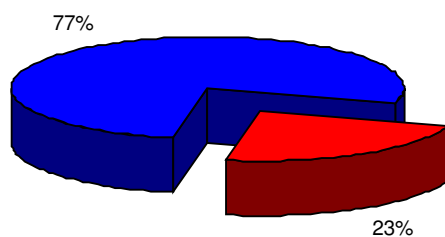
Estes três graus predominantemente coexistem de forma interrelacionada, porém, o segundo e o terceiro grau são exercitados em torno do primeiro grau com ênfase informativa: ou seja, a função prioritária dos portais é dar informação. Os outros elementos que caracterizam os dois outros graus detectados (responsabilidade, transparência, prestação de contas, sondagem de opinião pública etc) são elementos periféricos e até certo ponto, secundários em termos quantitativos.

2) Propensão de visibilidade para prestação de serviço no primeiro grau – apesar da prestação de serviço não ser uma característica predominante no primeiro grau em termos de desempenho, este elemento uma visibilidade significativa quando ocorre: o IP atingiu 77% (ou seja, 77% dos elementos detectados, característicos da prestação de serviços, estão visíveis na primeira página do portal). Uma visibilidade bastante significativa quando comparamos ao IP dos elementos de primeiro grau com ênfase informativa: 62%. Mais significativo ainda em relação ao IP atingido no segundo e terceiro grau: 54% . Os gráficos a seguir tentam dar uma visão mais geral das diferenças de visibilidade na primeira página dos elementos buscados que caracterizam respectivamente primeiro grau com ênfase informativa, o primeiro grau com ênfase em serviços e na análise conjunta do segundo e terceiro grau:

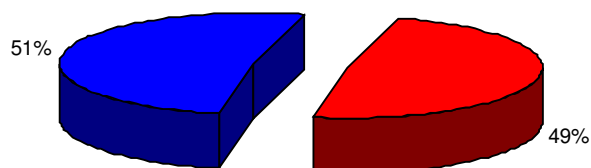
Visibilidade no primeiro grau com ênfase informativa (azul: elementos na *home page*; vermelho: elementos em páginas secundárias):



Visibilidade no primeiro grau com ênfase na prestação de serviços (azul: elementos na *home page*; vermelho: elementos em páginas secundárias):



Visibilidade no segundo e terceiro grau (azul: elementos na *home page*; vermelho: elementos em páginas secundárias):



Os poucos elementos do primeiro grau com ênfase na prestação de serviços detectados estão predominantemente expostos na primeira página do portal, sob o ponto de vista proporcional, possuem maior publicidade. Como as diferenças de IPs entre os três graus não

são fortemente significativas, acredita-se que haja uma tendência em dar maior visibilidade aos elementos de prestação de serviço. Não há, assim, necessariamente uma hegemonia de visibilidade destes elementos sobre os demais.

Do ponto de vista pragmático, isto pode apontar, hipoteticamente, para um possível crescimento da prestação de serviços no primeiro grau nos próximos anos: no mínimo este aspecto está sendo posto em evidência pelos governos municipais de forma diferenciada (o que poderia indicar a existência de interesse governamental em ampliar o emprego das TICs neste sentido)

3) *Sobre a ausência do quarto e do quinto grau* - é importante notar a significativa ausência do quarto e do quinto grau nos portais analisados. Nenhum dos elementos que compõem estes dois graus (nem mesmo qualquer elemento considerado “pouco significativo”) foi localizado na pesquisa. Especificamente em relação ao quarto grau, no máximo, o que se detectou em alguns portais foram informações sobre deliberação através do chamado Orçamento Participativo (OP), onde os cidadãos podem se reunir enquanto públicos, sistematicamente, para deliberar e decidir sobre a aplicação de recursos da prefeitura, destinada a obras ou projetos de interesse geral. Porém, não há referências sobre a utilização das TICs ou da Internet como meio de comunicação para viabilizar a participação neste mecanismo deliberacionista. Isto leva a crer que, embora haja práticas de deliberação pública na cultura política de alguns governos municipais das capitais brasileiras, as potencialidades das TICs (neste caso, a Internet) para otimizar estas práticas não estão sendo empregadas atualmente no Brasil, pelas maiores cidades do país. De certo modo, esta ausência pode ser explicada pelo fato de não existir referências normativas claras nas constituições dos estados liberais quanto à possibilidade de deliberação do público. A decisão está prevista para ser tomada pela esfera política governamental, ou seja, não são previstos mecanismos legais de

produção da decisão política pela esfera civil na forma deliberacionista (COLEMAN, 1999a:18).

Em relação ao quinto grau, não foi encontrada qualquer referência, ainda que textual, sobre qualquer elemento ou tema que possa ser vinculado às suas características. Esta ausência tão absoluta demonstra que a visão de democracia direta através do emprego das TICs, característica deste quinto grau, não ganhou força nos governos das capitais brasileiras (no que se refere ao uso da Internet). Pelo menos isto não repercutirá nos portais analisados, nem mesmo a título de discurso.

4) Sobre o problema da exclusão digital - um terceiro ponto que deve ser bem demarcado, em meio a este quadro de resultados e de dados levantado pela pesquisa, diz respeito ao problema da exclusão digital. A existência, muito aquém de uma consolidação ideal, dos três primeiros graus de democracia digital (com predominância para o primeiro grau, como já foi posto) é agravada por um dado importante: em termos gerais, apenas 9 portais governamentais¹⁵⁰ (dos 24 analisados) fazem alguma menção sobre a existência de programas de inclusão digital (em qualquer das categorias estipuladas nesta pesquisa); no que se refere à infraestrutura, também 9 portais fazem alguma referência à existência deste elemento¹⁵¹. Este fato demonstra que, além de atingirem graus elementares de democracia digital, os governos das capitais brasileiras não parecem tomar o tema da exclusão social de acesso as

¹⁵⁰ Cerca de 37% do *corpus* analisado. São eles: Aracaju (de 1º grau), Belém (de 1º grau), Belo Horizonte (de 1º e 2º graus), Curitiba (de 1º grau), Palmas (de 1º grau), Porto Alegre (de 1º e 3º graus), Recife (de 1º grau), Vitória (de 1º grau), e São Paulo (de 1º grau).

¹⁵¹ São eles: Aracaju (de 1º grau), Belém (de 1º grau), Belo Horizonte (de 1º e 2º graus), Curitiba (de 1º grau), Palmas (de 1º grau), Porto Alegre (de 1º e 3º graus), Recife (de 1º grau), Rio Branco (de 2º grau), e São Paulo (de 1º grau).

novas tecnologias como um fator fundamental para evitar o aumento das desigualdades entre cidadãos¹⁵².

Observando os detalhes deste resultado, nota-se, ainda, que apenas 2 portais (o de Belo Horizonte e Porto Alegre) acumulam características de programas de inclusão digital e infraestrutura pública de TICs que vão além do 1º grau: ou seja, quando existem, estes programas de inclusão digital elementos não atingem características de graus de participação democrática elevados. Paralelamente, percebe-se que a preocupação em tornar este elemento visível é bastante reduzida: menos da metade destes portais com resposta positiva para estes itens possuem referência nominal a eles na primeira página.

Este tema se torna ainda mais problemático ao retomarmos os índices de desempenho nos três graus detectados, cruzando-os com as atuais taxas de acesso à Internet nos estados brasileiros com, conforme a tabela seguinte:

	1º GRAU informação (IDs)	1º GRAU serviços (IDs)	2º e 3º GRAU (IDs)	Taxa de acesso à Internet nos respectivos estados das referidas capitais¹⁵³
Aracaju	40,00%	13,85%	3,85%	4,45%
Belém	25,60%	0,00%	0,00%	3,36%
Belo Horizonte	80,80%	53,08%	7,69%	6,18%
Campo Grande	58,40%	4,62%	11,54%	6,53%
Cuiabá	21,60%	4,62%	3,85%	4,83%
Curitiba	60,80%	29,23%	15,38%	8,74%
Florianópolis	52,80%	17,69%	11,54%	10,08%
Fortaleza	50,40%	17,69%	15,38%	3,34%
Goiânia	67,20%	16,92%	11,54%	4,50%
João Pessoa	49,60%	13,08%	11,54%	3,83%
Maceió	40,00%	16,15%	15,38%	2,97%
Manaus	28,80%	16,92%	7,69%	4,98%

¹⁵² A pesquisa foi concentrada na análise dos portais e nas informações neles dispostas. A ausência de informações sobre programas e infraestruturas de inclusão digital na maioria dos casos, não significa necessariamente que estes elementos inexistem no âmbito da administração municipal: alguns portais podem manter, hipoteticamente, algum tipo de programa ou infraestrutura sem expor sobre isso em seus respectivos portais. Obviamente que a pesquisa não alcança estes casos hipotéticos. Pressupõem-se aqui que ao não tornar pública (via portal) a existência destas ações, o governo não estaria dando a devida importância ao tema e logo isso refletiria em um baixo nível de preocupação com a questão. Sobretudo, a pesquisa aponta para esta ausência de preocupação governamental mais efetiva e não necessariamente para a inexistência destes elementos.

¹⁵³ A taxa significa o percentual da população que possui computador domiciliar com acesso à Internet, conforme dados do *Mapa da Exclusão Digital*, FGV/IBRE, CPS, 2003, p. 43.

Natal	42,40%	16,92%	11,54%	4,45%
Palmas	60,80%	16,92%	11,54%	1,79%
Porto Alegre	76,00%	28,46%	24,62%	8,21%
Porto Velho	40,80%	0,00%	19,23%	4,15%
Recife	65,60%	16,92%	11,54%	4,36%
Rio Branco	39,20%	3,85%	0,00%	6,68%
Rio de Janeiro	60,00%	28,46%	15,38%	12,81%
Salvador	56,00%	38,46%	11,54%	3,50%
São Luís	20,00%	13,85%	11,54%	1,44%
São Paulo	69,60%	30,77%	19,23%	15,12%
Teresina	6,40%	4,62%	11,54%	2,02%
Vitória	55,20%	27,69%	19,23%	7,54%
Média nacional	48,67%	17,95%	11,76%	8,31%

Deste cruzamento, é possível notar que há um grupo crítico, caracterizado por (1) uma taxa de acesso à Internet nos seus respectivos estados que fica abaixo da metade da média nacional; (2) baixos IDs de democracia digital nos três graus analisados e (3) não fazem qualquer referência textual sobre programas de inclusão digital. São eles:

Portal (cidade)	ID 1º grau (informativo)	ID 1º grau (serviços)	ID 2º grau e 3º grau	Taxa de acesso à Internet nos respectivos estados das
Cuiabá	21,60%	4,62%	3,85%	4,83%
Manaus	28,80%	16,92%	7,69%	4,98%
São Luís	20,00%	13,85%	11,54%	1,44%
Teresina	6,40%	4,62%	11,54%	2,02%

Um outro grupo de portais parece sustentar uma contradição entre taxa de acesso à Internet e IDs de democracia digital, o que do ponto de vista da inclusão seria um acirramento da condição dos já excluídos digitalmente: isto é, oferecem informação, serviço ou alguns elementos de participação política via TICs mas isso se torna privilégio de uma faixa demasiadamente restrita da população que possui o acesso a rede¹⁵⁴. Estes portais

¹⁵⁴ Obviamente que uma taxa de acesso a Internet de 8,31% para a média nacional por si só já é um acirramento da exclusão em termos nacionais. Também é uma faixa demasiadamente restrita da população que possui acesso às informações, serviços ou potencialidade de participação nos portais governamentais. A análise nesta seção está tomando como referencial as médias nacionais dos IDs e taxa de acesso à Internet, tentando demonstrar que existem casos que nem mesmo a média nacional (que pode ser considerada baixa em ambos os índices) é atingida.

possuem IDs razoavelmente desenvolvidos (em relação às médias nacionais obtidas), porém, também possuem taxas de acesso à Internet precárias em relação à média geral:

Portal (cidade)	ID 1º grau (informativo)	ID 1º grau (serviços)	ID 2º grau e 3º grau	Taxa de acesso à Internet nos respectivos estados das
Palmas	60,80%	16,92%	11,54%	1,79%
Maceió	40,00%	16,15%	15,38%	2,97%
Fortaleza	50,40%	17,69%	15,38%	3,34%
Goiânia	67,20%	16,92%	11,54%	4,50%
João Pessoa	49,60%	13,08%	11,54%	3,83%
Recife	65,60%	16,92%	11,54%	4,36%
Porto Velho	40,80%	0,00%	19,23%	4,15%
Salvador	56,00%	38,46%	11,54%	3,50%

Por fim, têm-se um último grupo de portais que possuem uma taxa de acesso à Internet em seus respectivos estados acima ou em torno da média nacional, conciliando isto a IDs relativamente altos em relação à média geral:

Portal (cidade)	ID 1º grau (informativo)	ID 1º grau (serviços)	ID 2º grau e 3º grau	Taxa de acesso à Internet nos respectivos estados das
Belo Horizonte	80,80%	53,08%	7,69%	6,18%
Curitiba	60,80%	29,23%	15,38%	8,74%
Florianópolis	52,80%	17,69%	11,54%	10,08%
Porto Alegre	76,00%	28,46%	24,62%	8,21%
Rio de Janeiro	60,00%	28,46%	15,38%	12,81%
São Paulo	69,60%	30,77%	19,23%	15,12%
Vitória	55,20%	27,69%	19,23%	7,54%

Destes sete portais, cinco fazem menção à programas de inclusão digital. (são eles: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Vitória).

CONCLUSÃO

Esta dissertação tentou investigar se e como as tecnologias da comunicação e informação estão sendo empregadas pelos governos das maiores cidades brasileiras para fomentar a participação democrática. Como foi analisado na primeira parte deste trabalho, as características do ciberespaço e as propensões idealizadoras presentes na relação cidade-democracia-TICs, sugerem, atualmente, mais continuidade histórica do que rupturas radicais. Estes aspectos também se manifestarão no emprego das TICs para incrementar a participação do cidadão nos processos de produção da decisão política. No caso específico do objeto analisado, as experiências do emprego da Internet pelos governos das maiores cidades agem sobre a democracia liberal vigente: não há rupturas à vista e não há elementos empíricos suficientes para apontar qualquer transformação radical deste sistema, apesar das esperanças de mudanças efetivas que são depositadas sobre as TICs:

Na área organizacional, a nova sociedade da informação permite a redução de custos no engajamento individual, a difusão facilitada de informação entre os membros, maiores relações horizontais entre eles e mecanismos de *feedback* mais eficientes. (CEPIK e EISENBERG, 2002, p. 302 -303)

Mesmo diante deste ideário, as tecnologias da comunicação e informação, por si, ainda não foram suficientes, no âmbito do objeto pesquisado, para promover alterações relevantes na participação política civil. Não há indícios de aumento do engajamento na participação política através das TICs, mesmo com a possível redução dos custos para tanto. O aumento da circulação de informação não tem relação direta com a produção da decisão política. A potencialidade da comunicação horizontal entre os cidadãos não tem repercutido efetivamente em uma horizontalidade na relação entre estes cidadãos e seus respectivos governos. O resultado do teste de *feedback* governamental também demonstra que boa parte

dos governos das cidades analisados (aproximadamente a metade) não tem preocupação em manter um canal eficiente de comunicação mais direta com o cidadão, quando este o solicita.

Todo este panorama teórico, sustentado pelos dados analisados na pesquisa, nos leva de volta aos questionamentos expostos no início deste trabalho e às hipóteses centrais ali levantadas, com algumas possíveis respostas e conclusões, no tocante às maiores cidades brasileiras, que podem ser retomadas da seguinte forma:

1) A esfera governamental das maiores cidades brasileiras exercita, na atual conjuntura histórica, uma democracia digital elementar, baseada na informação, ou, em segundo plano, na prestação de serviços públicos no formato “*delivery*”. Neste último caso, há uma clara concentração na prestação de serviços públicos voltados para a relação tributária entre cidadão e governo;

2) Não há ainda indícios de um tipo de participação política mais sofisticada, no âmbito da esfera governamental das capitais brasileiras, que aponte para o emprego das tecnologias da comunicação para um efetivo papel da esfera civil na produção da decisão pública: ela continua na esfera política, sem abertura efetiva de poder visando maior intervenção do cidadão comum. Mesmo com a expansão da Internet no Brasil e no mundo, não há indícios de que os governos analisados (através dos sítios oficiais) estejam caminhando para um concreto emprego deste *medium* para aumentar a participação do cidadão nos negócios públicos;

3) Não há provas empíricas de mudanças substanciais no sistema político governamental das maiores cidades brasileiras: a relação da esfera política com a esfera civil a partir do uso das TICs (através da Internet) mantém-se estruturalmente inalterada, com pequenas otimizações

na prestação de informação e relação tributária e com pouca preocupação nos processos de exclusão social que estas tecnologias podem agravar;

4) Confirma-se a hipótese de que há, atualmente, um sub-uso das potencialidades democráticas destas tecnologias da Comunicação pelos governos das maiores cidades brasileiras;

5) Confirma-se a hipótese de que as TICs ainda não representam rupturas do sistema democrático contemporâneo, pelo menos no âmbito do objeto analisado;

6) A análise das cidades com maiores desempenhos e as médias regionais obtidas, sustentam a hipótese de que o uso da Internet pelos governos das capitais está provavelmente refletindo a cultura política já existente nestas localidades;

7) Há diferenças políticas pontuais quanto ao uso das TICs entre os governos das capitais brasileiras, mas não se pode dizer que há diferenças estruturais importantes: fundamentalmente as cidades possuem perfis de uso bastante similar, quando analisados em linhas gerais;

8) Não há elementos empíricos que sustentem a hipótese de que as potencialidades políticas destas tecnologias da comunicação, somadas à tradição utópica inerente à concepção de cidade, estaria produzindo discursos idealizadores exacerbados. Pelo menos, isto não é exposto nos sítios governamentais analisados;

Todos estes pontos indicam que, apesar do discurso de modernização dos governos, presente em boa parte dos portais, há avanços pouco significativos: sobretudo não há níveis importantes de participação civil a ponto de promover alterações relevantes na cultura política.

Quanto à necessidade de concretização dos ideais da democracia digital, é possível concluir que existe hoje, nos governos das maiores cidades brasileiras, uma “negligência nas potencialidades de participação destas tecnologias” (LENK, 1999, p. 92)¹⁵⁵.

Observações para pesquisas futuras

Esta dissertação tentou contribuir para uma melhor compreensão de alguns dos problemas emergentes entre tecnologias da comunicação e informação e a política contemporânea, a partir do uso da Internet pela esfera governamental das maiores cidades brasileiras. Há clareza de que outros trabalhos sobre este tema precisam ser realizados e determinados elementos desta pesquisa necessitariam de aprofundamento. Algumas proposições para estudos futuros puderam ser levantadas durante o percurso deste trabalho:

- 1) Seria necessário verificar a hipótese de que prestação de serviço sinaliza um crescimento nos próximos anos, diante da maior visibilidade dada pelos governos quanto a este elemento;
- 2) É importante verificar se as pequenas cidades (ou outras cidades de médio porte) que não são capitais de unidades da federação teriam um perfil similar ao universo das grandes

¹⁵⁵ “It is also probable that steps in this direction will be undertaken in a climate where administrative reform so far has rather neglected democratic participation, but where a new consumer orientation joins forces with older tendencies to give people a say in decisions immediately concerning their lives. “

idades aqui estudado ou se teriam um perfil de democracia digital significativamente diferenciado em razão de suas peculiaridades demográficas e territoriais;

3) Torna-se relevante realizar pesquisas verificando como outras experiências consideradas “de excelência” , em outros países, se comportam quanto à utilização da Internet para aumentar a participação da esfera civil na produção da decisão política;

4) É necessário produzir estudos mais avançados em outras áreas do campo político, principalmente sobre a esfera política legislativa (câmaras de vereadores, assembleias legislativas e parlamentos federais) e sobre a esfera civil organizada (entidades de classe, associações, entidades não governamentais, federações);

5) A ausência de um número significativo de portais que não tratam do problema da exclusão digital requer estudos mais localizados sobre o tema, buscando informações mais efetivas sobre a real implementação e funcionamento dos programas de inclusão digital para além das informações disponibilizadas pelos governos nos portais oficiais;

6) Torna-se fundamental mover as pesquisas futuras para estudos específicos de recepção: como está ocorrendo a apropriação pelo usuário, diante das ferramentas e dos elementos característicos de cada grau analisado, quando eles existem.

7) É necessário produzir estudos similares nos portais do governo estadual e federal , dos poderes Legislativo e Judiciário. Com relação ao governo federal, supõe-se, por exemplo, que a existência de consultas públicas através dos portais dos ministérios pode demonstrar que há níveis mais avançados de participação do cidadão do que nos governos municipais analisados.

Os problemas e as potencialidades da democracia digital que se estruturam desde o final de século XX são amplos e tendem, nos próximos anos, a solicitar mais formulações teóricas e mais investigações empíricas. Acredita-se, por fim, que este é um campo fértil para o conhecimento e carente dele.

Referências:

AIKENS, G.S. Deweyan systems in the Information Age. In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.). **Digital Democracy: discourse and decision making in the information age**. London: Routledge, 1999. p. 154-178

ALLAN, S. Mediating Citizenship: On-line journalism and the public sphere new voices. **Development**, 46 (1), p. 30-40, 2003

AVEIRO DIGITAL. **Programa 2003-2006**. Aveiro: CEAD, 2003.

BARBER, Benjamin R. **Strong Democracy: participatory politics for a new age**. London e Los Angeles: University of California Press, 1984

BECKERS, D., BESSELAAR, P. van den. e MELIS, I. Digital cities: organization, content, and use. In: ISHIDA, T. ; ISBISTER, K. (Org.). **Digital Cities: experiences, technologies and future perspectives**. Berlin: Lecture Notes in Computer Science, 2000, p. 18-32 (Vol. 1765).

BENEDIKT, Michael. Cyberspace: some Proposals. In: BENEDIKT, M. (org). **Cyberspace: first steps**. Londres: MIT Press, 1991. p 119-224.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.;PASQUINO,G. **Dicionário de política**. 4ª ed. Brasília: Edunb, 1992 (vol.I e II)

BOLAÑO, César. Rádio, TV, Internet: impressões sobre a teoria do rádio de Brecht. **Revista de Economía Política de las tecnologías de la información y comunicación**, 5 (2), p. 5-16, 2003

BOLTER, J.D; GRUSIN, R. **Remediation: understanding new media**. Cambridge: MIT Press, 1999.

BRANTS, L. e FRANCISSEN, K. Virtual Going Places, Square Hopping in Amsterdam's Digital City. In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI D.; BRYAN, C. (Org.). **Cyberdemocracy: Technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998. p. 18-40.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de maio de 2000. Seção I, art. 48.

BRECHT, Bertold. Teorias de la radio (1927-1932). **Revista de Economía Política de las tecnologías de la información y comunicación**, 5 (2), p. 17-20, 2003

BRETON, Philippe. **A utopia da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992 (Col. Epistemologia e Sociedade)

- BRYAN, C. Manchester: democratic implications of an economic initiative? In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI D.; BRYAN, C. (Org.). **Cyberdemocracy: Technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998. p. 152-166.
- BUCHSTEIN, Hubertus. Bytes that Bite: the Internet and deliberative democracy. **Constellations**, 4 (2), p. 248-263, 1997
- CAMPANELA, Tommaso. A cidade do sol. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Vol. XII)
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (Vol. I)
- CASTELLS, Manuel. **The Internet Galaxy: reflections on the Internet, Business and Society**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- EISENBERG, J. e CEPIK, M. Internet e as instituições políticas semiperiféricas. In: EISENBERG, J. e CEPIK, M. (org) **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 278-293
- COLEMAN, Stephen. Cutting out the middle man: from virtual representation to direct deliberation. In: **Digital Democracy: discourse and decision Making in the Information Age**. London: Routledge, 1999a. p. 195 –210.
- COLEMAN, Stephen. Can the New Media Invigorate Democracy ? **The Political Quarterly**, 70 (1), p. 16-22, , 1999b.
- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Estudo sobre o culto, o direito e instituições da Grécia e de Roma. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1957 (Vol I e II)
- DAHLBERG, Lincoln. Democracy via cyberspace: mapping the rhetorics and practices of three prominent camps. **New media & society**, (3) 2, p. 157-177, 2001.
- DEAN, J. Virtually Citizens. **Constellations**, 4 (2), p. 264-282, 1997.
- DEAN, J. Why the Net is not a Public Sphere. **Constellations**, 10 (1), p. 95-112, 2003.
- DELLOITE RESEARCH. **At the dawn of e-government: the citizen as customer**. Nova York: Deloitte Consulting and Deloitte & Touche, 2000. < disponível <http://www.dc.com/research> > Acesso em 10 set. 2004.
- DOCTER, S. e DUTTON, W. H. The first amendment online: Santa Monica's Public. Em: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI D.; BRYAN, C. (Org.). **Cyberdemocracy: Technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998. p. 125-151.
- DOCTER, S.; DUTTON, W. The social shaping of The Democracy Network (Dnet). In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.). **Digital Democracy: discourse and decision Making in the Information Age**. London: Routledge, 1999. p. 222-243.

DOWNEY, O.; FENTON, N. New Media, Counter Publicity and the Public Sphere. **New media & society**, 5 (2), p. 185-202, 2003.

ECHEVERRÍA, Javier. **Telépolis**, 1994. Disponível em <
http://www.uap.edu.ar/signos/?accion=mostrar_pagina&id=48 >acesso em 15 ago. 2004

FERGUSON, Martin. Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, J. e CEPIK, M. (org) **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 103-140

FERREIRA, Paulo Henrique de Oliveira **O jornalismo e as tecnologias de informação on-line: do telégrafo à Internet móvel**. Florianópolis: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004. Disponível em :
http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20da%20midia%20digital/midia_digital_paulo.doc >. Acesso em 18 nov. 2004.

FIRMINO, Rodrigo José. **A emergência das cidades digitais na Europa como estratégia de desenvolvimento tecnológico local: Artuépia (Bélgica) e New Castle (Reino Unido)**. São Paulo: Gestão de Tecnologia Social (GTS), 2003. In: Cd oficial de exposições do seminário Cibercity.

FISHKIN, James S. Possibilidades democráticas virtuais: perspectivas da democracia via Internet. In: EISENBERG, J. e CEPIK, M. (org) **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 17-45.

FRAGOSO, Suely. **Um e Muitos Ciberespaços**. Apresentado na 12ª Reunião Anual da COMPOS, GT Tecnologias informacionais de Comunicação e Sociedade. Recife: UFPE, 2003

FREY, Klaus. Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, J. ; CEPIK, M. (Org.) **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 141 –163.

GANDY JR, Oscar H. The Real Digital Divide: citizens versus consumers. In: LIEVROUW, Leah A.; LIVINGSTONE, Sonia (Org). **Handbook of new media: social shaping and consequences of ICTs**. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications, 2002, p. 448-459.

GIBSON, W. **Neuromancer**. 3ª ed. São Paulo: Aleph, 2003.

GIMMLER, Antje. Deliberative democracy, the public sphere and the Internet. **Philosophy & Social Criticism**, 27 (4), p. 21-39, 2001.

GOMES, Wilson. Esfera pública e media: com Habermas contra Habermas. In: RUBIM, A. Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria G.; PINTO, Milton José (Org.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998, p.155-185.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media II. In: RUBIM, A. Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene; PINTO, Milton José (Org.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. Porto Alegre: UNISINOS, 1999, p. 203-231.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2004a.

GOMES, Wilson. Ciberdemocracia: possibilidades e limites. Conferência Inaugural do **II Congresso Ibérico de Comunicação**, 2004b, Covilhã, Portugal (Inédito).

GRAHAM, Stephen. Beyond the 'dazzling light': from dreams of transcendence to the 'remediation' of urban life. **New media & society**, (6) 1, p. 16-25, 2004

GUIDI, Leda. Democracia eletrônica em Bolonha: a rede Iperbole e a construção de uma comunidade participativa on-line. In: EISENBERG, J. ; CEPIK, M. (Org.) **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 164-190.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. **Democracy and Disagreement**. London, Cambridge e Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

HAGUE, B. N; LOADER B.D. Digital Democracy: An Introduction. In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.). **Digital Democracy: discourse and decision Making in the Information Age**. London: Routledge, 1999. p. 3-22 .

ISHIDA, Toru. Understanding digital cities. In: ISHIDA, T. ; ISBISTER, K. (Org.) **Digital Cities: experiences, technologies and future perspectives**. Berlin: Lecture Notes in Computer Science, 2000 (Vol. 1765)

JOSS, S. Toward the Public Sphere: Reflections on the Development of Participatory Technology Assessment, **Bulletin of Science, Technology & Society**, 22 (3), p. 220-231, 2002.

KAKABADSE, A.; KAKABADSE, N.K.; KOUZMIN, A. Reinventing the Democratic Governance Project through Information Technology? A Growing Agenda for Debate. **Public Administration Review**, 63 (1), p. 44-60, 2003.

KINDER, Tony. Vote early, vote often? Tele-democracy in european cities. **Public Administration**, Oxford e Malden, 80 (3), p. 557-582, 2002.

LEMOS, André. **Cibercidades: um modelo de inteligência coletiva**. São Paulo: Gestão de Tecnologia Social (GTS), 2003. In: Cd oficial de exposições do seminário Cibercity.

LEMOS, André. As Estruturas Antropológicas do Ciberespaço, In **Textos**, n.36. Salvador: Facom/UFBa, 1997.

LEMOS, André. Cibercidades. In: LEMOS, A.; PALACIOS, M. (Org.). **Janelas do ciberespaço**. Comunicação e cibercultura. Porto Alegre: Editora Sulina, 2000. p. 09-38.

LENK, K. Electronic support of citizen participation in planning processes In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.). **Digital Democracy**: discourse and decision Making in the Information Age. London: Routledge, 1999. p. 87-95.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1995.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIEVROUW, Leah A. e LIVINGSTONE, Sonia. The Social Shaping and Consequences of ICTs. In: LIEVROUW, Leah A.; LIVINGSTONE, Sonia (org). **Handbook of new media**: social shaping and consequences of ICTs. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications, 2002. p. 1-15.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, J. e CEPIK, M. (Org.). **Internet e Política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 46-72

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e internet como esfera pública virtual: Aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: MOTTA L. G. (Org.), **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Editora da UnB, 2002b. p. 107-128.

MALINA, A. Perspectives on citizen democratization and alienation in the virtual public sphere. In: **Digital Democracy**: discourse and decision Making in the Information Age. London: Routledge, 1999. p. 23-38.

MANOVICH, Lev. **The language of New Media**. Cambridge. MIT Press, 2001

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Dimensões da ciberdemocracia**: conceitos e experiências fundamentais. 2004. 196 f. Dissertação (mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MATTELART, Armand. **História da utopia planetária**: da cidade profética a sociedade global. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

MITCHELL, William J. **City of bits**. 1995. Disponível em < http://mitpress2.mit.edu/e-books/City_of_Bits/ > Acesso em 5 de jun. 2004.

MITCHELL, William J., **E-topia**: a vida urbana, mas não como a conhecemos. São Paulo: Editora Senac, 2002.

MOORE, R. K. Democracy and cyberspace. In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.). **Digital Democracy**: discourse and decision Making in the Information Age. London: Routledge, 1999. p. 39-9.

- MORUS, Tomás. **A Utopia ou tratado da melhor forma de governo**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997 (Col. L&PM Pocket, vol 76)
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965 (Col. Espírito do nosso tempo, Vol. I e II)
- MURRAY, Janet H. **Hamlet no Holodeck**. O futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- MUSSO, Pierre. **Télécommunications et philosophie des reseaux**: La postérité paradoxale de Saint-Simon. Paris: Press Universitaires de France, 1997.
- NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- NIXON, P.; JOHANSSON, H. Transparency through technology: the internet and political parties. In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.) **Digital Democracy**: discourse and decision Making in the Information Age. London: Routledge, 1999. p. 135-153.
- PALACIOS, Marcos. **Internet as system and environment in cyberspace**: preliminary ideas from ongoing research. In: Triple C 1 (2), p. 95-104, 2003. Disponível em <http://tripec.uti.at/articles>. Acesso em 10/03/2004.
- PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere: The Internet as a public sphere. **New media & society**, 4 (1), p. 9-27, 2002.
- PAPACHARISSI, Z. Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. **New media & society**, 6(2), p. 259-283, 2004
- PLATÃO. **Diálogos III**: a República. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999 (Col. Clássicos de Bolso).
- RHEINGOLD, H., **A Comunidade Virtual**. Lisboa: Editora Gradiva, 1996.
- RICHARD, E. Tools of governance. In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.) **Digital Democracy**: discourse and decision Making in the Information Age. London: Routledge, 1999. p. 73-86.
- SAVIGNY, H. Public Opinion, Political Communication and the Internet. **Politics**, 22 (1), p. 1-8, 2002.
- SCHMIDTKE, Oliver. Berlin in the Net: prospects for cyberdemocracy from above and from below. In: TSAGAROUSIANOU, R; TAMBINI, D.; BRYAN, C. (Org.) **Cyberdemocracy**: Technology, cities and civic networks. London: Routledge, 1998 p. 60-83.
- SILVA, Sivaldo Pereira da. **Democracia, Internet e territorialidade urbana**: estudo comparativo de democracia digital nos portais das três maiores metrópoles brasileiras, 2004 (inédito).

SILVA, Sivaldo Pereira da. Utopia urbana e comunicação mediada por computadores: a metáfora da cidade no ciberespaço. In: SAMPAIO, Adriano; COELHO, L.R.; SILVA, Sivaldo P. da. **Temas em comunicação e cultura contemporâneas IV**. Salvador: Póscom-Ufba, 2003, p. 30-47

SIMON, William H. Three Limitations of Deliberative Democracy: identity politics, bad faith, and indeterminacy. In: MACEDO, S. (org). **Deliberative Politics**: essays on democracy and disagreement. Oxford e New York: Oxford University Press, 1999, p. 49-57.

SPINELLI, Martin. Democratic rhetoric and emergent media: the marketing of participatory community on radio and the Internet. **International Journal of Cultural Studies**, 3 (2), p. 268-278, 2000.

STEIN, Laura e SINHA, Nikhil. New Global and Communication Policy: the role of the state in the twenty-first century. In: LIEVROUW, Leah A.; LIVINGSTONE, Sonia (Org). **Handbook of new media**: social shaping and consequences of ICTs. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications, 2002, p. 410-431

TAMBINI, D. Civic networking and universal rights to connectivity: Bologna. In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI D.; BRYAN, C. (Org.). **Cyberdemocracy**: Technology, cities and civic networks. London: Routledge, 1998. p. 84 –109.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. São Paulo: Record, 1995

TSAGAROUSIANOU, R. Back to the future of democracy? New technologies, civic networks and direct democracy in Greece. In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI D.; BRYAN, C. (Org.). **Cyberdemocracy**: Technology, cities and civic networks. London: Routledge, 1998a. p. 41-60.

TSAGAROUSIANOU, R. Electronic democracy and the public sphere: opportunities and challenges. In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI, D.; BRYAN, C. (Org.) **Cyberdemocracy**: Technology, cities and civic networks. London: Routledge, 1998b. p. 167-178.

VILCHES, Lorenzo. **A migração digital**. São Paulo: Edições Loyola. 2003 (Coleção Comunicação Contemporânea).

WEARE, C.; MUSSO, J.A.; HALE, M.L. Developing digital democracy: evidence from Californian municipal web pages. In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.). **Digital Democracy**: discourse and decision Making in the Information Age. London: Routledge, 1999a. p. 96-115.

WEARE, C.; MUSSO, J.A.; HALE, M.L. Electronic and the diffusion of municipal web pages in California. **Administration & Society**, 31(1), p. 3-27, 1999b.

WEBSTER, Frank. The Information Society Revisited. In: LIEVROUW, Leah A.; LIVINGSTONE, Sonia (org). **Handbook of new media**: social shaping and consequences of ICTs. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications, 2002. p. 23-33

WILHELM, Anthony G. Virtual sounding boards: how deliberative is online political discussion. In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.). **Digital Democracy**: discourse and decision Making in the Information Age. London: Routledge, 1999. p. 154-178.

WOLTON, Dominique. **E depois da Internet?** Para uma teoria crítica dos novos médias. Algés: Difel, 2001

WRISTON, Walter B. Freedom and democracy in the Information Age. **Technology in Society**, 26, p. 321–325, 2004

ZANCHETI, Silvio Menezes. **Cidade e Ciberespaço públicos: será possível.** São Paulo: Gestão de Tecnologia Social (GTS), 2003. In: Cd oficial de exposições do seminário Cibercity.

Bibliografia consultada:

ARENDT, Hannah, **A condição Humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARBER, Zaheer. New Media, New Politics? The Internet and the Prospects for Digital Democracy. **Bulletin of Science, Technology & Society**, 23 (2), p. 125-128, 2003

BARBOSA, Suzana; CANESSO, N.S. Política e participação nas cidades digitais e comunidades em rede. In: LEMOS, A (Org.). **Cibercidades**: as cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. p. 175-206

BELL, Daniel A. Democratic deliberation: the problem of implementation. In: MACEDO, S. (org). **Deliberative Politics**: essays on democracy and disagreement. Oxford University Press: Oxford e New York, 1999, p. 70-87.

CANCLINI, Néstor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação, **Opinião Pública**, 8 (1), p.40-53, 2002

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A cidade-Estado antiga.** São Paulo: Ática, 1993 (Série Princípios).

CHAMBERS, Simone. Democracy, Popular Sovereignty, and Constitutional Legitimacy, **Constellations**, 11 (2), p. 153-173, 2004

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião.** O novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998

CHEVRET, C. Le vote électronique par Internet: du déplacement du rituel électoral à la perte de la symbolique républicaine. **Esprit critique**, 5 (4), 2003. Disponível em <http://www.espritcritique.org>

CLIFT, Steven. **E-Democracy, E-Governance and Public Net-Work**. Disponível em: <http://publicus.net/articles/edempublicnetwork.html> > acesso em 03 dez. 2004.

FREITAG, Bárbara. **Cidade dos Homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002

FUNG, A. Identity politics, resistance and new media technologies: a foucauldian approach to the study of the HKnet. **New Media & Society**, 4 (2), p. 185-204, 2002

GALSTON, William A. Diversity, toleration, and deliberative democracy: religious minorities and public schooling. In: MACEDO, S. (Org). **Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement**. Oxford e New York: Oxford University Press, 1999. p. 39-48.

GIBSON, R. Elections online: assessing Internet voting in light of the Arizona Democrat primary. **Political Science Quarterly**, 116 (4), p. 561-83, 2002

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003 (vol. I e II)

HOLLIDAY, Ian; KWOK, Rebecca C.W. Governance in the information age: building e-government in Hong Kong. **New Media & Society**, 6(4), p. 549-570, 2004

JANKOWSKI, Nicholas W. **Creating Community with Media: History, Theories and Scientific Investigations**. In: LIEVROUW, Leah A.; LIVINGSTONE, Sonia (Org). **Handbook of new media: social shaping and consequences of ICTs**. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications, 2002, p. 34-49

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000

KEANE, John. Transformações estruturais da esfera pública. **Comunicação & Política**, 3 (2), p. 6-29, 1996

KANG, Myungkoo. Beyond underdevelopment of the public sphere: democratizing Internet governance in Asia. **Info**, 3 (4) , p 348-358, 2001

KIM, Joohoan. **On the interactions of News Media, Interpersonal communication, opinion formation, and participation: deliberative democracy and the public sphere**. Pennsylvania: Dissertation.com, 1997

KIM, Sung Tae; WEAVER, David Communication research about the internet: a thematic meta-analysis, **New Media & Society**, 4 (4), p. 518-538, 2002

KOBRIN, Stephen J. Territoriality and the Governance of Cyberspace. **Journal of International Business Studies**, 32 (4), p. 687-690, 2001

LACROIX, Jean-Yves. **A Utopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996

LEMONS, André. **Ciber-Socialidade. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/cibersoc.html>. > Acesso em 29 mar. 2001.

- LEMOS, André. **Cidade-cyborg**. 2003 (no prelo)
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996
- LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**. a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras. 1991
- LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Antropos, 1983
- LOPES, Conceição. Cibercidade = cidade ? In: LEMOS, A (Org.). **Cibercidades**: as cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. p. 9-18
- LOVE, James. **Democracy, privatization and the governance of cyberspace**: an alternative view of the OECD meeting on electronic commerce. **Info**, 1 (1), p. 16-22, 1999
- LUBISCO, Nídia. M.L. e VIEIRA. **Manual de estilo acadêmico**: monografias, dissertações e teses. 2ª ed. Salvador: Edufba, 2003
- MAMEDE, José. Arquitetura de cidades digitais: notas para uma abordagem comunicacional do web urbanismo. In: LEMOS, A (Org.). **Cibercidades**: as cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. p. 281-292
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (col. Leitura)
- MARCHE, Sunny; MCNIVEN, James D. E-government and e-governance: The future isn't what it used to be. **Canadian Journal of Administrative Sciences**, 20 (1), p. 74-86, 2003
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Haverá vida após a internet?** São Paulo: 2001. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/ciro1.html> > acesso em 10 nov. 2004
- MILNER, E. Electronic government: more than just a "good thing"? A question of "ACCESS". In: HAGUE, B.; LOADER, B.D. (Org.). **Digital Democracy**: discourse and decision Making in the Information Age. London: Routledge, 1999. p. 63-72.
- MIRANDA, José Bragança de. Espaço público, política e mediação. **Revista de Comunicação e Linguagens**, 21 (22), p.: 129-148, 1995
- MITRA, Ananda. Marginal voices in Cyberspace. **New Media & Society**, 3 (1), p. 29-48, 2001
- MORAES, Denis de. **O concreto e o virtual**: mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MORAES, Patrícia Barros. Propostas e desafios nas cidades digitais. In: LEMOS, A (Org.). **Cibercidades**: as cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. p. 27-42
- MOTHE, John de la. The institutional governance of technology, society, and innovation. **Technology in Society**, 26, p. 523-536, 2004

SHAPIRO, Ian. Enough of Deliberation: politics is about interests and power. In: MACEDO, S. (Org). **Deliberative Politics**: essays on democracy and disagreement. Oxford e New York: Oxford University Press, 1999, p. 28-38

SCHAUER, Frederick. Talking as a Decision Procedure. In: MACEDO, S. (org). **Deliberative Politics**: essays on democracy and disagreement. Oxford e New York: Oxford University Press, 1999, p. 17-27

SELWY, Neil. Apart from technology: understanding people's non-use of information and communication technologies in everyday life. **Technology in Society**, 25, p. 99-116, 2003.

PALACIOS, Marcos. Mito e Potência das Cibercidades. **Correio Web**. Brasília. 16 dez. 2001. Disponível em <http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-12-16/mat_24886.htm> Acesso em: 02 jul. 2004.

PALACIOS, Marcos. Polarização, inclusão e exclusão social: uma proposta de monitoramento do projeto Aveiro Digital. In: LEMOS, A (Org.). **Cibercidades**: as cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. p. 131-150

PICCINI, Mabel. Sobre a comunicação nas grandes cidades. **Opinião Pública**, 9 (2), p. 01-19, 2003

POSTER, Mark. **CyberDemocracy: Internet and the Public Sphere**. Irvine, 1995. Disponível em <<http://www.hnet.uci.edu/mposter/writings/democ.html>> Acesso em: 15 dez. 2004.

PRATTIPRATI, Satya N. Adoption of e-Governance: Differences between countries in the use of online government services. **Journal of American Academy of Business**, 3 (1/2), p. 386-391, 2003

SANTOS, H.. Cibercidades e o exercício da cidadania interativa In: LEMOS, A (Org.). **Cibercidades**: as cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. p. 207-218

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994

SCHNEIDER, Steven M.; FOOT, Kirsten A. The web as an object of study. **New Media & Society**, 6(1), p. 114-122, 2004

SCHUDSON, Michael A "esfera pública" e os seus problemas: Reintroduzir a questão do Estado. **Revista de Comunicação e Linguagens**, 21-22: 149-166, 1995

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital**: A miséria na era da informação. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. O novo desafio da democracia na Sociedade da Informação. In: **Anuário de Jornalismo Cásper Líbero**. São Paulo: IPSIS, 2000.

SWARTZ, Gilson. **Vida e Política na Cidade do Conhecimento**: anotações sobre o projeto do IEA. Disponível em <http://www.cidade.usp.br/textos/vidaepolitica.html> > Acesso em 02 out. 2002

O escândalo político. Poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998

VESSURI, H. Science, politics, and democratic participation in policy-making: a Latin American view . **Technology in Society**, 25, p. 263–273, 2003

WALZER, Michael. Deliberation, and What Else ? In: MACEDO, S. (org). **Deliberative Politics**: essays on democracy and disagreement. Oxford e New York: Oxford University Press, 1999, p. 58-69

WEBER, Maria Helena . **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000

Endereços eletrônicos

Center for Technology in Government Home Page
<http://www.ctg.albany.edu/>

Centre for Urban Technology- Welcome
<http://www.ncl.ac.uk/cut/>

Cidade do Conhecimento
www.cidade.usp.br

Cidade digital de Amsterdã (De Digitale Stad)
<http://www.dds.nl>

Coruna Virtual
<http://www.iranon.com/coruna.htm>

Digital city
<http://www.digitalcity.com>

Digital City Linz
<http://www.linz.at/>

Digital City Bristol
<http://www.bristol.digitalcity.org>

European Digital Cities
<http://www.edc.eu.int>

Free Digital City Seminars
<http://www.esri.com/industries/localgov/digcity.html>

Grupo de Estudos de Informação e Comunicação
www.ime.usp.br/~edic

Grupo de pesquisa Cibercidades – Facom/Ufba
www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/cibercidades

Projeto Kyoto Digital City (extinto, mas com sítio ainda em funcionamento)
<http://www.digitalcity.gr.jp/meetings/kyoto-meeting>

Projeto InfoCities
www.infocities.eu.int/htm/body_info.htm

Projeto Information Society Initiative
www.isi.gov.uk/isi

Projeto Smart Communities
<http://smartcommunities.ic.gc.ca>

Projeto Community Access
<http://cap.ic.gc.ca>

Projeto About Living Memory.
<http://lime.qmced.ac.uk/AboutLM2.htm>

Projeto Aveiro Cidade Digital
<http://www.aveiro-digital.pt>

Portal da Prefeitura Municipal de Aracaju
<http://www.aracaju.se.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Belém
<http://www.prefeituradebelem.com.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
<http://portal2.pbh.gov.br/pbh/index.html>

Portal da Prefeitura Municipal de Campo Grande
<http://www.campogrande.ms.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Cuiabá
<http://www.cuiaba.mt.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Curitiba

<http://www.curitiba.pr.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Florianópolis
<http://www.florianopolis.sc.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Fortaleza
<http://www.fortaleza.ce.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Goiânia
<http://www.goiania.go.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de João Pessoa
<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Maceió
<http://www.maceio.al.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Manaus
<http://www.pmm.am.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Natal
<http://www.natal.rn.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Palmas
<http://www.palmas.to.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
<http://www.portoalegre.rs.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Porto Velho
<http://www.portovelho.ro.gov.br>

Portal da Prefeitura Municipal de Recife
<http://www.recife.pe.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Rio Branco
<http://www.pmrba.ac.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro
<http://www.rio.rj.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Salvador
<http://www.pms.ba.gov.br>

Portal da Prefeitura Municipal de São Luís
<http://www.portal.saoluis.ma.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/>

Portal da Prefeitura Municipal de Teresina
<http://www.teresina.pi.gov.br>

Portal da Prefeitura Municipal de Vitória
<http://www.vitoria.es.gov.br/home.htm>

Rede cívica Bologna Iperbole
<http://www.comune.bologna.it/>

Virtual Brighton & Hove
<http://www.brighton.co.uk/>

Virtual City - International conference in Cyberculture
<http://www.soc.lu.se/vcity/>

Virtual Manchester
<http://www.manchester/com/home.html>

APENDICE

Planilha de coleta de dados - graus de democracia digital
Aplicação direcionada aos portais governamentais de prefeituras brasileiras
 (versão 3.0. beta)

Identificação			
Nome da cidade/Estado:			
Número de habitantes: : ..			
Categorização urbana: () pequeno porte () médio porte () grande porte			
Endereço do portal examinado:			
<i>e-mail</i> do órgão central do governo:			
Dia/ mês/ ano /// hora da aplicação da planilha:			
Tempo de aplicação:			
1. Primeiro grau (com ênfase informativa)			
1.1. Existência de sítio na Internet em operação. (pré requisito)	sim	não	obs.: marcação única
1.2. Presença de informações genéricas sobre a circunscrição geopolítica (econômicas, culturais, turísticas, históricas, informações geográficas, informações étnicas)	sim	não	Tipo de conteúdo: () informações históricas () informações turísticas () informações geográficas () informações econômicas () informações étnicas obs.: marcação múltipla (quando necessário)
			Em caso de resposta positiva

		<p>Visibilidade :</p> <p>() todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal do portal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)?</p> <p>() nem todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() nenhum dos <i>links</i> encontrados está na página principal (todos estão em páginas secundárias) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>obs.: marcação única</p>	
<p>1.3. Presença de informações institucionais categoria "B": acessibilidade comunicacional/informacional (endereços de órgãos/secretarias, telefones/fax ; <i>e-mail</i>; endereço eletrônico (www) de órgãos/secretarias; informações sobre o funcionamento de órgãos/secretarias</p> <p>obs. Buscar na página principal e no nível de <i>link</i> seguinte do tipo "contato", "fale conosco", "ouvidoria".</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo de ferramenta de interface:</p> <p>() existência de correio eletrônico (<i>e-mail</i>) da sede do governo; e-mail genérico com função de "atendimento geral", disposto na página inicial do portal ou no <i>link</i> "contatos" ; ou existência de formulário <i>on line</i> para solicitar informação;</p> <p>() existência de correio eletrônico (<i>e-mail</i>) de órgãos/secretarias, disposto no sítio ou formulário que direcione pedido de informações para os órgãos/secretarias;</p> <p>() disposição de endereços www de órgãos/secretarias no sítio</p> <p>() informações sobre funcionamento da sede do governo ou de órgãos/secretarias (para que serve o órgão; horário de atendimento ao público; como o público deve proceder para ser atendido <i>in locu</i>)</p> <p>() existência de endereço físico ou telefone/fax da sede do governo disposto no sítio</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

		<p>Visibilidade :</p> <p>() todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal do portal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)?</p> <p>() nem todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() nenhum dos <i>links</i> encontrados está na página principal (todos estão em páginas secundárias) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>obs.: marcação única</p>	
<p>1.4. Presença de informações institucionais categoria A: legislação (Leis, estatutos, decretos, plano diretor da cidade etc)</p> <p>obs. Buscar no nível de <i>link</i> "Leis", "legislação" ou digitar as palavras "Lei" ou "Leis" ou "Legislação" na ferramenta de busca.</p> <p>obs2: caso não haja uma secção específica sobre legislação explícita, mas se a ferramenta de busca contiver uma opção para busca em legislação, considerar marcação em "informações em secção delimitada no <i>site</i>"</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo de conteúdo:</p> <p>() Diário oficial do município () Leis de modo geral</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <hr/> <p>Visibilidade I :</p> <p>() informações em secção delimitada (unificada) no portal ? obs. ou seja, há um <i>link</i> geral que abarca todas (ou a maioria ou as leis mais genéricas da municipalidade) no portal.</p> <p>() informações dispersas, sem estar localizada em área específica no portal? obs. Ou seja, não existe um <i>link</i> unificador de toda a legislação (ou da maioria da legislação ou das leis mais gerais da municipalidade). Existe <i>link</i> sobre legislação específica.</p> <p>obs.: marcação única</p> <hr/> <p>Visibilidade II:</p> <p>() <i>link</i> na página principal do portal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

<p>1.5. Presença de notícias categoria B: informação noticiosa sobre fato decidido (sobre decisões políticas), jurídicas ou administrativas já executadas (Ex: projeto de lei aprovado; <i>download</i> de Leis municipais; informação sobre obra pública concluída etc)</p> <p>obs. procurar na <i>home</i> do portal ou no menu principal o <i>link</i> “notícias”. Caso este elemento não esteja visível na <i>home</i>, procurar nos <i>links</i> que levam ao endereço <i>www</i> de cada uma das secretarias e órgãos municipais: procurar na primeira página (do <i>site</i> das secretarias) e no menu principal do <i>site</i> das respectivas secretarias este sobre notícias <i>link</i> (ou <i>link</i> similar).</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Visibilidade I:</p> <p>() notícias em seção ou <i>link</i> delimitado no portal ? obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento</p> <p>() notícias não estão delimitadas (sem seção com notícias ou <i>link</i>) ? obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento</p> <p>obs.: marcação única</p> <hr/> <p>Visibilidade II:</p> <p>() este elemento está na página principal (<i>home</i>) do portal obs. considerar positivo quando este elemento aparecer na página principal do portal.</p> <p>() este elemento está em páginas secundárias. obs. quando este elemento aparecer em páginas secundárias que não sejam a <i>home</i> (ex. no <i>site</i> da secretaria de finanças; secretaria de comunicação; secretaria de saúde etc).</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>1.6. Presença de notícias categoria A: informações noticiosas de caráter político ou de ações governamentais que ainda serão tomadas (Ex: projeto de lei encaminhado, ainda sob debate no legislativo; obra pública que será implementada etc)</p> <p>obs1. procurar na <i>home</i> do portal ou no menu principal o <i>link</i> “notícias”. Caso este elemento não esteja visível na <i>home</i>, procurar nos <i>links</i> que levam ao endereço <i>www</i> de cada uma das secretarias e órgãos municipais: procurar na primeira página (do <i>site</i> das secretarias) e no menu principal do <i>site</i> das respectivas secretarias este sobre notícias <i>link</i> (ou <i>link</i> similar).</p> <p>obs2: Especificamente para a</p>	<p><u>1ª consulta:</u></p> <p>sim</p> <p>não</p> <p><u>2ª consulta:</u></p> <p>sim</p> <p>não</p>	<p>Visibilidade I:</p> <p>() esta categoria de notícias em seção ou <i>link</i> delimitado (s) no portal obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este tipo de elemento (tipo: "futuras ações do governo" e similares)</p> <p>() esta categoria de está notícias não estão delimitadas. obs. ou seja, esta categoria de notícia não está delimitada quando não há denominação definidora clara do tipo "ações futuras do governo " e similares</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

<p>categoria “b”, acrescentar ao método de busca um limitador: considerar a busca no universo de uma amostragem de 100 notícias cronologicamente anteriores ao momento de aplicação da planilha.</p>	<p>3ª consulta:</p> <p>sim</p> <p>não</p>	<p>Visibilidade II:</p> <p>() está na página principal (<i>home</i>) do portal obs. considerar positivo quando este elemento aparecer na página principal do portal.</p> <p>() está em páginas secundárias. obs. quando este elemento aparecer em páginas secundárias que não sejam a <i>home</i> (ex. no <i>site</i> da secretaria de finanças; secretaria de comunicação; secretaria de saúde etc).</p> <p>() não existe um <i>link</i> específico para este elemento. (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>obs.: marcação única</p>	
<p>1.7. <i>Feedback</i> informativo categoria B questão “genérica” de fácil resposta via correio eletrônico (Ex: “genérica”: perguntar para qual endereço físico da sede da prefeitura)</p> <p>obs1: <i>e-mail</i> deve ser enviado para o correio eletrônico “central” (ou geral) ou, em caso de não divulgação deste, via “formulário” de pedido de</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Interface:</p> <p>() resposta no mesmo dia ?</p> <p>() resposta no 2º dia (a contar com o dia de envio) ?</p> <p>() resposta no 3º dia (a contar com o dia de envio) ?</p> <p>() resposta no 4º dia (a contar com o dia de envio) ?</p> <p>() resposta no 5º dia (a contar com o dia de</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

<p>informações (caso este último exista)</p> <p>obs2: Este item deve ser aplicado entre 8h e 10h (horário da localidade-sede do <i>site</i>) em dia útil (chegar a existência ou não de feriado municipal ou ponto facultativo no dia da aplicação).</p> <p>obs3: usar identificação pessoal fictícia "X" se comportando como cidadão da municipalidade.</p>	<p>Enviado por <i>e-mail</i></p> <p>Enviado por formulário</p> <p>Possibilidade de comunicação inexistente ou de difícil localização no portal (email, ou formulário inexistente ou não localizado)</p>	<p>envio) ? <input type="checkbox"/> resposta no 6º dia (a contar com o dia de envio) ? <input type="checkbox"/> dia por diante (a contar com o dia de envio) ?</p> <p>obs.: marcação única</p>	
<p>1.8. <i>Feedback</i> informativo categoria A: questão “específica” por via eletrônica (<i>e-mail</i> do órgão central) (Ex: “específica”: perguntar sobre o endereço do posto de saúde mais próximo de um bairro da cidade)</p> <p>obs1: <i>e-mail</i> deve ser enviado para o correio eletrônico “central” (ou geral) ou, em caso de não divulgação deste, via “formulário” de pedido de informações (caso este último exista)</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Interface:</p> <p><input type="checkbox"/> resposta no mesmo dia ? <input type="checkbox"/> resposta no 2º dia (a contar com o dia de envio) ? <input type="checkbox"/> resposta no 3º dia (a contar com o dia de envio) ? <input type="checkbox"/> resposta no 4º dia (a contar com o dia de envio) ? <input type="checkbox"/> resposta no 5º dia (a contar com o dia de envio) ?</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

<p>obs2: Este item deve ser aplicado entre 8h e 10h (horário da localidade-sede do <i>site</i>) em dia útil (chegar a existência ou não de feriado municipal ou ponto facultativo no dia da aplicação)</p> <p>obs3: usar identificação pessoal fictícia "Y" (diferente da identificação da categoria "b") se comportando como cidadão da municipalidade.</p>	<p>Enviado por <i>e-mail</i></p> <p>Enviado por formulário</p> <p>Possibilidade de comunicação inexistente ou de difícil localização no portal (email, ou formulário inexistente ou não localizado)</p>	<p>() resposta no 6º dia (a contar com o dia de envio) ?</p> <p>() dia por diante (a contar com o dia de envio) ?</p> <p>() resposta acima de 96 horas</p> <p>obs.: marcação única</p>	
<p>1.9. Existência de informações no portal sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria E (ideal de acesso universal às TICs com ênfase em dispor informações ou conteúdo)</p> <p>obs1. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo "inclusão digital".</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo de conteúdo:</p> <p>() inclusão do tipo: criação de espaços públicos de acesso ?</p> <p>() inclusão do tipo: fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar?</p> <p>() inclusão envolvendo trabalhos de educação na "operacionalização técnica" (como usar para obter o acesso a informações públicas <i>on line</i>) ?</p> <p>() teor de iniciativa não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

<p>1.10. Existência de informações no portal sobre infraestrutura tecnológica categoria E : ideal de acesso universal, infraestrutura comunicacional em espaços públicos, com ênfase em dispor informações ou conteúdo (rede integrada)</p> <p>Obs. Considerar “rede integrada” de guichês de serviços públicos diversificada (espalhada geograficamente pelos logradouros) como “terminais/quiosques”, desde que a base desta integração seja redes telemáticas de computadores (Internet ou Intranet)</p> <p>Obs. Considerar “telecentros” ou “infocentros “ espaços criados em comunidades que disponha acesso público à Internet com preocupação de colocar o cidadão excluído em contato com à rede telemática.</p> <p>obs. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo “inclusão digital”.</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo de conteúdo:</p> <p>() terminais de auto-atendimento (sem funcionário para auxílio) voltado para consulta de informações?</p> <p>() telecentros ou infocentros: terminais de atendimento ou quiosques (com funcionário para auxílio) voltados para dar acesso às TICs, com ênfase no acesso a informações ?</p> <p>() provedor de Internet pública gratuita (quando o governo dispõe estrutura de provedor para dar acesso à Internet ao cidadão com seu microcomputador pessoal)</p> <p>() tipo de estrutura não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>			
<p>2. Primeiro grau (ênfase na prestação de serviços)</p>			

<p>2.1. <i>Delivery</i> informativo categoria B: possibilidade de “inserção de dados” pelo usuário e consequente obtenção de informação do tipo “consulta automatizada” - <i>input/output</i> instantâneo (consultas de situação tributária, consulta de andamento de processos, etc)</p> <p>obs. Considerar aqui “inserção de dados” como dados próprios (personalizados ou específicos) do usuário (Ex : n. do CPF, CNPJ, nome próprio, razão social de empresa, placa de veículo, nome de linha do serviço coletivo de transporte, nome da rua para obtenção de andamento de obra ou serviço etc). NÃO considerar palavra-chave inserida na ferramenta de busca.</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Consulta de informações de primeira ordem (informações sobre serviços essenciais):</p> <p>() consulta informativa sobre serviços de saúde</p> <p>() consulta informativa sobre serviços de segurança pública</p> <p>() consulta informativa sobre serviços de educação</p> <p>Consulta de informações de segunda ordem (informações sobre serviços infra-estruturais):</p> <p>() consulta informativa sobre serviços de transporte público ou trânsito (ex: trajeto de linhas; horários de linhas; consulta; situação do tráfego em vias públicas) ?</p> <p>() consulta informativa sobre onde obter (em que órgão ou secretaria) determinado serviço indagado pelo cidadão ?</p> <p>() consulta informativa sobre serviços de saneamento básico</p> <p>Consulta de informações de terceira ordem (informações sobre questões administrativas-processuais):</p> <p>() consulta informativa sobre tributos</p> <p>() consulta informativa sobre andamento de processos</p> <p>() consulta informativa sobre onde obter (em que órgão ou secretaria) determinado serviço indagado pelo cidadão</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
---	-----------------------	---	-------------------------------------

		<p>Consulta de informações de outras categorias (culturais, eventos e diversos)</p> <p><input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Visibilidade:</p> <p><input type="checkbox"/> existe um <i>link</i> na página principal (<i>home</i> do portal) do tipo "SERVIÇOS" ou "CONSULTA DE SERVIÇOS" que liga todas as consultas informativas sobre serviços encontradas.</p> <p><input type="checkbox"/> não existe um <i>link</i> "unificador" destes elementos na página principal (<i>home</i>): estas consultas informativas sobre serviços só podem ser nominalmente localizadas em páginas secundárias.</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	
--	--	---	--

<p>2.2. <i>Delivery</i> informativo categoria A (tipo <i>delivery</i> imediato de informações): atendimento <i>on line</i> instantâneo (através de <i>chat</i> ou ferramenta similar)</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Abrangência:</p> <p>() serviço aberto, para informações genéricas</p> <p>() serviço restrito para informações específicas</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>2.3. <i>Delivery</i> burocrático categoria B: Possibilidade de emissão de documentos oficiais (emissão de formulários para pagamento de tributos; emissão de certidões negativas de débitos; certidão policial de “nada consta” etc)</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo:</p> <p>() serviço do tipo emissão de “ boleto para pagamento” (expedição de carnês ou 2ª via de documentos para pagamento em agências financeiras credenciadas)</p> <p>() serviço do tipo emissão de “certidão” (expedição de certidão negativa de débito; certidão policial de “nada consta”)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <hr/> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal do portal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar quando há referência nominal direta ao serviço)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>2.4. <i>Delivery</i> burocrático categoria A: Possibilidade de operação completa de serviços via rede para obtenção de serviço (pré-serviço): consulta e pagamento de fatura/tributos <i>on line</i>; marcação <i>on line</i> de atendimento na rede de saúde pública; matrícula <i>on line</i> na rede pública de ensino, etc</p> <p>Obs. No caso do ultimo item deste quesito, não considerar inscrição <i>on line</i> em concurso público ou inscrições similares (o concurso público não é considerado aqui um “serviço”). Ainda para este item, descrever que tipo de serviço é oferecido na secção descritiva desta planilha.</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação de interface:</p> <p>() consulta e pagamento de fatura/tributos <i>on line</i></p> <p>() marcação <i>on line</i> de atendimento na rede de saúde pública</p> <p>() matrícula <i>on line</i> na rede pública de ensino</p> <p>() matrícula, marcação ou inscrição <i>on line</i> para obtenção de algum outro serviço na estrutura administrativa ou infraestrutura pública.</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

		<p>Visibilidade :</p> <p>() todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal do portal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)?</p> <p>() nem todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() nenhum dos <i>links</i> encontrados está na página principal (todos estão em páginas secundárias) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>obs.: marcação única</p>	
<p>2.5. Serviço categoria B: Possibilidade de obtenção de serviço público em semi-domicílio (na rua ou na região que reside) com pedido inicial realizado através do sítio (Ex: reposição de lâmpada no serviço público de iluminação; tapamento de buraco em via pública; emergências de rua (bombeiro, serviço médico de emergência, atendimento policial etc)</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação de interface:</p> <p>() atendimento em semi-domicílio relacionado à infraestrutura pública (Ex : reposição de lâmpada no serviço público de iluminação na rua residida; tapamento de buraco em via pública; podagem de árvores em via pública e similares)</p> <p>() atendimento em semi-domicílio do tipo "serviço não emergencial" e não necessariamente infra-estrutural (Ex : retirada de animal atropelado em via pública; interdição de via para festejo etc)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Visibilidade :</p> <p>() todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal do portal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)?</p> <p>() nem todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() nenhum dos <i>links</i> encontrados está na página principal (todos estão em páginas secundárias) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

<p>2.6. Serviço categoria A: Possibilidade de obtenção de serviço público <i>in locu</i> domicílio com pedido inicial realizado através do sítio (Ex: atendimento de saúde/psicológico em domicílio por funcionários públicos; atendimento de profissionais em serviço social; atendimento policial em domicílio)</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação de interface:</p> <p>() atendimento de saúde/psicológico/ terapêutico em domicílio por funcionários públicos (não emergencial);</p> <p>() atendimento de profissionais de serviço social (não emergencial);</p> <p>() atendimento policial em domicílio (não emergencial);</p> <p>() possibilidade de atendimento emergencial em domicílio.</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>Visibilidade:</p> <p>() todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal do portal (<i>home</i>) obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta ao serviço ou quando há referência nominal "unificadora" - <i>link</i> do tipo "SERVIÇOS"</p> <p>() nem todos os <i>links</i> encontrados estão na página principal (<i>home</i>)</p> <p>() nenhum dos <i>links</i> encontrados está na página principal (todos estão em páginas secundárias)</p> <p>obs. Marcação única</p>			

<p>2.7. Existência de informações no portal sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria D (ideal de acesso universal com ênfase em otimizar a operacionalização da relação de serviços entre governo e cidadão)</p> <p>obs. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo “inclusão digital”.</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação de conteúdo:</p> <p>() inclusão do tipo: criação de espaços públicos de acesso</p> <p>() inclusão do tipo: fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar</p> <p>() inclusão do tipo: disponibilizar rede de comunicação para acesso público indireto à tecnologias avançadas (Ex : interligação de hospitais para uso simultâneo de equipamento diagnóstico de ponta)</p> <p>() inclusão envolvendo trabalhos de educação na “operacionalização técnica” (como usar para obter o acesso aos serviços <i>on line</i>)</p> <p>() teor de iniciativa não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal do portal (<i>home</i>) (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>obs. Marcação única.</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
---	-----------------------	---	-------------------------------------

<p>2.8. Existência de informações no portal sobre infraestrutura tecnológica categoria D : ideal de acesso universal, infraestrutura comunicacional em espaços públicos, direcionada para prestação de serviços públicos (rede integrada)</p> <p>Obs. Considerar “rede integrada” de guichês de serviços públicos diversificada (espalhada geograficamente pelos logradouros) como “terminais/quiosques”, desde que a base desta integração seja redes telemáticas de computadores (Internet ou Intranet)</p> <p>Obs. Considerar “telecentros” ou “infocentros” “espaços criados em comunidades que disponha acesso público à Internet com preocupação de colocar o cidadão excluído em contato com à rede telemática.</p> <p>obs. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo “inclusão digital”.</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo de conteúdo:</p> <p>() terminais de auto-atendimento (sem funcionário para auxílio) voltado para consulta de informações?</p> <p>() telecentros ou infocentros: terminais de atendimento ou quiosques (com funcionário para auxílio) voltados para dar acesso às TICs, com ênfase no acesso a informações ?</p> <p>() provedor de Internet pública gratuita (quando o governo dispõe estrutura de provedor para dar acesso à Internet ao cidadão com seu microcomputador pessoal)</p> <p>() tipo de estrutura não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>3. Terceiro e segundo grau</p>			

<p>3.1. Transparência categoria A: pré-legislação com potencialidade de debate prévio (disponibilidade de documento governamentais de projeto de diretrizes orçamentária ou projetos de Lei ainda não votada pelo legislativo com possibilidade de “recepção de opinião” do cidadão sobre o assunto.</p>	<p>sim</p>	<p>Visibilidade (input):</p> <p>() existência de pré-legislação COM seção delimitada no portal (demonstrando uma área dedicada a legislação a ser encaminhada para o poder legislativo, com <i>download</i> da íntegra dos projetos de leis disponível ao cidadão)</p> <p>() existência de pré-legislação SEM delimitação no portal, dispersa pelo <i>site</i></p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
	<p>não</p>	<p>Visibilidade (out put):</p> <p>() pré-legislação é acompanhada de <i>link</i> ou ferramenta dedicada a coletar opinião pública sobre o tema</p> <p>() pré-legislação NÃO é acompanhada de <i>link</i> ou ferramenta dedicada a coletar opinião pública sobre o tema</p> <p>obs.: marcação única</p>	
	<p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>		
	<p>Filtragem:</p> <p>() opinião publicada em lócus COM moderação – filtro - das mensagens</p> <p>() opinião publicada em lócus SEM moderação – filtro - das mensagens</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>		

<p>3.2. Transparência categoria B: acompanhamento financeiro (disponibilidade de documentos governamentais de arrecadação, movimentação de erário e aplicação financeira dos recursos públicos - balancetes, balanços financeiros).</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Visibilidade (out put):</p> <p>() com <i>link</i> disposto tanto na <i>home</i> do portal como na primeira página do <i>site</i> da secretaria setorial (administração ou finanças)</p> <p>() com <i>link</i> (ou referência de <i>link</i>) disposto na <i>home</i> do portal</p> <p>() com <i>link</i> disposto apenas na primeira página do <i>site</i> da secretaria setorial (administração ou finanças)</p> <p>() com <i>link</i> disposto em outras áreas (não estando nas áreas acima especificadas)</p> <p>obs. marcação única</p> <hr/> <p>Frequencia:</p> <p>() atualização diária</p> <p>() atualização semanal</p> <p>() atualização quinzenal</p> <p>() atualização mensal</p> <p>() atualização semestral</p> <p>() atualização anual</p> <p>() frequência de atualização não especificada</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>3.3. Existência de sondagem NÃO-PUBLICADA: ouvidoria voltada para receber opinião pública sobre determinado tema de concernimento geral, mas sem publicação das opiniões emitidas pelos cidadãos)</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Visibilidade (in put):</p> <p>() <i>link</i> EXPOSTO na página inicial (tipo “ouvidoria”, “faça aqui sua reclamação”, “reclamações” etc)</p> <p>() <i>link</i> NÃO exposto na página inicial do portal: foi localizado em páginas secundárias.</p> <p>() <i>link</i> NÃO LOCALIZADO ou de difícil localização.</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>3.4. Existência de sondagem PUBLICADA: sondagens temáticas de opinião pública do tipo discursiva, aberta ao público mais amplo, acerca de temas de concernimento geral com opiniões dos cidadãos publicadas no portal.</p> <p>obs. Não levar em conta o formato “enquete”</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Regularidade:</p> <p>() sondagem com frequência anual</p> <p>() sondagem com frequência semestral</p> <p>() sondagem com frequência bimestral</p> <p>() sondagem com frequência mensal</p> <p>() sondagem com frequência semanal</p> <p>() frequência não especificada</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

		<p>Visibilidade:</p> <p><input type="checkbox"/> <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p><input type="checkbox"/> <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	
		<p>Tipificação (participação):</p> <p><input type="checkbox"/> sondagem direta (aberta ao público mais amplo)</p> <p><input type="checkbox"/> sondagem indireta (aberta apenas a um corpo de representantes públicos ou segmentos da sociedade civil organizada)</p>	
3.5. Locus crítico NÃO-PUBLICADO: para recepção de críticas do cidadão, não publicadas.	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Visibilidade (in put):</p> <p><input type="checkbox"/> <i>link</i> EXPOSTO na página inicial (tipo "ouvidoria", "faça aqui sua reclamação", "reclamações" etc)</p> <p><input type="checkbox"/> <i>link</i> NÃO EXPOSTO na página inicial do portal: foi localizado em páginas secundárias.</p> <p><input type="checkbox"/> <i>link</i> NÃO LOCALIZADO ou de difícil localização.</p> <p>obs.: marcação única</p>	Em caso de resposta positiva
3.6. Locus crítico PUBLICADO: canal comunicacional aberto ao público mais amplo, dedicado à recepção de críticas, reclamações, etc., com críticas dos cidadãos publicadas no portal.	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Visibilidade (in put):</p> <p><input type="checkbox"/> <i>link</i> EXPOSTO na página inicial (tipo "ouvidoria", "faça aqui sua reclamação", "reclamações" etc)</p> <p><input type="checkbox"/> <i>link</i> NÃO EXPOSTO na página inicial do portal: foi localizado em páginas secundárias.</p> <p><input type="checkbox"/> <i>link</i> NÃO LOCALIZADO ou de difícil localização.</p> <p>obs.: marcação única</p>	Em caso de resposta positiva
		<p>Feedback:</p> <p><input type="checkbox"/> COM feedback discursivo: autoridades ou similar respondendo às questões colocadas</p> <p><input type="checkbox"/> SEM feedback discursivo</p> <p>obs.: marcação única</p>	

		<p>Regularidade:</p> <p>() funcionamento PERMANENTE ou COM periodicidade regular () funcionamento SEM periodicidade regular especificada</p> <p>obs.: marcação única</p>	
		<p>Tipificação:</p> <p>() Lócus do tipo: lista de discussão (conversação assíncronica) () Lócus do tipo: <i>chat</i> (conversação síncronica)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	
		<p>Filtragem:</p> <p>() opinião publicada em lócus COM moderação – filtro - das mensagens () opinião publicada em lócus SEM moderação – filtro - das mensagens</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	
<p>3.7. Existência de informações no portal sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria C (ideal de acesso universal para ampliar canal de comunicação política entre governo e cidadão)</p> <p>obs. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo “inclusão digital”.</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação:</p> <p>() inclusão do tipo: criação de espaços públicos de acesso () inclusão do tipo: fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar () inclusão envolvendo trabalhos de “educação digital” (como usar, a importância política do uso) () teor de iniciativa não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
		<p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	

<p>3.8. Existência de informações no portal sobre infraestrutura tecnológica categoria C (rede telemática) : direcionada para recepção de críticas públicas (“opinião pública”, sem efeito deliberativo oficial) prestação de contas (<i>accountability</i>)</p> <p>Obs. Considerar “rede integrada” de guichês de serviços públicos diversificada (espalhada geograficamente pelos logradouros) como “terminais/quiosques”, desde que a base desta integração seja redes telemáticas de computadores (Internet ou Intranet)</p> <p>obs. Considerar “telecentros” ou “infocentros” espaços criados em comunidades que disponha acesso público à Internet com preocupação de colocar o cidadão excluído em contato com à rede telemática.</p> <p>obs. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo “inclusão digital”.</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo de conteúdo:</p> <p>() terminas de auto-atendimento (sem funcionário para auxílio) voltado para consulta de informações?</p> <p>() telecentros ou infocentros: terminais de atendimento ou quiosques (com funcionário para auxílio) voltados para dar acesso às TICs, com ênfase no acesso a informações ?</p> <p>() provedor de Internet pública gratuita (quando o governo dispõe estrutura de provedor para dar acesso à Internet ao cidadão com seu microcomputador pessoal)</p> <p>() tipo de estrutura não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>()<i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>			

<p>3.9. Sistema avançado de votação eletrônica (categoria C) para sondagem de opinião : no formato “consulta”, sem efeito deliberativo ?</p> <p>obs.considerar “avançado” quando houver campanha em torno do seu uso e quando este permitir 1 voto por cidadão (seja através do CPF , título de eleitor ou peculiaridade similar)</p> <p>obs. Não levar em conta “enquetes”</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Acessibilidade (in put):</p> <p>() sistema de votação eletrônica em terminais públicos</p> <p>() sistema de votação eletrônica <i>on line</i> (através da Internet)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
4. Quarto grau			
<p>4.1. Lous deliberativo: canal de deliberação <i>on line</i></p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação de interface</p> <p>() Lous do tipo: lista de discussão (conversação assíncronica)</p> <p>() Lous do tipo: <i>chat</i> (conversação síncronica)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Tipificação de interface II:</p> <p>() indireta: a produção da decisão política é indireta, ou seja, é realizada apenas por um corpo de representantes da comunidade ou similar (entidades da sociedade civil; delegados comunitários; representantes de associação de bairros etc)</p> <p>() direta: a produção da decisão política é direta, ou seja, é aberta ao público mais amplo.</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

		<p>Regularidade (levar em conta o desfecho do debate: deliberação)</p> <p>() deliberação permanente (diária) () deliberação semanal () deliberação mensal () deliberação quinzenal () deliberação semestral () deliberação anual () deliberação irregular ou não especificada</p> <p>obs.: marcação única</p>	
		<p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	
<p>4.2. Sistema de votação eletrônica para desfecho deliberativo (categoria B) : produção da tomada de decisão com efeito deliberativo oficial</p> <p>obs. Somente considerar a existência desta categoria (categoria B) de sistema de votação eletrônica quando este estiver precedido de um lócus discursivo anterior de teor deliberativo</p> <p>obs. considerar “avançado” quando houver campanha em torno do seu uso e quando este permitir 1 voto por cidadão (seja através do CPF , título de eleitor ou documento similar)</p> <p>obs. Não considerar “enquetes”</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Acessibilidade (in put):</p> <p>() sistema de votação eletrônica em terminais externos à Internet () sistema de votação eletrônica <i>on line</i> (através da Internet)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
		<p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	

<p>4.3. Constituição da agenda decisória: possibilidade de constituição pública da “agenda” de deliberação” (via ferramentas discursivas no <i>site</i></p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Alcance (função política)</p> <p>() constituição restrita: apenas parte da agenda de deliberação é discutida e constituída pelos deliberantes (há partes que chegam já estabelecidas sem participação dos deliberantes em sua constituição)</p> <p>() constituição ampla: toda a agenda de deliberação é discutida e constituída previamente pelos deliberantes</p> <p>obs.: marcação única</p> <hr/> <p>Tipificação de interface:</p> <p>() indireta: a produção da decisão política é indireta, ou seja, é realizada apenas por um corpo de representantes da comunidade ou similar (entidades da sociedade civil; delegados comunitários; representantes de associação de bairros etc)</p> <p>() direta: a produção da decisão política é direta, ou seja, é aberta ao público mais amplo.</p> <p>obs.: marcação única</p> <hr/> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>4.4. Abrangência da agenda decisória: a tomada de decisão é restrita à determinados temas ou áreas?</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Abrangência (da constituição):</p> <p>() INFRAESTRUTURAL ? referente à questões de infraestruturais (decisão sobre construção de praça pública; de monumento; de saneamento básico etc) ?</p> <p>() OUTRAS ÁREAS ? envolve temas diversos para além da questão infraestrutural ?</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

		<p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	
4.5. Abrangência decisória: a tomada de decisão é restrita à determinados temas ou áreas?	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação (da abrangência):</p> <p>() predominantemente referente à questões de infraestruturais (decisão sobre construção de praça pública; de monumento; de saneamento básico etc)</p> <p>() envolve temas diversos para além da questão infraestrutural</p> <p>obs.: marcação única</p>	Em caso de resposta positiva
4.6. Existência de programas (iniciativa) de inclusão digital categoria B: ações que visam criar canal de comunicação entre cidadão x cidadão e entre cidadãos x governo com ênfase em viabilizar a legitimidade do ciberespaço como "lócus" para o processo de deliberação e produção da decisão política	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação de conteúdo:</p> <p>() inclusão do tipo: criação de espaços públicos de acesso</p> <p>() inclusão do tipo: fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar</p> <p>() inclusão envolvendo trabalhos de "educação digital" (como usar, a importância política do uso)</p> <p>() teor de iniciativa não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	Em caso de resposta positiva
obs. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo "inclusão digital".		<p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	

<p>4.7. Existência de informações no portal sobre infraestrutura comunicacional (rede telemática) categoria B: em espaços públicos direcionada para debate com fins de produção da decisão política (com efeito deliberativo oficial)</p> <p>obs. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo “inclusão digital”.</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo de conteúdo:</p> <p>() terminais de auto-atendimento (sem funcionário para auxílio) voltado para consulta de informações?</p> <p>() telecentros ou infocentros: terminais de atendimento ou quiosques (com funcionário para auxílio) voltados para dar acesso às TICs, com ênfase no acesso a informações ?</p> <p>() provedor de Internet pública gratuita (quando o governo dispõe estrutura de provedor para dar acesso à Internet ao cidadão com seu microcomputador pessoal)</p> <p>() tipo de estrutura não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>5. Quinto grau</p>			

<p>5.1. Existência de sistema avançado de votação eletrônica (categoria A) plebiscitário: escolha dentre opções pré-estabelecidas, sem locus deliberativo via Internet, com efeito de tomada de decisão.</p> <p>obs.considerar “avançado” quando houver campanha em torno do seu uso e quando este permitir 1 voto por cidadão (seja através do CPF , título de eleitor ou peculiaridade similar)</p> <p>obs. Não levar em conta “enquetes”</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Acessibilidade (in put):</p> <p>() sistema de votação eletrônica acessível em terminais externos à Internet</p> <p>() sistema de votação eletrônica acessível <i>on line</i> (através da Internet)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>5.2. Votação (via TICs) sempre por sufrágio universal ?</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo de sufrágio:</p> <p>() sufrágio sem distinção territorial</p> <p>() sufrágio segmentado por logradouros (distritos/bairros etc), onde a totalização do resultado se dá com base no resultado individualizado por unidade, e não no somatório dos votantes de todas as unidades.</p> <p>() ambos os casos coexistem.</p> <p>obs.:marcação única</p> <hr/> <p>Tipificação (de resultado). Resultado por:</p> <p>() maioria simples (metade + 1)</p> <p>() maioria absoluta (2/3)</p> <p>() outros tipo de resultado diferentes dos acima especificados</p> <p>obs.: marcação única</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
<p>5.3. Agenda <i>setting</i> de votação (plebiscitária): possibilidade de configurar ou compor a “agenda de votação” mediante opções pré-estabelecidas</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação (participação)</p> <p>() “Agenda de votação” configurada (mediante opções) por representantes comunitários ou similar.</p> <p>() “Agenda de votação” configurada (mediante opções) pelo público mais amplo, mediante votação de opções de “agenda”</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>

		<p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	
5.4. A tomada de decisão é restrita a determinados temas ou áreas?	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Abrangência decisória:</p> <p>() predominantemente referente à questões de infraestruturais (decisão sobre construção de praça pública; de monumento; de saneamento básico etc)</p> <p>() envolve temas diversos para além da questão infraestrutural</p> <p>obs.: marcação múltipla quando necessário</p>	Em caso de resposta positiva
5.5. Existência de informações no portal sobre programas (iniciativa) de inclusão digital categoria A (ideal de acesso universal para legitimar processo de votação)	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipificação de conteúdo:</p> <p>() inclusão do tipo: criação de espaços públicos de acesso</p> <p>() inclusão do tipo: fomento à criação de uma infraestrutura de TICs domiciliar</p> <p>() inclusão envolvendo trabalhos de "educação digital" (como usar, a importância política do uso)</p> <p>() teor de iniciativa não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	Em caso de resposta positiva
obs. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo "inclusão digital".			

<p>5.6. Existência de informações sobre infraestrutura tecnológica em espaços públicos infraestrutura (rede telemática) categoria A: direcionada para operacionalizar votação (com efeito de tomada de decisão oficial)</p> <p>obs. Buscar na primeira página do <i>site</i> ou na ferramenta de busca <i>link</i> do tipo “inclusão digital”.</p> <p>Obs. Considerar “rede integrada” de guichês de serviços públicos diversificada (espalhada geograficamente pelos logradouros) como “terminais/quiosques”, desde que a base desta integração seja redes telemáticas de computadores (Internet ou Intranet)</p> <p>Obs. Considerar “telecentros” e “infocentros” espaços criados em comunidades que disponha acesso público à Internet com preocupação de colocar o cidadão excluído em contato com a rede telemática.</p>	<p>sim</p> <p>não</p>	<p>Tipo de conteúdo:</p> <p>() terminas de auto-atendimento (sem funcionário para auxílio) voltado para consulta de informações?</p> <p>() telecentros ou infocentros: terminais de atendimento ou quiosques (com funcionário para auxílio) voltados para dar acesso às TICs, com ênfase no acesso a informações ?</p> <p>() provedor de Internet pública gratuita (quando o governo dispõe estrutura de provedor para dar acesso à Internet ao cidadão com seu microcomputador pessoal)</p> <p>() tipo de estrutura não identificado (não há clareza nas informações ou informações são imprecisas)</p> <p>obs.: marcação múltipla (quando necessário)</p> <p>Visibilidade:</p> <p>() <i>link</i> na página principal (<i>home</i>) do portal(obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p> <p>() <i>link</i> em páginas secundárias (obs. considerar "<i>link</i>" quando há referência nominal direta a este elemento)</p>	<p>Em caso de resposta positiva</p>
---	-----------------------	--	-------------------------------------

6. Observações descritivas (facultativas)	
Referente ao item:	Descrição/texto
_____(item)	
_____(item)	
_____(item)	

